



RELATÓRIO DE  
ATIVIDADES 2011

## Contexto 2011

Ao longo dos seus 32 anos a FIPECq sempre primou pela qualidade dos serviços prestados aos seus Participantes, ciente da necessidade de cumprir os padrões de segurança econômica e atuarial para a manutenção do equilíbrio dos Planos administrados por ela, tendo como norte a ética e a integridade nos relacionamentos com os seus públicos-alvo.

Muito tem feito para o cumprimento de sua missão de gerir, com excelência, planos de previdência complementar e sob essa ótica a FIPECq tem aprimorado os canais de interação com os Participantes: incrementou sua comunicação digital; instituiu a Ouvidoria e editará, em breve, o primeiro número da Revista Vida em Evidência, publicação que contemplará matérias pertinentes ao universo da Previdência Complementar e da Assistência à Saúde aqui entendida no seu sentido mais amplo.

Como sabemos, a forma como são gerenciados os recursos dos fundos de pensão influenciam direta e indiretamente a economia nacional e o desenvolvimento social e econômico-financeiro do País. O cenário econômico apresentado em 2011 não correspondeu às expectativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em função do desempenho da Bolsa de Valores, e o conseqüente não atingimento da meta atuarial no ano passado em função dos desdobramentos da Crise Monetária Internacional (2008) que vem assolando a economia Norte-Americana e da Europa. O grau de incerteza e o medo de uma recessão mais profunda contaminaram as bolsas de valores do mundo inteiro. Na tentativa de minimizar os impactos da crise, os EUA e os países da Europa se endividaram ocasionando uma segunda crise: a Crise Fiscal Internacional (2011), o que retraiu ainda mais a bolsa de valores. O Brasil vem contornando os efeitos de forma satisfatória com base no consumo interno e o no crescimento da renda. As empresas brasileiras têm apresentado bons resultados e suas ações na bolsa passaram a ser boas oportunidades de investimento. Sendo assim, a FIPECq está atenta às oportunidades mantendo o foco na “meta atuarial”, mas com a cautela necessária nos momentos de crise econômica.

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária foi motivo de satisfação para a Entidade. A FIPECq foi convidada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC a apresentar a sua experiência no IV Seminário de Educação Previdenciária, promovido pelo Órgão, realizado em Brasília, no mês de junho de 2011. Em agosto de 2011, no XIV Encontro de Benefícios das Entidades de Previdência Complementar do Nordeste e Centro-Oeste, realizado na Cidade de São Luís/MA, mais uma vez o Programa da Fundação foi tema da programação do evento.

Por todas as conquistas e desafios, a FIPECq mantém a certeza de que trilha o caminho certo em prol dos seus Participantes.

Diretoria Executiva da Fundação

|  |     |
|--|-----|
| Ações Gerais .....   | 3   |
| Previdência .....  | 29  |
| Investimentos e Resultados.....  | 45  |
| Demonstrações Contábeis e Pareceres.....   | 83  |
| • Balanço Patrimonial - Consolidado  |     |
| • Demonstração da Mutação do Patrimônio Social DMPS - Consolidada                          |     |
| • Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC/DMAL |     |
| • Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV – DMAL                      |     |
| • Demonstrac o do Ativo Líquido FIPECqPREV/ DAL FIPECqPREV                                 |     |
| • Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa/DPGA - Consolidada                        |     |
| • Demonstrac o das Obrigações Atuariais do Plano PPC/DOAP                                  |     |
| • Demonstrac o das Obrigações Atuariais do Plano FIPECqPREV/DOAP                           |     |
| • Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.   |     |
| • Parecer Atuarial   |     |
| • Parecer dos Auditores Independentes  |     |
| • Parecer do Conselho Fiscal   |     |
| • Resolução do Conselho Deliberativo   |     |
| Conclusão.....   | 131 |
| Demonstrativo de Investimentos – Encarte   |     |

## FIPECq homenageia seus aposentados



A FIPECq esteve presente – representada pelo seu Diretor de Previdência, Adilmar Ferreira Martins - ao evento promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada/ABRAPP e Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada/SINDAPP em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, realizado em 24 de janeiro de 2011, às 13:30 horas, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro/RJ.

Durante a cerimônia houve a entrega do diploma a cada um dos aposentados que representaram seus fundos de pensão. Entre eles estava Maria Cristina Zagali Koeler Lira, aposentada da FINEP, residente no Rio de Janeiro, indicada pela FIPECq para representar seus colegas.



Incorporação do PPE chega ao fim

Decorridos seis meses desde a aprovação pela PREVIC chegou ao fim a incorporação do Plano de Previdência Especial/PPE ao FIPECqPREV.

A FIPECq teve o prazo de seis meses - a partir da referida aprovação - para concluir o processo de incorporação. Para tanto, a Diretoria Executiva da Fundação aprovou projeto de operacionalização do processo que contemplou - dentre suas ações - e tendo à frente a Gerência de Previdência/GEP, a capacitação dos seus Representantes; a realização de palestras nas Patrocinadoras que contaram com a presença da Diretoria Executiva da Fundação, a fim de que ficassem totalmente seguros.

Dos 2185 Participantes Ativos do PPE, 353 optaram por incorporar os recursos e efetuar a inscrição no FIPECqPREV e 1800 optaram por não incorporar. Destes 1800, 1008 efetuaram adesão ao FIPECqPREV, o que significa que, embora tenham decidido pelo saque dos recursos, ainda assim resolveram continuar com um Plano de Previdência. O total de 792 Participantes não quiseram incorporar pelo fato de que ou tinham outros projetos ou não contavam com um produto da Caixa de Assistência Social da FIPECq/FIPECq Vida (condição indispensável para aderir ao FIPECqPREV). Na apuração final da incorporação, 32 Participantes Ativos do PPE, apesar de notificados, não se manifestaram quanto às opções. Para estes ficou decidido que os recursos serão disponibilizados em conta especial em instituição bancária.

Durante o período da incorporação, ou seja, desde o início do processo até o dia 31 de janeiro de 2011, o PPE continuou cumprindo o seu papel previdenciário, tendo concedido 5 benefícios da Aposentadoria por Invalidez e pago 9 Pecúlios por Morte.

Quanto ao processo de incorporação, os 45 Participantes Assistidos do PPE optaram da seguinte forma: 37 pelo recebimento da reserva matemática e 8 pela continuidade do benefício do PPE tendo o FIPECqPREV como seu sucessor.

FIPECq dispensada de enviar Relatório de Atividades por meio impresso

Pelo segundo ano consecutivo a FIPECq foi dispensada de enviar - por meio impresso - aos seus Participantes - o Relatório Anual de Atividades.

Por ter comprovado a execução do seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária, a Fundação foi dispensada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC de enviar por meio impresso o Relatório Anual de Atividades.

No mês de Janeiro de 2011 a Fundação encaminhou à PREVIC, conforme previsto na Instrução SPC nº 32/09 (que estabeleceu os procedimentos a serem observados pelas EFPCs por ocasião da análise dos pedidos de dispensa do envio por meio impresso do Relatório Anual de Atividades) o Relatório de Execução do seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária relativo às ações desenvolvidas no período 2009-2010. No documento enviado foram detalhadas todas as atividades desempenhadas em prol da educação financeira e previdenciária dos Participantes da Fundação, bem como anexados todos os comprovantes do compromisso assumido pela FIPECq.

A PREVIC avaliou os dados apresentados pela FIPECq e os resultados obtidos no monitoramento e nas avaliações de cada ação do Programa em questão constatando o pleno desenvolvimento do Programa de Educação Financeira e Previdenciária.

Assim, o Relatório de Atividades 2010 ficou disponível no site da Fundação a partir do dia 30 de abril de 2011 e os Participantes que solicitassem poderiam receber, pelos Correios, cópia da edição digital.



Diretor-Presidente da FIPECq assume cargo na ABRAPP



O Diretor-Presidente e de Aplicações da FIPECq, Roberto Teixeira de Carvalho, assumiu no mês de março em solenidade de Posse Colegiados 2011/2013- ABRAPP/ICSS/SINDAPP, realizada em São Paulo/SP, o Cargo de Diretor Executivo da Regional Centro-Norte.

No período de 2008 a 2010 o Diretor-Presidente e de Aplicações Financeiras da FIPECq ocupou o cargo de Diretor de Gestão da Área de Governança da ABRAPP.

Encontro da Regional Centro-Norte

Realizado no dia 5 de abril de 2011, em Brasília/DF, o Encontro da Regional Centro-Norte, promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/ABRAPP, com o apoio do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/SINDAPP, a qual tem como Diretor Titular o Diretor-Presidente da FIPECq, Dr. Roberto Teixeira de Carvalho, cujo objetivo foi o de apresentar e discutir com as entidades associadas temas importantes da atualidade, bem como oferecer a oportunidade de acompanhamento mais próximo dos principais projetos e ações desenvolvidas pela atual gestão.

Dentre os assuntos abordados estavam: O Fomento da Previdência Complementar Fechada: visão institucional; Cisão, Fusão, Incorporação, Transferência de Risco e Retirada de Patrocínios sob as óticas jurídica e atuarial; Os Desafios dos Investimentos dos Planos: como equacionar as necessidades específicas de rentabilidade às alternativas de investimento mantendo o caráter previdenciário?; e Gestão Baseada em riscos: o que muda em relação aos novos desafios?

### Representação da FIPECq no CNPq



Desde o dia 29 de março de 2011 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq passou a contar, em sua sede, com uma representação da FIPECq e da Caixa de Assistência Social da FIPECq- FIPECq Vida.

O atendimento é feito de terça a sexta, sempre em horário integral.

### Conselheiros e Diretores passam por treinamento

Nos dias 28 e 29 de abril de 2011 a FIPECq, consoante com o previsto em seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária, promoveu, na Fundação CERES, em Brasília/DF, o Treinamento para Conselheiros, Diretores e Gerentes com foco em Gestão Administrativa; Gestão Contábil e Previdência.

Dentre os assuntos abordados estavam Leis Complementares 108 e 109; PREVIC; CNPC; Câmara de Recursos; DEST; Modalidade dos Planos; Governança e Regime Repressivo; Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal dos Administradores e Conselheiros; Premissas e Hipóteses Atuariais, Regimes Financeiros; Despesas Administrativas; Demonstrações Contábeis; Avaliação Atuarial; e Resultados dos Planos de Benefícios.





O evento, que contou com a presença de técnicos da CERES, foi ministrado por profissionais da empresa Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária.

#### FIPECq e FIPECq Vida despedem-se de Conselheiro

Em 30 de abril a FIPECq e a FIPECq Vida perderam um dos seus Conselheiros: o Dr. José Demísio Simões da Silva que ocupava o Cargo de Titular do Conselho Deliberativo da FIPECq e do Conselho de Administração da FIPECq Vida, indicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE, que faleceu nesta data, em São José dos Campos/SP.



Dr. José Demísio ingressou no INPE em 1985 e concluiu o doutorado em Computação Aplicada pelo INPE em 1999. Foi Coordenador Acadêmico do curso de Pós-Graduação em Computação Aplicada, entre 2001 e 2003 e Chefe do Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada – LAC, desde janeiro de 2005.

Além de dedicar especial atenção às questões relacionadas à previdência complementar e aos programas de assistência à saúde para os servidores do INPE, atuava nas áreas de Redes Neurais, Inteligência Artificial, Visão Computacional, Problemas Inversos, Navegação Autônoma e Pesquisa Operacional.

Publicou 21 artigos em periódicos especializados e 90 em anais de eventos. Orientou 12 alunos de mestrado e 13 de doutorado e estava orientando 3 teses de doutorado. Participou de 94 bancas de tese e 4 bancas de concurso público.

Foi escolhido o servidor destaque dos Laboratórios Associados do INPE em 2004 e entre suas contribuições científicas, destaca-se um novo desenvolvimento de restauração de imagens por redes neurais, com uma inovadora estratégia para o treinamento da rede. Com esta pesquisa tornou-se bolsista de Pesquisa do CNPq na área de computação. Recentemente, dedicava boa parte de seu tempo ao Programa de Clima Espacial e foi fundamental para alavancar esse programa no INPE. Era uma pessoa de muito bom senso e trato fácil, características que demonstrou durante sua atuação como Chefe do LAC.

Experiência da FIPECq é apresentada no IV Seminário de Educação Previdenciária

As experiências e as melhores práticas do Programa de Educação Financeira e Previdenciária da FIPECq e a integração de suas ações com a instituidora e patrocinadoras foram apresentadas pelo Diretor de Previdência, Adilmar Ferreira Martins e pela técnica da Gerência de Previdência, Consuelo Vecchiatti, no dia 1º de junho de 2011 durante o IV Seminário de Educação Previdenciária promovido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC em parceria com a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, realizado em Brasília/DF.

A abertura do evento ficou por conta da própria PREVIC com a palestra A Visão da PREVIC sobre projetos de educação financeira e previdenciária apresentados em 2009 e 2010 proferida pelo Coordenador da Entidade, Fábio Coelho e pelo Diretor de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos da Entidade, Edevaldo Fernandes da Silva. Em seguida, a equipe que coordena o Programa de Educação Previdenciária do Instituto Nacional de

Seguro Social (PEP/INSS) abordou o Regime Geral de Previdência e As Experiências na Instrução em Educação Previdenciária, tendo públicos tão diversos.

A tarde foi iniciada pelo representante do Postalís que discorreu sobre as Experiências no uso de pesquisas para o levantamento das necessidades dos Participantes, seguido pelo representante da Visão Prev com o tema Experiências no uso do grupo multidisciplinar para avaliar a necessidade de construção do programa de educação financeira e previdenciária. Depois, foi a vez da representante da FUNCEF que também apresentou as Melhores práticas do Programa de Educação Previdenciária, quando ressaltou a importância da comunicação como instrumento de uma gestão transparente, seguida da FIPECq que fechou o primeiro dia do evento após expor as ações do seu Programa.

O segundo e último dia do evento foi aberto pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/ABRAPP que retratou A Visão sobre custos em projetos de educação financeira e previdenciária, seguido pela Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão/ANAPAR destacando as Necessidades e ações de educação com foco em conselheiros e dirigentes. Ainda pela manhã a PREVI tratou do Perfil de investimentos no Projeto de Educação Previdenciária e Financeira.

As últimas palestras, que antecederam o encerramento pela PREVIC, foram Ações de educação financeira e previdenciária para públicos diversos (ocasião em que foi comentada a inclusão do tema no Planejamento Estratégico da entidade) e a Construção do Programa de Educação Previdenciária ministradas, respectivamente, pelas representantes da ELETROCEEE e Fundação CESP.



FIPECq participou do 19º Encontro de Comunicação/3º Encontro de Profissionais de Atendimento

Nos dias 19 e 20 de maio de 2011 as áreas de Comunicação e Atendimento da FIPECq participaram do 19º Encontro Nacional de Comunicação e Fomento/3º Encontro de Profissionais de Atendimento dos Fundos de Pensão promovidos pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/ABRAPP realizado no Rio de Janeiro/RJ.

Dentre os temas abordados estavam: Comunicação e Relacionamento: instrumentos para a construção da imagem; Relacionamento e Comunicação: sinergia que fortalece a imagem institucional; Política de Comunicação: ferramenta estratégica para os fundos de pensão; Controles Internos: impactos na comunicação e relacionamento dos fundos de pensão; Educação Financeira e Previdenciária: ferramentas para o Fomento do Sistema de Previdência Complementar Fechada; Como Tratar as Percepções dos Participantes; As Novas Mídias e a Influência na Comunicação; SMS e as suas múltiplas possibilidades no relacionamento com os participantes; e A Cultura da Prevenção nas Fundações com Foco na Comunicação e no Relacionamento.

Foi reforçada a importância de se construir uma imagem positiva e o quanto o processo de comunicação e o relacionamento representam oportunidade para aumentar o grau de confiança, de superar expectativa dos nossos Participantes.

Na Plenária Educação Financeira e Previdenciária: ferramentas para o Fomento do Sistema de Previdência Complementar Fechada enfatizou-se o aspecto social da Previdência quando são resgatados da linha da pobreza mais de 23 milhões de brasileiros e a vantagem primordial da Educação Financeira e Previdenciária, inclusive para o Estado, ao promover o aumento da cobertura previdenciária e melhorar o perfil do gasto público considerando-se as dificuldades pertinentes à falta de informação sobre o assunto previdência complementar.

V Seminário de Educação Previdenciária conta com presença da FIPECq

No mês de julho a FIPECq, representada pela técnica e membro do GT de Educação Financeira e Previdenciária, Sônia Freitas, participou do do V Seminário de Educação Previdenciária promovido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC, realizado em São Paulo/SP.

O Seminário, aberto pelo Secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz de Faria Júnior, ressaltou, dentre outros, a necessidade de criar condições e focar parcerias e programas com as pequenas Entidades de Previdência Complementar, onde o grande desafio é divulgar a cultura previdenciária para todos os brasileiros justamente em um momento em que o Brasil está em situação favorável com forte crescimento econômico.

Governança Corporativa e supervisão baseada em risco associada à certificação profissional para conselheiros, diretores, gerentes e técnicos foram citadas como cruciais no desenvolvimento dos programas nas entidades. Novamente foi reforçada a necessidade de disseminar a cultura de previdência complementar.

FIPECq tem painel no XIV Encontro de Benefícios



Sob o tema Programa de Educação Previdenciária - Desmistificando o Mito da Implantação em Entidades de Pequeno Porte, a FIPECq - a convite das promotoras do evento - apresentou a sua experiência no XIV Encontro de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Nordeste e Centro-Oeste, cujo tema Central foi Educar para Transformar, realizado nos dias 18 e 19 de agosto de 2011, na Cidade de São Luís/MA.

Demonstrar as várias etapas da evolução do Programa, desde a sua concepção, em 2008; o envolvimento dos empregados que voluntariamente se inscreveram para compor o Grupo de Trabalho de Educação Financeira e Previdenciária e o estreitamento no

relacionamento das áreas da Fundação, assim como a aprovação do referido Programa pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC foi a incumbência da técnica da Gerência de Previdência, Consuelo Vecchiatti, que também é Membro da Comissão Ad Hoc de Educação Previdenciária da ABRAPP.

O evento contemplou, ainda, os seguintes assuntos: Governança Corporativa; Relacionamento com os Participantes: diferencial estratégico de gestão; As Vantagens dos Fundos de Pensão frente aos Veículos de Poupança; A Importância do Gerenciamento de Riscos Jurídicos e Vantagens da Realização da Auditoria Atuarial e de Benefícios.

O painel Gestão de Riscos como Ferramenta de Governança para Fundos de Pensão foi mediado pelo Diretor de Previdência da FIPECq, Adilmar Ferreira Martins.

### Novo Conselheiro toma posse

Tomou posse no dia 1º de setembro de 2011 o novo membro do Conselho Deliberativo da FIPECq e do Conselho de Administração da FIPECq Vida, Dr. José Iram Mota Barbosa, na vaga deixada pelo Dr. José Demísio Simões da Silva, falecido em 30 de abril deste ano.

Dr. José Iram foi indicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE para o cargo.

Graduado em Matemática, é Mestre em Análises de Sistemas pelo INPE e Doutorando em Engenharia e Tecnologia Espaciais/Gerenciamento de Sistemas Espaciais pelo citado Instituto.



Trabalhou 20 anos no Programa CBERS onde ocupou as funções de especialista em confiabilidade; Gerente de Garantia do Produto; Gerente Administrativo e Coordenador-Substituto do Segmento Espacial. Foi, também, Chefe de Garantia do Produto e Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira do INPE.

Exerce a função de Administrador das Unidades do INPE de Cachoeira Paulista/SP e de Cuiabá/MT e de Ordenador de Despesas do Instituto.

Atualmente é Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração da Agência Espacial Brasileira/AEB.

Semana de Qualidade de Vida do IPEA

A FIPECq participou da 2ª Semana de Qualidade de Vida do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA realizada no período de 9 a 11 de agosto de 2011, na sede do Órgão, em Brasília/DF.



Foto de Sidney Murrieta/IPEA

O objetivo do evento foi propiciar a integração entre os servidores e colaboradores, assim como promover ações voltadas à saúde. Na ocasião foram apresentadas palestras; realizados exames e prestados esclarecimentos sobre assuntos de interesse do corpo funcional.

FIPECq passou a contar com Ouvidoria



Desde o dia 3 de outubro de 2011 os Participantes Ativos e Assistidos da FIPECq passaram a contar com mais um canal de interação: a Ouvidoria, responsável por receber manifestações como reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões, e dar, sempre, o feedback necessário.

Prevista no Código de Governança da FIPECq, a Ouvidoria representa uma tendência das Organizações.

Em uma prova clara da tendência atual de gerir com transparência, em 2010 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC editou o Guia das Melhores Práticas de Governança tendo recomendado às Entidades Fechadas de Previdência Complementar a criação de uma ouvidoria como forma de organizar e acompanhar o recebimento de solicitações; questionamentos; denúncias e representações, corroborando, assim, a postura adotada pela FIPECq.



Em dezembro de 2010 a Diretoria Executiva da FIPECq, por meio da Portaria nº 1508/10 criou o Grupo de Trabalho, composto por técnicos da Fundação com o objetivo de elaborar o Regimento Interno da Ouvidoria, assim como os demais normativos.

Na 198ª Reunião o Conselho Deliberativo da FIPECq aprovou a Ouvidoria como Unidade Organizacional ligada à Diretoria Executiva da Fundação.

Assumi a função de Ouvidora Rita de Cássia Silva Cardoso, empregada com mais de duas décadas de experiência na Fundação.

FIPECq participou do 32º Congresso

Sob o tema Visão de Futuro - Inovar no Presente foi realizado no período de 19 a 21 de setembro de 2011, na Cidade de Florianópolis/SC, o 32º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão promovido pela ABRAPP que contou com a participação da FIPECq.

Durante o evento foi lançada a TV ABRAPP e abordados assuntos como a importância da utilização simultânea de todos os canais de comunicação e relacionamento para a construção de uma cultura previdenciária; gestão atuarial com abordagem multidisciplinar como um desafio aos profissionais do sistema de previdência complementar; a necessidade dos gestores de investimentos adotarem novas práticas para fazer frente aos impactos provocados pela estabilização da economia; a gestão jurídica para prevenir e evitar o risco de ações futuras, com base no controle e monitoramento dos riscos; e o desafio para as instituições que querem resultados e a necessidade de reconfigurar o trabalho de atendimento ao cliente a partir da perspectiva do participante.

Resultados da Pesquisa da ABRAPP

Assim como aconteceu em 2009, a FIPECq encaminhou no dia 18 de abril de 2011 a seus Participantes um link pelo qual foi possível ter acesso à 2ª Pesquisa: Os Fundos de Pensão na Visão dos Participantes promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/ABRAPP.

A Pesquisa contou com a consultoria da Towers Perrin e objetivou saber como os Participantes “enxergavam” o fundo de pensão ao qual são vinculados. Foi desenvolvida de forma confidencial e as respostas foram dadas diretamente à ABRAPP.

Os resultados foram divulgados, pela ABRAPP, aos Fundos de Pensão, durante o 32º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão.

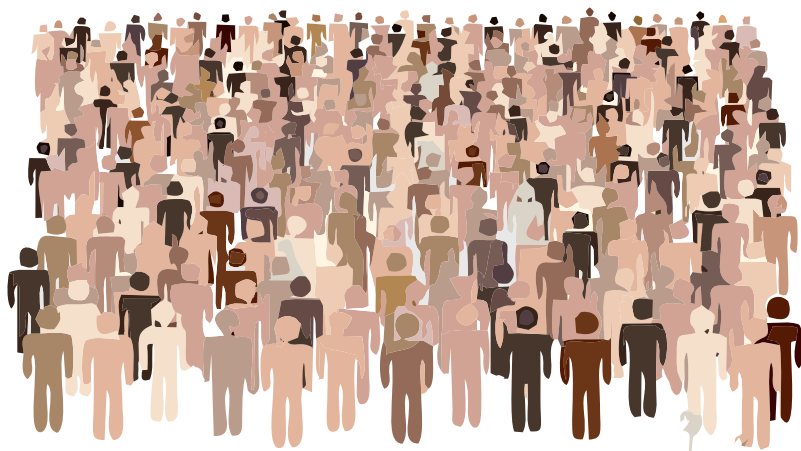
O total de 107 Participantes da FIPECq, entre Ativos, Assistidos e Pensionistas, participaram da pesquisa cujas respostas foram enviadas diretamente para a ABRAPP.

Quando questionados se acreditavam que a FIPECq fazia uma boa gestão dos investimentos dos recursos do plano de previdência, 55% dos Participantes Ativos concordaram ou tenderam a concordar, percentual que ficou mais elevado para os Assistidos: 60% e que subiu para 80% em se tratando de Pensionistas.

Ao serem indagados sobre o nível de satisfação em relação ao plano de previdência, 53% dos Participantes Ativos concordaram ou tenderam a concordar; 67% dos Assistidos demonstraram a mesma opinião e 60% das Pensionistas responderam da mesma forma.

Aproximadamente 57% dos Participantes Ativos e 80% dos Assistidos afirmaram estar satisfeitos com o atendimento prestado pela Fundação. Percentual que ficou em 40% entre as Pensionistas.

Perguntados se acreditavam que a FIPECq fazia (ou continuaria fazendo durante o período de recebimento da aposentadoria ou pensão) uma boa administração do plano, 56% dos Participantes Ativos acreditam que ela faz; 67% dos Participantes Assistidos são da mesma opinião e 80% dos Pensionistas tiveram o mesmo posicionamento.



## Realizado o Planejamento Estratégico

A FIPECq realizou no dia 31 de agosto de 2011 o seu Planejamento Estratégico para o período de 2012 a 2015 que apontou, dentre outros, a necessidade de reestruturação organizacional da Fundação; o aprimoramento dos processos de Governança Corporativa e a integração das ferramentas de Tecnologia da Informação.

## FIPECq promove encontro na FINEP

Apresentar e implantar o Programa de Educação Financeira e Previdenciária aos Participantes da FINEP foi o objetivo do Encontro FIPECq com os Participantes - Vamos escrever juntos a nossa história? realizado no dia 16 de novembro de 2011, às 9 horas, na Financiadora de Estudos e Projetos/FINEP, no Rio de Janeiro/RJ.

O evento aberto por Ronald Lucena, da FINEP, teve início com a palavra do Diretor de Previdência da FIPECq, Adilmar Ferreira Martins, que abordou, dentre outros, os instrumentos legais de regulação da Entidade; os critérios para apuração dos planos de benefícios: destinação do superávit e equacionamento de déficit; e as premissas utilizadas.

Em seguida a Coordenadora do Programa de Educação Financeira e Previdenciária, a técnica Consuelo Vecchiatti fez uma breve retrospectiva das principais ações desenvolvidas pelo Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Fundação e o propósito e a forma de sua implantação naquela Financiadora.

Ainda no período da manhã foi tratado pelo Analista de Investimentos da FIPECq, Renan da Silva Júnior, o tema Gestão de Finanças momento em que fez um breve histórico da economia brasileira, retratou a época de escassez de crédito; concentração da riqueza e de uma economia em depressão comparando-a com o contexto atual de estabilização, expansão do crédito e acesso a várias linhas de financiamento, fato que motivou o aumento do consumo e os altos índices de endividamento da população decorrente da falta de planejamento. Sob essa ótica demonstrou a importância da educação financeira entendida como um processo que permite aos indivíduos melhorarem a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus riscos, para desenvolver habilidades capazes de motivar decisões fundamentadas, melhorando o seu bem-estar. Enfim, reforçou a necessidade de se efetuar um planejamento financeiro pessoal, por meio de estratégias precisas, dirigidas para acumulação de bens e valores que irão formar patrimônio do indivíduo e de sua família.

O primeiro tema apresentado à tarde foi Investimentos que também ficou sob a responsabilidade de Renan que citou a solidez da FIPECq, Entidade com mais de 30 anos de existência, a qual passou por inúmeras crises financeiras no Brasil e no Mundo como Moratória do México; Plano Collor e Crise Cambial Asiática e sobreviveu a todas, o que denota maturidade em mitigar riscos. Lembrou a existência de princípios de investimentos orientados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC; a existência dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e do Comitê de Investimentos; realização das Auditorias Contábil e de Gestão. Todos com o firme propósito de resguardar os investimentos da Fundação.

Em seguida foi a vez da Gerente de Previdência da FIPECq, Verônica Câmara, detalhar os benefícios oferecidos pelo Plano de Previdência Complementar/PPC. Começou falando do tempo de existência do Plano PPC; das condições para ingresso; suas fontes de custeio e as mudanças significativas advindas com o Novo Regulamento editado em 2010, como por exemplo, a criação de Conta Individual para Aporte de Recursos; o acréscimo em 25% no valor da complementação por Invalidez se houver necessidade de assistência, em conformidade com o INSS; a cobrança de Joia Atuarial do Participante já Assistido decorrente de inclusão de beneficiário com direito à Pensão Vitalícia pelo Plano e a instituição da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido/BPD.

No decorrer do evento, encerrado às 17 horas, foram sorteados os livros Quem pensa enriquece - Napoleon Hill; Investimentos- Como administrar melhor seu dinheiro - Mauro Halfeld e A mente Milionária - Thomas J. Stanley, bem como entregue o Cartão *Pense antes de comprar!* todos com o intuito de que sirvam como ferramentas de educação financeira.

Dando continuidade às atividades do Programa de Educação Financeira e Previdenciária da FIPECq realizou, de forma digital, com os Participantes da FINEP, o I Quiz de Educação Financeira e Previdenciária: jogo digital de perguntas e respostas com o objetivo de aferir, de forma lúdica, o grau de conhecimento financeiro e previdenciário.

FIPECq e FIPECq Vida apresentam-se aos novos servidores do CNPq

A FIPECq e a Caixa de Assistência Social da FIPECq/FIPECq Vida representadas, respectivamente, pela Diretora de Projetos Especiais e Comunicação e Diretora-Presidente, Sonia Cristina de Moura Seabra, apresentaram-se aos novos servidores recém-ingressos no quadro do CNPq durante a Palestra de Ambientação realizada no dia 16 de novembro de 2011, às 15 horas, no Auditório daquele Órgão.



Foram detalhados os produtos da FIPECq Vida: planos médicos e odontológicos; seguro de vida em grupo; as condições de elegibilidade; carências; coberturas, inclusive as adicionais como o atendimento domiciliar de urgência e emergência 24 horas; medicamentos para determinadas patologias e o Plano FIPECqPREV.

Aprovada a Política de Investimentos da FIPECq

O Conselho Deliberativo da FIPECq aprovou em sua 227ª reunião, realizada no dia 08 de dezembro de 2011, por meio da Resolução 011/2011, a Política de Investimentos para o período 2012 a 2016 a qual define os percentuais de aplicação dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação.

As aplicações financeiras dos patrimônios (reservas e fundos) dos Planos de Previdência Complementar/PPC; FIPECqPREV e Plano de Gestão Administrativa/PGA não mais se darão na forma UNIFUNDO, como já vinham acontecendo, ou seja, passarão a ser mantidas e controladas de forma segregada por Planos.

## Aprovada a Política de Investimentos da FIPECq



Diante dos indicadores macroeconômicos projetados para o ano de 2012, como forma de viabilizar o cumprimento da meta atuarial correspondente ao INPC + 5% aa, as aplicações financeiras dos planos geridos pela FIPECq deverão ser alocadas respeitando as exigibilidades de cada fundo. Para o Plano de Previdência Complementar/PPC, a Política de Investimentos aprovada indica que deverão ser direcionados até 60% dos recursos no segmento de renda fixa; até 30% no segmento de renda variável, até 4% no segmento de investimentos estruturados; até 1,8% no segmento investimentos no exterior, até 1,2% em imóveis e até 3,3% no segmento empréstimos e financiamentos.

Devido à necessidade de contar com maior liquidez, o FIPECqPREV tem como alvo a alocação de seu patrimônio em até 60% no segmento de renda fixa e até 40% em renda variável; e o PGA, que possui características similares, tem como alvo a alocação em até 70% no segmento de renda fixa e até 30% em renda variável.

A Política de Investimentos e as diretrizes da FIPECq são revistas anualmente por sua Diretoria de Aplicações Financeiras a partir da análise dos cenários macroeconômicos, de estudos setoriais, do fluxo de caixa e do orçamento da Fundação, com o objetivo de definir a atuação no que se refere aos investimentos nos segmentos de renda fixa; renda variável; investimentos estruturados; imóveis e empréstimos aos Participantes e os objetivos específicos de rentabilidade de cada segmento de aplicação com limites máximos e mínimos para aplicação, bem como os setores nos quais se deve aumentar ou reduzir sua participação.

## Programa dissemina Seminário Online



Em mais uma iniciativa do Programa de Educação Financeira/PEFP, os empregados da FIPECq tiveram a oportunidade de assistir ao Seminário Casais Inteligentes Enriquecem Juntos com Gustavo Cerbasi, o qual foi apresentado de forma online no dia 28/11/2011 e, como vídeo, em 2/12/2011, na Sede da FIPECq, em Brasília/DF. Na ocasião foi distribuído o Cartão do Consumo Consciente *Pense antes de comprar!* com o intuito de que seja utilizado como mais uma ferramenta de educação financeira.

## Criatividade da FIPECq é citada na Fundos de Pensão

Sob o tema *É preciso conhecer o cliente para chegar até ele - Melhores práticas incluem novas mídias e o jeito de se comunicar com o Participante*, o Coordenador de Pesquisas Atuariais, Contábeis e Econômicas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC, Fábio Coelho, concedeu entrevista à Revista Fundos de Pensão do último bimestre do ano, ocasião em que citou a grande criatividade da FIPECq ao desenvolver seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária.

Fábio Coelho mencionou o fato de que mesmo com poucos recursos é possível às entidades desenvolverem um bom programa de educação financeira e previdenciária; a importância do uso de novas mídias, do envolvimento da alta gestão e da integração com as Patrocinadoras.

Vale a pena conferir a entrevista completa na Revista Fundos de Pensão de Novembro/Dezembro 2011!

## Quiz na FINEP chega ao fim

No período de 5 a 9/12/2011 foi realizado com os empregados da FINEP/RJ o I Quiz de Educação Financeira e Previdenciária na FINEP cujo objetivo foi aferir o grau de conhecimento sobre assuntos pertinentes à FIPECq; Previdência Complementar; Planos Administrados pela Fundação, dentre outros.

O Quiz é um jogo digital, que foi acessado diretamente no site da FIPECq, mediante LOGIN e SENHA no qual o Participante respondeu a um total de 25 questões armazenadas e lançadas de forma randômica.

Os três primeiros colocados foram premiados com valores que serão creditados na conta do PPC ou do FIPECqPREV.

Os ganhadores foram: 1º lugar - Fernando Verly; 2º lugar Ruben Silveira e 3º Laura Coeli que receberam respectivamente como prêmio aportes nos valores de R\$200,00; R\$100,00 e R\$50,00 na Conta Individual do Plano de Previdência Complementar/PPC ou no FIPECqPREV.





## ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDICA – 2011

A estrutura orgânica da FIPECq conta com uma Assessoria Jurídica, que é integrada por dois advogados, sendo um deles, o Assessor Jurídico. Tem como principal atribuição assessorar a Diretoria Executiva nas diversas áreas da estrutura orgânica da Fundação, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e fornecer à Auditoria Externa, informações trimestrais detalhadas por meio de relatório de andamento das ações judiciais da FIPECq, além de exercer a representação judicial de vários processos no Distrito Federal e em alguns Estados da Federação. A AJU faz, também, o acompanhamento em sistema informatizado próprio, de todas as ações em andamento, nas diversas instâncias, tribunais e jurisdições e dos contratos com escritórios e advogados terceirizados.

## Acompanhamento das Ações Judiciais

O Quadro-Resumo abaixo, apresenta a quantidade de ações judiciais da FIPECq, por área e situação dos processos.

| Área                     | Quantidade Total | Situação     |            |
|--------------------------|------------------|--------------|------------|
|                          |                  | Em Andamento | Encerrados |
| Juizado Especial         | 5                | 2            | 3          |
| Justiça Comum Cível      | 399              | 328          | 71         |
| Juizado Especial Federal | 1                | 0            | 01         |
| Justiça Federal          | 18               | 17           | 01         |
| Justiça do Trabalho      | 15               | 14           | 01         |
| <b>TOTAL GERAL</b>       | <b>438</b>       | <b>361</b>   | <b>77</b>  |

Do total dos processos em andamento no mês de dezembro de 2011 (361), a FIPECq figura como Autora em trezentos e seis (306) deles, o que representa 84,7%, e como Ré, nas demais. Nas ações em que a FIPECq é Autora, quatro (04) têm como objeto a cobrança da reserva a amortizar que deixou de ser aportada no momento próprio pelas Patrocinadoras atingidas pelo Regime Jurídico Único. Além disso, a FIPECq busca em outras ações nos Juízos de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Curitiba, a reparação de investimentos com insucesso em algumas instituições financeiras e empreendimentos, além de restituições e isenções tributárias. As demais ações, como Autora, cerca de duzentos e noventa e três (293), referem-se à cobrança de inadimplência de empréstimos concedidos, cujos resultados estão sendo obtidos por meio de acordos judiciais celebrados com os mutuários e por decisões na jurisdição contenciosa, com considerável retorno de recursos ao longo dos últimos três anos. Além disso, a FIPECq tem conseguido decisões judiciais que permitem o desconto na folha de pagamento e na conta bancária do mutuário.

Ao final do ano de 2011, dos processos em que a FIPECq figura como Ré, três (3) referem-se à execução fiscal; e cinco (5) a expurgos inflacionários.

Encontra-se em fase de contestação a Ação Declaratória ajuizada pela FIPECq no final do ano de 2010 com o objetivo de que o Judiciário (Justiça Federal do Distrito Federal) declare por sentença a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o patrimônio atual da Fundação.

Estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica da FIPECq, como representante judicial (31) da totalidade de ações, o que corresponde a cerca de 8,59% dos processos. Nas demais ações em que a FIPECq é Autora ou Ré, sua representação é exercida por escritórios ou advogados terceirizados. Essas contratações decorrem da natureza da ação, do objeto da causa, do local onde se encontra tramitando e do tempo que é disponibilizado em cada uma delas, além da especialização requerida no tema e da obrigatória atuação "in loco", quase sempre, em todas as instâncias no curso da tramitação processual.

Ainda no ano de 2011, a AJU elaborou três petições iniciais de ações, sendo uma de notícia crime, na Cidade de Curitiba-PR; apresentou doze defesas (contestação) em ações novas contra a FIPECq; ofereceu dezessete recursos e contra-razões de recursos em ações em andamento, inclusive em Tribunal Superior (TST); elaborou quinze contratos e termos aditivos, além de um número considerável de realização de audiências e participação em

julgamentos em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus, bem assim de elaboração de despachos, comunicações internas, pareceres e distribuição de Cartas Precatórias das ações de execução de título extrajudicial em Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo, que não foram aqui listadas.

A Assessoria Jurídica, no decorrer dos 12 (doze) meses de 2011 produziu 60 (sessenta) relatórios das ações da FIPECq, extraídos do sistema de acompanhamento de processos, atualizados mensalmente sob sua responsabilidade, cujo número de ações variou entre trezentos e noventa e sete e trezentos e sessenta e um, com disponibilização de acesso a dois Relatórios para a Diretoria Executiva e envio mensal de quatro Relatórios para a Gerência de Contabilidade e Infraestrutura. Encaminhou, ainda, nos meses de novembro e dezembro de 2011, dois Relatórios para os Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Relação dos advogados e os escritórios que prestam serviços para a FIPECq:

| Nome   | Área de Atuação  |
|--|--|
| Alde da Costa Santos Júnior                        | Cível  |
| Airton Rocha Nóbrega                               | Cível  |
| Brasil, Pereira Neto, Galdino e Macedo             | Cível  |
| Eliane Cristina de Lima Bombardelli                | Cível  |
| Fabiano de Almeida Nunes                           | Cível  |
| Jonas Modesto da Cruz                              | Cível  |
| Lobo & Ibeas Advogados                             | Cível  |
| Luiz Antônio Muniz Machado                         | Cível  |
| Manoel Guilherme Donas                             | Cível  |
| Marcelo Lamego Carpenter Ferreira                  | Cível  |
| Reis Advocacia (Pedidos e Respostas)               | Cível  |
| Ximenes Advogados Associados                       | Cível  |
| Junqueira de Carvalho, Murgel e Brito              | Cível/Tributária   |
| Edna Consentino Xavier Cardoso                     | Trabalhista  |
| Heloisa Camargo Rodrigues Felipe dos Santos        | Trabalhista  |
| Wilmon Alves de Oliveira e Laércio Barbosa de Melo | Cível, Trabalhista e Consultoria e Assessoria Jurídica Interna |

## NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação/NTI conta com dois Técnicos Especializados na área de Análise de Sistema, atua condizente com o Plano Diretor de TI da Fundação que objetiva estruturar estratégica, tática e operacionalmente as informações organizacionais por meio de projetos e sistemas de informação.

Consoante com o princípio de responsabilidade ambiental, uma vez que a TI provoca impactos no meio ambiente, seja pela demanda de energia elétrica, seja pelo uso de materiais utilizados na fabricação do hardware e dos softwares, a Fundação tem adotado medidas consideradas como de TI Verde, focadas na redução de insumos naturais e iniciativas de responsabilidade socioambiental.

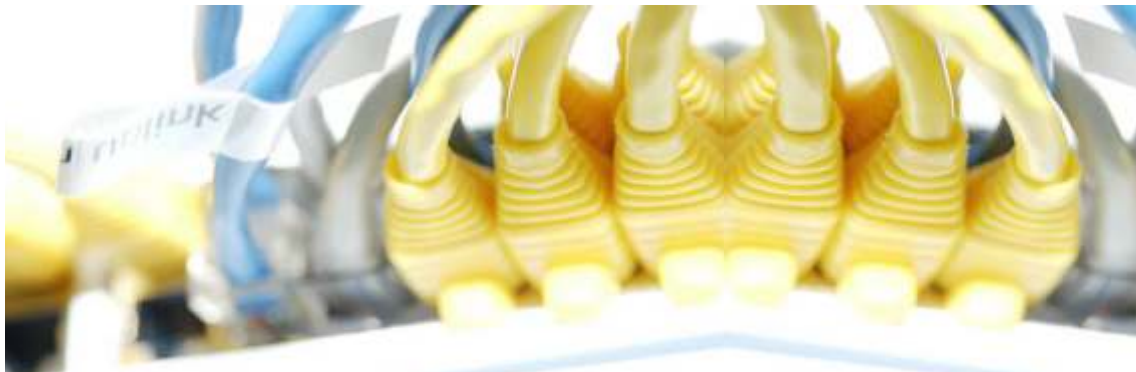
Nesse contexto, destacamos as seguintes atividades no ano de 2011:

Aquisição de servidores tipo "Blade" que reduz o consumo de energia e otimiza o espaço físico, diminuindo a necessidade de refrigeração.

Atualização de sistema operacional e hardware visando a redução do consumo energético e do tempo de processamento;

Virtualização de Servidores: utilização de software que "emula" uma máquina virtual como um servidor físico, criando assim, um ambiente isolado e independente da máquina "real". Deste modo, uma máquina física, dentro de sua capacidade de desempenho pode "hospedar" diversas máquinas virtuais independentes.

Aquisição de sistema de refrigeração em substituição ao sistema antigo que usava CFC sendo este altamente agressivo ao meio ambiente.



As atividades realizadas na Previdência no exercício de 2011 foram intensificadas com o processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV que já havia começado no exercício de 2010 com a edição da Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 565, publicada no Diário Oficial da União em 29/07/2010. A data da efetiva Incorporação ocorreu em 31/01/2011, porém os reflexos deste processo perduraram durante todo o exercício, com o pagamento de valores individuais para os ex-participantes do PPE que optaram pelo acesso ao recurso disponibilizado pelo Plano com depósito em conta corrente em 28/02/2011. As prestações de conta sobre o fechamento do Plano seja internamente, para os Auditores, para os Gestores da Entidade, para a Agência Nacional de Previdência Complementar PREVIC demandou muita dedicação do corpo técnico da Entidade e seus Dirigentes.

### Recadastramento

Em julho de 2011 foi encaminhado a todos os Participantes Assistidos, dos Planos administrados pela FIPECq, formulário de recadastramento em atendimento à Instrução Normativa da FIPECq nº 49. No término de 2011 obtivemos 100% de retorno do recadastramento. Na oportunidade do envio do Recadastramento foi entregue um folheto sobre educação financeira e previdenciária dedicado aos Assistidos, o qual foi promovido pela Coordenação do Programa de Educação.

### Adiantamento de 50% do Abono Anual

Em cumprimento à Resolução nº 015 do Conselho Deliberativo da FIPECq, em janeiro de 2011, foi concedido o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do abono anual a todos os Aposentados dos Planos administrados pela FIPECq, garantindo aos mesmos o direito de requererem contrariamente a esse adiantamento. Registramos que no universo de 275 (duzentos) Aposentados do PPC, em janeiro de 2011, recebemos 3 opções pelo não recebimento do referido adiantamento.

Os Pensionistas dos Planos de Previdência administrados pela FIPECq tiveram o adiantamento de 50% do abono anual no mês de junho de 2011. Registramos que no universo de 120 pensionistas em junho de 2011, recebemos 15 opções pelo não recebimento do referido adiantamento.

### Sobre o Processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV

A FIPECq iniciou 2011 com o compromisso assumido em 2010 de levar aos 2.185 Participantes do PPE do que se tratava o Processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV. Os 180 dias que a equipe da Previdência teria a partir de 29/07/2010 para localizar cada

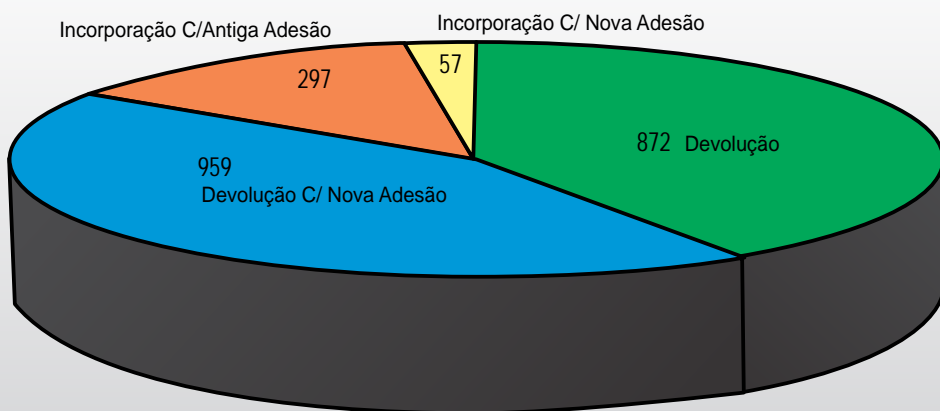
Participante teve o seu término em 31/01/2011. Em 22 de janeiro de 2011 foi disponibilizado na área do Participante, no site, o valor definitivo que poderia ser incorporado ao FIPECqPREV ou recebido em conta corrente em 28/02/2011. Abaixo demonstramos de forma simplificada a decisão tomada pelos Participantes do PPE em 31/01/2011.

### Divulgação

Durante o período da incorporação diversos e-mails e matérias publicadas nas edições do O Previdente, além de contatos telefônicos e pessoais reiteraram, aos Participantes do PPE, as opções que poderiam fazer diante do processo de Incorporação do PPE a outro Plano. As possibilidades foram as seguintes: assinar termo de adesão ao FIPECqPREV e transferir os recursos disponibilizados no PPE para sua conta individual no FIPECqPREV; ter acesso aos recursos que lhe cabiam no rateio do saldo do PPE em 31/01/2011 e fazer a sua inscrição no FIPECqPREV e, por último, somente receber o recurso oriundo do PPE sem que fosse dada a continuidade previdenciária com a FIPECq através do FIPECqPREV.

Durante o período de incorporação foi criado mais um canal de comunicação: ppefipecqprev@fipecq.org.br pelo qual foram atendidos mais de 1.200 questionamentos sobre o processo. Além deste, todos os e-mails da FIPECq e a Central de Relacionamento 0800 61 2002 receberam diversas questões sobre o tema.

### ESTATÍSTICA DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO



## OPÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PPE EM 31/01/2011

Dos 2.185 Participantes Ativos do PPE, 354 optaram por incorporar os recursos, destes o total 57 Participantes já possuía o Plano FIPECqPREV e 297 fizeram a adesão ao Plano por meio de nova inscrição. O total de 1.831 optou por não incorporar os recursos. Destes 1.831, 959 efetuaram adesão ao FIPECqPREV, o que significa que, embora tenham decidido pelo saque dos recursos, ainda assim resolveram continuar com um Plano de Previdência administrado pela FIPECq. Já 872 Participantes não quiseram aderir ao FIPECqPREV porque tinham outros projetos ou não contavam com um produto da Caixa de Assistência Social da FIPECq/FIPECq Vida (condição indispensável para aderir ao FIPECqPREV).

Na apuração final da incorporação, 32 Participantes Ativos do PPE, apesar de notificados, não se manifestaram quanto às opções existentes. Para os 11 Participantes que possuíam saldo credor ficou decidido que o montante que lhes cabia seria creditado em conta aberta, a pedido da FIPECq, na Caixa Econômica Federal para recebimento dos recursos e, para os 21 Participantes não optantes detentores de saldo devedor para com o Plano PPE, estes tiveram quitados com o PPE parte de seus débitos (empréstimo).

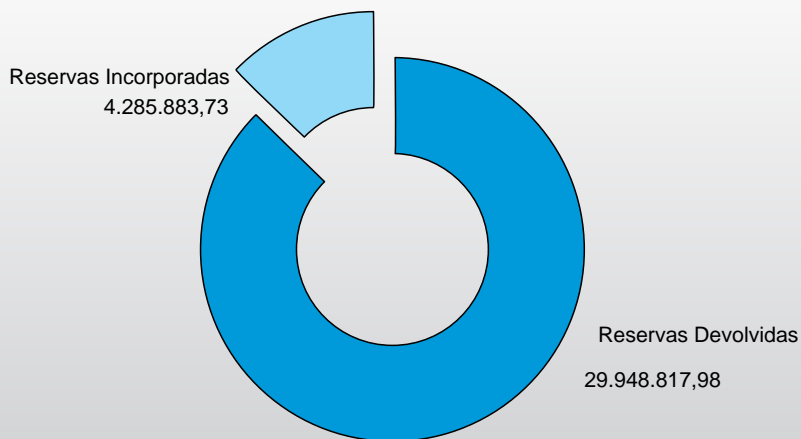
Durante o período da incorporação, ou seja, desde o início do processo em 01 agosto 2010 até o dia 31 de janeiro de 2011, o PPE continuou cumprindo o seu papel previdenciário, tendo concedido 5 novos benefícios de Aposentadoria por Invalidez e 9 Pecúlios por Morte.

Quanto ao processo de incorporação, em 31 de janeiro de 2011, os 45 Participantes Assistidos do PPE optaram da seguinte forma: 37 pelo recebimento da reserva matemática e 8 pela continuidade do benefício do PPE tendo o FIPECqPREV como seu sucessor e mantidas as regras de manutenção do plano original.

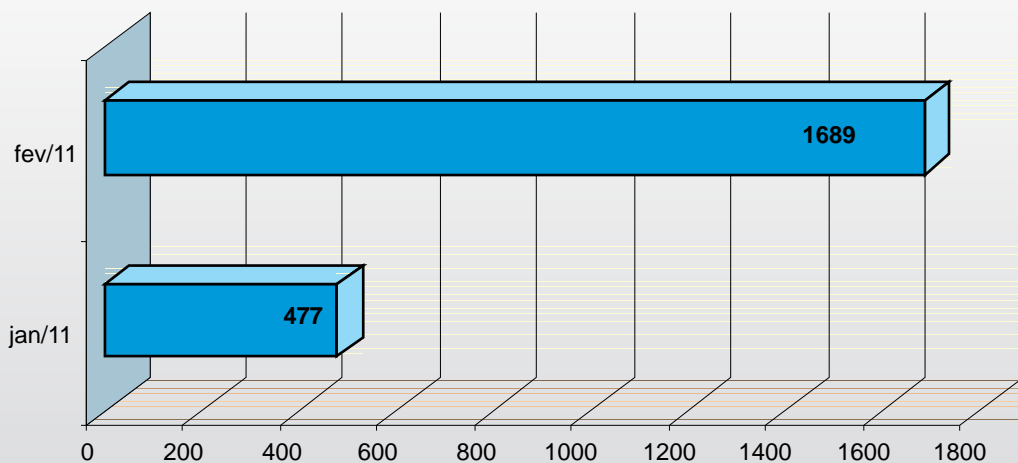
## DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS INDIVIDUAIS DO PPE

Na data da efetiva incorporação do PPE, ou seja, em 31 de janeiro de 2011, o total de R\$ 34.234.701,71 foram assim distribuídos, após opção exercida pelos Participantes:

1. recursos devolvidos aos Participantes Ativos e Assistidos: R\$ 29.948.817,98
2. recursos incorporados ao FIPECqPREV: R\$ 4.285.883,73



Estatística de Participantes no FIPECqPREV  
31/jan -2011 – 01/fev - 2011



A partir de 01/02/2011 o Plano FIPECqPREV passou a ter 1.689 Participantes.



## CONTRATAÇÃO DE SEGURO ESPECÍFICO PARA ATENDIMENTO AO FIPECqPREV

O Plano FIPECqPREV - concebido em abril de 2007 - por ser um Plano instituído já contemplava a possibilidade de se contratar seguro para fins previdenciários em instituição seguradora para cobertura de morte, conforme determina a Resolução CGPC nº 10/2004 *que autoriza a contratação de seguro aos riscos atuariais decorrentes da concessão de benefícios devidos em razão de invalidez e morte de Participantes de planos de previdência complementar.*

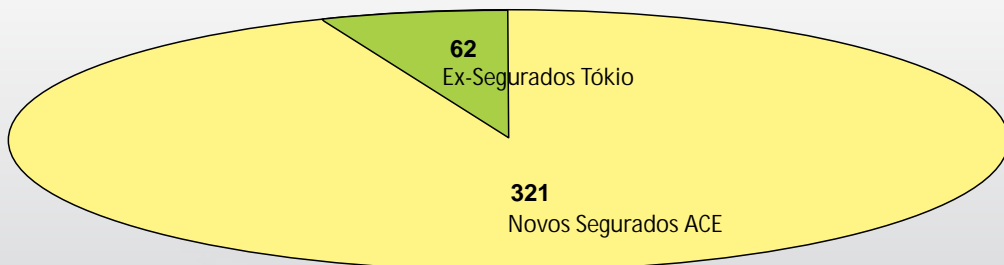
Para os Participantes do FIPECqPREV foi contratado inicialmente o seguro da Tóquio Marine, a fim de oferecer cobertura de morte, o qual vigorou até dezembro de 2010.

Tendo em vista a incorporação do PPE ao FIPECqPREV, a FIPECq buscou no mercado de seguradoras àquela que melhor atendesse os Participantes do PPE prestando a cobertura condizente com a já oferecida pelo Plano de Previdência Especial/PPE, uma vez que deixaria de existir a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Dessa forma, a FIPECq firmou, em janeiro de 2011, contrato com a Ace Seguradora para que desse cobertura para os atuais Participantes do FIPECqPREV que já contavam com o seguro da Tóquio Marine, bem como para os que viessem aderir ao FIPECqPREV e que optassem por sua contratação. Cabe ressaltar que o seguro oferecido pela Ace agregou a cobertura de invalidez que não era prevista no da Tóquio Marine.

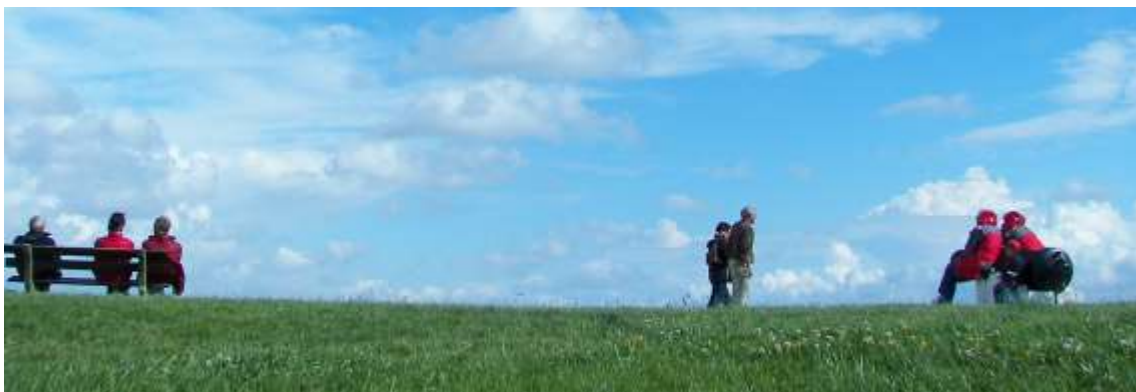
Basicamente o Seguro da Ace, contratado pela FIPECq, foi estabelecido para garantir o capital segurado que já existia no Plano PPE. O Participante do PPE ao aderir ao FIPECqPREV acumula, mensalmente, recursos em sua conta individual. Porém, se ele desejar majorar esta conta individual, na possibilidade de se invalidar ou vir a falecer, ele pôde contratar o seguro da Ace.

Durante o processo de incorporação, os Participantes do PPE que aderiram ao FIPECqPREV tiveram duas opções ao contratar o seguro da Ace: manter o patamar do capital segurado existente no PPE, assemelhando-se ao Pecúlio que deixaria de existir, ou manter o nível da contribuição (prêmio) que ele já pagava no PPE, o que dependendo da idade do Participante ficaria mais barato.



A partir de 1º de fevereiro de 2011 considerando-se o processo de incorporação, passamos a ter 383 segurados pela Ace Seguradora, dos quais: 62 eram assegurados pela Tóquio Marine até 31 de janeiro de 2011 e passaram para a Ace e 321 novos assegurados pela Ace motivados pelo processo de incorporação.

Todo o processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV representou a cada atendimento, fosse pessoal, telefônico ou por meio eletrônico, uma retrospectiva do que havia ocorrido ao longo de 20 anos. O PPE que findara estava dando lugar a um Plano totalmente legitimado pelos órgãos governamentais competentes trazendo para os Participantes maior segurança jurídica e previdenciária. O PPE findou com um histórico de pagamentos concedidos de 193 Pecúlios; 47 processos de Invalidez e 8 pensões.



## PLANOS ADMINISTRADOS

### Plano PPC – Plano de Previdência Complementar

Em janeiro de 2011, os benefícios complementados pelo Plano PPC e o Piso Mínimo foram reajustados em 6,47% (seis inteiros e quarenta e sete centésimos por cento), em conformidade com a Portaria Interministerial MPS/MF nº. 407 de 14/07/2011, DOU de 15/07/2011.

Foram concedidos no decorrer do exercício os seguintes benefícios pelo Plano de Previdência Complementar/PPC: 3 aposentadorias por tempo de contribuição; 1 aposentadoria por idade; 4 pensões por morte; 9 pecúlios por morte e 27 auxílios-doença. Foram extintos, no exercício, 5 aposentadorias por tempo de contribuição; 2 aposentadorias por idade; 1 aposentadoria por invalidez; 2 pensões e 31 auxílios-doença.

### Plano PPE – Plano de Previdência Especial - Novas Concessões até 31/01/2011

Quanto às complementações do Plano de Previdência Especial/PPE, apesar do processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV, no mês de janeiro de 2011 todos os assistidos receberam o seu benefício complementar sendo contemplado o Abono Anual proporcional a 1/12 para os assistidos que receberiam benefício até 31/01/2011.

Durante o processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV (de 01/08/2010 a 31/01/2011) o PPE concedeu no período que antecedia o seu encerramento o total de 5 novas aposentadorias por invalidez, 3 pensões por morte e 9 pecúlios por morte.

Registramos que o PPE durante os seus 20 anos e 30 dias de existência pagou 47 complementações de aposentadoria por invalidez e 192 pecúlios por morte e 8 pensões por morte.

Os Assistidos do PPE que desejaram a continuidade do benefício foram amparados da seguinte forma: 6 aposentadorias por invalidez e 2 pensões, estes tiveram a manutenção normal de seus benefícios complementares no decorrer do exercício.

### Plano de Benefícios Saldados – PBS

Considerando as alterações homologadas pela PREVIC, em 29.07.2010, constou a determinação da extinção do Plano de Benefícios Saldados – PBS. A Diretoria da FIPECq

não teve qualquer alternativa que não fosse a de suspensão dos 12 benefícios em manutenção. O término do benefício passou a ser praticado a partir de 01.09.2010.

No decorrer de 2011 foram tomadas providências para o levantamento dos recursos necessários ao eventual pagamento das Reservas Matemáticas aos Assistidos e das Reservas de Poupança aos Participantes Ativos, após avaliação atuarial e aprovação da PREVIC.

Quadro I  
Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC (2010 - 2011)

| Espécie                             | R\$ 1,00   |            |              |
|-------------------------------------|------------|------------|--------------|
|                                     | 2010       | 2011       | Variação (%) |
| Aposentadoria Invalidez             | 1.017.703  | 1.048.230  | 3            |
| Aposentadoria por Idade             | 732.383    | 884.857    | 20,8         |
| Aposentadoria Tempo de Contribuição | 7.568.206  | 7.734.144  | 2,1          |
| Aposentadoria Especial              | 53.472     | 56.932     | 6,47         |
| Pensão                              | 2.786.955  | 2.942.166  | 5,5          |
| Auxílio-Reclusão                    | -          | -          |              |
| Auxílio-Doença                      | 706.723    | 875.376    | 23,8         |
| Pecúlio por Morte                   | 230.406    | 302.258    | 31,1         |
| Total                               | 13.095.848 | 13.843.963 | 5,7          |

O quadro acima apresenta um crescimento das despesas no período com o pagamento de benefícios de invalidez; tempo de contribuição, e pensões, sem que os mesmos tenham atingido o percentual de reajuste oficial de 6,47%. Este fato é justificado pelo falecimento de Participantes Assistidos com e sem geração de pensão. O crescimento na aposentadoria especial de 6,47% é retratado uma vez que se mantém o mesmo número de Participantes Assistidos para essa espécie conferindo-lhe, assim, o reajuste oficial aplicado. As Aposentadorias por Idade tiveram uma elevação substancial levando-se em consideração a concessão de novo benefício em valor superior aos benefícios extintos.

Quadro II  
Evolução Institutos Previdenciários - PPC (2010 - 2011)

R\$ 1,00

| Institutos                         | 2010    | 2011    | Variação (%) |
|------------------------------------|---------|---------|--------------|
| Portabilidade PPC Plano Originário | 0       | 50.463  | 100          |
| Portabilidade PPC Plano Receptor   | 0       | 5.620   | 100          |
| Resgate de Reserva                 | 107.598 | 450.013 | 318,2        |
| Total                              | 107.598 | 506.096 | 370,3        |

A partir de 01/08/2010 o Plano PPC pôde exercer em sua plenitude os Institutos Previdenciários previstos pela Lei Complementar 109, quando houve alteração regulamentar, aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC. Em 2011 recebemos na Entidade a opção de 1 (uma) Portabilidade, sendo o PPC o Plano Receptor; e 2 pedidos de Portabilidade, sendo o PPC o Plano Originário para envio à congênere. Dessa forma, o Instituto da Portabilidade se fez presente na rotina da FIPECq a partir de 2011.

Quanto às devoluções de reservas individuais, o seu elevado acréscimo, quando comparado com o exercício de 2010, foi resultado das 167 devoluções exercidas em função das 6 retiradas por desligamento de Participante das Patrocinadoras e 161 resgates representados por reserva retida de longa data e pagamento de diferença que integralizaria o percentual de 100% da reserva devolvida proporcionalmente, a contar de 02/12/2000, medida esta aprovada pela PREVIC em 07/2010 por ocasião da adequação do Regulamento às Leis Complementares 108 e 109 de 29/05/2001.

Quadro III  
Evolução das Despesas Previdenciárias - PPE (2010 –2011)  
2011: considera-se Janeiro 2011

R\$ 1,00

| Espécie               | 2010      | 2011    | Variação (%) |
|-----------------------|-----------|---------|--------------|
| Invalidez – PPE       | 575.165   | 138.217 | (75,9)       |
| Pensão por Morte –PPE | 78.407    | 15.900  | (79,7)       |
| Pecúlio – PPE         | 751.999   | 212.709 | (71,7)       |
| Total                 | 1.531.429 | 366.529 | (76,0)       |

O quadro acima demonstra para o exercício de 2011 o último gasto com benefício no Plano PPE ainda em vigor até 31/01/2011. O decréscimo em todas as espécies de benefício era esperado, uma vez que o Plano de Previdência Especial/PPE deixaria, a partir de 01/02/2011, de ter o mesmo número de assistidos, tendo em vista a opção de recebimento da Reserva Matemática por 37 dos 45 processos em manutenção. Somente 8 Assistidos respectivamente 6 inválidos e 2 pensionistas desejaram manter o recebimento de suas complementações normalmente.

Quadro IV  
Evolução das Despesas Previdenciárias - FIPECqPREV (2010 –2011)

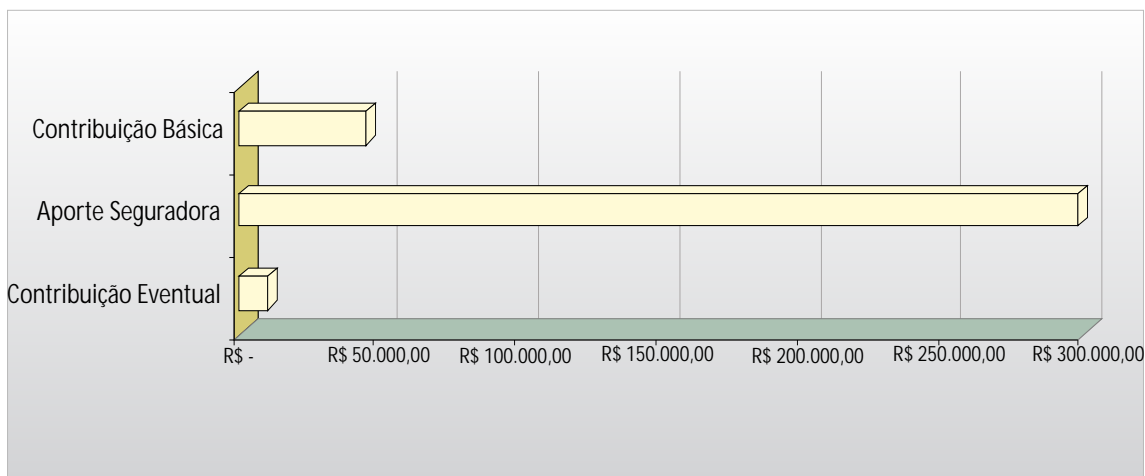
R\$ 1,00

| Espécie                              | 2010 | 2011    | Variação (%) |
|--------------------------------------|------|---------|--------------|
| Invalidez – PPE/FIPECqPREV (*)       | 0    | 158.221 | 100          |
| Pensão por Morte –PPE/FIPECqPREV (*) | 0    | 33.837  | 100          |
| Pecúlio – PPE/FIPECqPREV (*)         | 0    | 1.139   | 100          |
| Benefício Programado – Parcela Única | 0    | 2.592   | 100          |
| Benefício Programado – Prazo Certo   | 0    | 3.200   | 100          |
| Pensão por Morte – Parcela Única     | 0    | 352.059 | 100          |
| Pensão por Morte – Prazo Certo       | 0    | 0       | 0            |
| Total                                | 0    | 551.048 | 100          |

(\*) Os benefícios assinalados referem-se às despesas realizadas com os assistidos do PPE a partir de 01/02/2011, tendo em vista a opção pela continuidade do recebimento de seus benefícios mensais em detrimento ao recebimento da Reserva Matemática em 28/02/2011. A despesa com Pecúlio trata-se de atualizações para pagamento futuro de óbitos ocorridos com Participantes em data anterior ao Processo de Incorporação, pendentes de documentação para pagamento a herdeiros.

Os demais benefícios são oriundos, única e exclusivamente, do ambiente financeiro referente a contas individuais de acúmulo de recursos realizados pelo Participante do FIPECqPREV. No exercício ,recebemos 2 pedidos de Participantes para a recebimento respectivamente, de benefício programado de aposentadoria em prazo único e parcelado. Quanto aos pagamentos de pensão por falecimento de Participante Ativo no FIPECqPREV, todos os beneficiários desejaram receber o benefício em parcela única.

A despesa realizada com Pensões por Prazo Único no FIPECqPREV cabe detalhar a composição da constituição do recurso pago aos beneficiários:



A contratação do seguro no FIPECqPREV foi determinante para que os beneficiários tivessem um saldo de conta majorado. O total de R\$ 352.052,00 de Pensão foi possibilitado pela contribuição eventual de R\$10.000,00, recurso Incorporado do PPE de R\$ 22.807,11; de contribuição Básica/Rentabilidade no valor de R\$ 22.078,89 e o Capital Segurado de R\$ 297.166,00, este último por opção de 4 Participantes em vida. Foram concedidas 10 Pensões no exercício de 2011, sendo que o número de óbitos foi de 14 Participantes cujos processos serão pagos em 2012.



Quadro V  
Evolução Institutos Previdenciários – FIPECqPREV (2010 - 2011)

R\$ 1,00

| Institutos                            | 2010    | 2011      | Variação (%) |
|---------------------------------------|---------|-----------|--------------|
| Portabilidade FIPECqPREV - Originário | -       | -         | -            |
| Portabilidade FIPECqPREV - Receptor   | 52.581  | -         | (100)        |
| Resgate de Reserva                    | 168.194 | 1.224.091 | 627,7        |
| Total                                 | 220.775 | 1.224.091 | 454,4        |

No exercício de 2011 no FIPECqPREV não registramos a ocorrência do Instituto da Portabilidade. O resultado acentuado de resgates deve-se ao fato do recebimento de solicitações de resgates a partir do 2º semestre de 2011 por Participantes que estavam esperando o cumprimento de 6 (seis) meses de adesão ao FIPECqPREV motivados pela adesão que veio a ocorrer a partir de 01/02/2011, por ocasião do Processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV.

Quadro VI  
Evolução das Receitas Previdenciárias em 2010 e 2011  
Plano de Benefício Definido

R\$ 1,00

| Patrocinadora | PPC        |            |            |
|---------------|------------|------------|------------|
|               | 2010       | 2011       | Variação % |
| FINEP         | 8.777.937  | 9.800.996  | 11,6       |
| IPEA          | -          | -          | -          |
| CNPq          | 91.983     | 98.457     | 7,0        |
| INPE          | 127.327    | 113.209    | (11,0)     |
| INPA          | -          | -          | -          |
| FIPECq        | 412.419    | 455.167    | 10,3       |
| Assistidos    | 501.114    | 607.279    | 21,1       |
| Especiais     | 260.918    | 241.615    | (7,4)      |
| Total         | 10.171.698 | 11.316.723 | 11,2       |



Os acréscimos nas contribuições previdenciárias são justificados pela elevação do teto máximo de participação, elevado em 2011 de R\$ 13.869,60 para o valor de R\$ 14.766,96. A elevação da folha salarial das Patrocinadoras, por meio de dissídios, reclassificações, ajuste nas tabelas de gratificação, também são indicadores da elevação do salário-de-participação e consequente acréscimo nas contribuições para os Planos. Os decréscimos de receitas são justificados pelos desligamentos de Participantes dos Planos, seja a pedido, por rescisão de contrato de trabalho, por mudança de situação de Ativo para Assistido ou por falecimento.

Quadro VII  
Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos e Encerrados em 2011

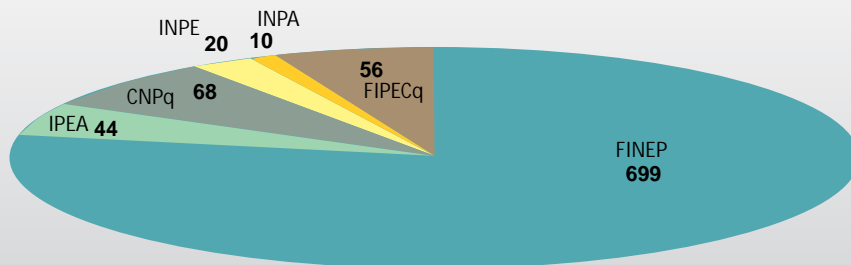
| Benefícios                    | PPC        |            |
|-------------------------------|------------|------------|
|                               | Concedidos | Encerrados |
| Apos. Tempo de Contribuição   | 3          | 5          |
| Apos. por Idade               | 1          | 2          |
| Apos. por Invalidez           | -          | 1          |
| Pensões                       | 4          | 2          |
| Pecúlio – Part. Ativo         | 1          | -          |
| Pecúlio – Particip. Assistido | 8          | -          |
| Resgates                      | 6          | -          |
| Total                         | 17         | 10         |

Quadro VIII  
Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos no FIPECqPREV R\$ 1,00

| Benefícios                       | Concedidos |
|----------------------------------|------------|
| AP. Programada Prazo Único       | 1          |
| AP. Programada Prazo Determinado | 1          |
| Apos. por Invalidez              | -          |
| Pensões Prazo Único              | 10         |
| Pensões Prazo Determinado        | -          |
| Resgates                         | 153        |
| Total                            | 14         |

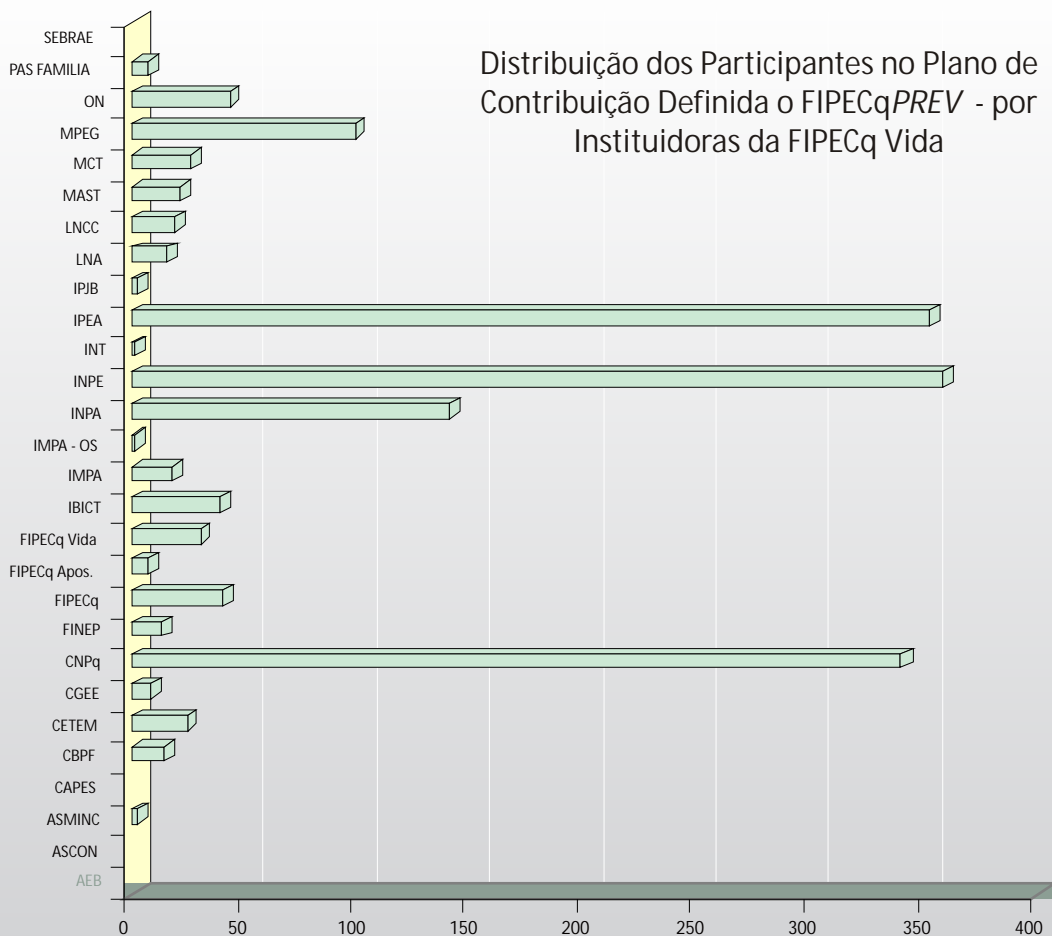


### Universo de Participantes no Plano de Benefício Definido por Patrocinadoras Ativos e Assistidos



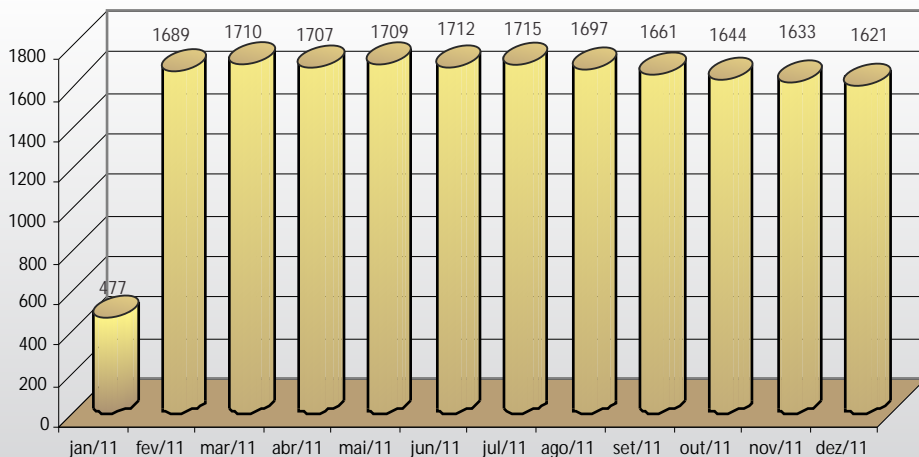
Fonte: Boletim de Participantes de 12/2011

### Distribuição dos Participantes no Plano de Contribuição Definida o FIPECqPREV - por Instituidoras da FIPECq Vida



Fonte: Boletim de Participantes 12/2011

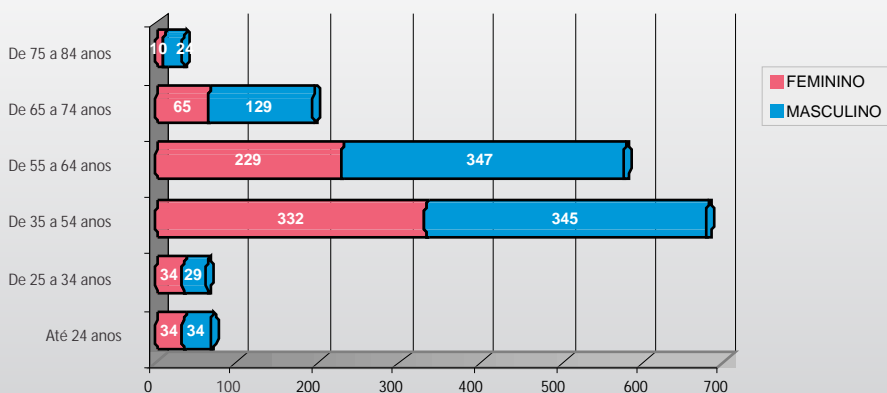
Evolução das Adesões ao FIPECqPREV em 2011



Fonte: Boletim de Participantes 12/2011

No relatório do exercício anterior falávamos em presságio de adesões. No decorrer de 2011 tornou-se realidade, muitas foram as adesões ao Novo Plano por consequência do Processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV. Porém, muito ainda teremos que realizar para levar ao Participante a consciência de que esta modalidade de Plano - que é o de Contribuição Definida - constitui-se em Previdência e que se fará presente em suas vidas caso seja destinado à poupança de longo prazo.

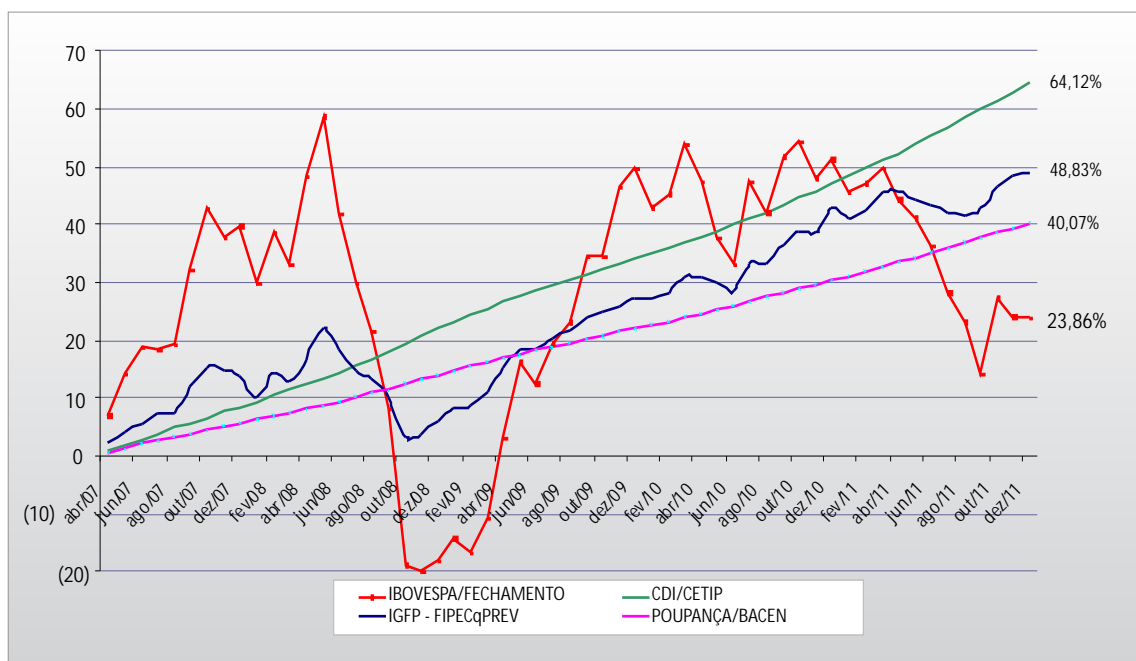
Participantes do FIPECqPREV por faixa etária e sexo, em nov/2011



Verificamos que a distribuição etária dos Participantes, em novembro de 2011, continua mais concentrada nas idades superiores a 40 anos, reproduzindo a mesma distribuição etária de 12/2010. Os Participantes do sexo masculino superam a participação das mulheres em 28,9%.

Demonstramos abaixo a evolução do indicador de rentabilidade do Plano, o Índice Geral do FIPECqPREV– IGFP no Exercício de 2011

Evolução do IGFP em 2011  
Comparado a outros Indexadores



Em 2011 observamos a continuidade da evolução da rentabilidade do IGFP (Índice Geral do FIPECqPREV), o que demonstra a eficiência da gestão dos recursos financeiros.

## INVESTIMENTOS E RESULTADOS

## Retrospectiva Econômica 2011

*Em 2011, o cenário econômico global apresentou nova deterioração. As previsões de crescimento para os principais blocos econômicos continuaram a sofrer reduções generalizadas e de magnitudes relevantes para 2011 e para 2012. Observou-se, no início do quarto trimestre de 2011, desaceleração mais acentuada na indústria chinesa, redução nas encomendas de bens nos Estados Unidos da América (EUA) e consolidação do quadro de fragilidade financeira na Europa. A indefinição em relação às medidas a serem adotadas pelas economias europeias tem aumentado a percepção de risco, com impactos sobre as condições gerais de crédito. Tais desenvolvimentos, entre outros, repercutiram negativamente sobre as expectativas de empresários e consumidores brasileiros. O ambiente econômico internacional mais restritivo tende a permanecer por um período mais prolongado do que se antecipava, e apresenta viés desinflacionário para a economia mundial e para a economia doméstica.*

*No Brasil, a atividade econômica registrou moderação no terceiro trimestre de 2011, que, entretanto, ainda continuará sendo favorecida pela demanda interna, para a qual contribuirão, entre outros, o crescimento da renda e a expansão moderada do crédito. A moderação da atividade ocorre, de um lado, em ambiente de deterioração do cenário internacional, cujos canais de impacto são, entre outros, as expectativas de empresários e consumidores, os fluxos de comércio exterior e os investimentos e, do lado doméstico, de ajuste de estoques em segmentos importantes da indústria.*

*A evolução das operações de crédito e dos agregados monetários mostrou-se consistente com as ações de política monetária implementadas no final de 2010 e no início do ano de 2011. No âmbito do crédito às famílias, persiste a expansão mais intensa no segmento de financiamentos habitacionais, em parte, devido a avanços institucionais. Para as pessoas jurídicas, a moderação da atividade contribuiu para conter a demanda no segmento de crédito com recursos livres. A instabilidade no cenário internacional repercutiu no mercado de capitais doméstico, com recuo nas emissões, sobretudo de ações e de debêntures.*

*O desempenho favorável da arrecadação e a contenção das despesas continuam a favorecer a dinâmica dos indicadores fiscais, como indica, por exemplo, a trajetória decrescente da relação entre a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e o Produto Interno Bruto (PIB). No que se refere ao setor externo, o saldo acumulado em doze meses da*

*balança comercial aumentou pelo décimo segundo mês consecutivo em novembro de 2011, amparado pela evolução favorável dos termos de troca. A demanda externa, fragilizada pela complexa conjuntura global tem contribuído de forma modesta para o crescimento do quantum exportado.*

*Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil – Dezembro 2011*

*No segundo semestre, a despeito da deterioração do cenário internacional, observou-se a continuidade de fluxos significativos de investimentos diretos. Nota-se, entretanto, leve moderação dos fluxos de capitais internacionais ao país. Sobre reservas internacionais, as mesmas aumentaram US\$63,5 bilhões nos onze primeiros meses de 2011. A inflação, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em doze meses, subiu nos três primeiros trimestres de 2011, mas recua desde outubro e segue em direção à trajetória de metas ao final de 2012. Em linha com a inflação plena, a variação média, no acumulado em doze meses e em bases mensais, das cinco medidas de núcleo de inflação calculadas pelo Banco Central mostrou ligeira redução na margem. No que se refere a projeções de inflação, de acordo com os procedimentos tradicionalmente adotados, e levando-se em conta o conjunto de informações disponível até 9 de dezembro de 2011 (data de corte), o cenário de referência, que pressupõe manutenção da taxa de câmbio constante no horizonte de previsão em R\$1,80/US\$ e meta para a taxa Selic em 11,00% a.a., projeta inflação de 6,5% em 2011, de 4,7% em 2012 e de 4,7% para 2013.*

*No cenário de mercado, que incorpora dados da pesquisa realizada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) com um conjunto significativo de instituições, as projeções de 6,5% para a inflação em 2011 acabaram sendo confirmadas. No mesmo cenário de referência estão projetadas em 4,8% para 2012 e de 5,3% para 2013. No conjunto das projeções, admite-se a hipótese de que a atual deterioração do cenário internacional cause um impacto sobre a economia brasileira equivalente a um quarto do impacto observado durante a crise internacional de 2008/2009.*

*Em suma, de modo geral, as projeções de inflação para 2012 se reduziram e o balanço de riscos para a inflação acumulou sinais favoráveis desde a divulgação do último Relatório. Do lado interno, a demanda doméstica ainda se apresenta robusta. Além do crescimento da renda e da expansão do crédito, também contribuirão para fortalecer a demanda doméstica ações de política monetária recentemente implementadas, visto que os efeitos da política monetária operam com defasagens e são cumulativos. Dito de outra forma, as ações de política monetária levam certo tempo para impactar inflação e atividade, e os impactos de uma seqüência de ações vão se sobrepondo no tempo. É plausível afirmar que algum impacto imediato possa se materializar, por exemplo, por intermédio do canal das expectativas dos agentes. De modo geral, entretanto, os diversos canais pelos quais opera*

*expectativas dos agentes. De modo geral, entretanto, os diversos canais pelos quais opera a política monetária impactam atividade e inflação com defasagens diferenciadas, com o efeito máximo se manifestando alguns trimestres após a implementação da ação. Essas defasagens são levadas em consideração na condução da política monetária, em parte, para se evitar flutuações indevidas na atividade econômica.*

*No âmbito externo, o Copom, ao mesmo tempo em que reconhece um elevado grau de incerteza no cenário internacional, considera, em seu cenário central, um ambiente de baixo crescimento das economias maduras, por um período prolongado, mas sem a ocorrência de eventos extremos. Em termos de balanço de riscos, o Copom avalia que o cenário internacional continua a manifestar viés desinflacionário no horizonte relevante, ou seja, torna o balanço de riscos para a inflação mais favorável.*

*De acordo com o cenário de referência, o crescimento do PIB previsto para 2011 é de 3,0%, valor 0,5 p.p. inferior ao projetado no Relatório de Inflação de setembro de 2011. Essa revisão reflete, em parte, os efeitos observados das ações de política implementadas entre o final de 2010 e meados de 2011. Para 2012, o Comitê projeta taxa de crescimento de 3,5%, a qual contempla aceleração da atividade entre o primeiro e o segundo semestre do próximo ano.*

## Economia Doméstica

### Nível de Atividade

*O nível de atividade econômica mostrou estabilidade no terceiro trimestre no ano de 2011, relativamente ao trimestre anterior, ratificando o movimento de moderação do crescimento econômico desde o final de 2010. Essa dinâmica reflete tanto a moderação da demanda doméstica, decorrente das ações de política implementadas desde o final do ano passado, quanto os efeitos da deterioração do ambiente econômico internacional, sobretudo pelos eventos recentes observados na Área do Euro. Embora esteja em curso moderação da expansão da demanda doméstica, ainda são favoráveis as perspectivas para a atividade econômica. Vale ressaltar que a persistência de condições propícias nos mercados de trabalho e de crédito, a manutenção das transferências no âmbito dos programas sociais do governo e a melhora nos indicadores de confiança do consumidor suportam essa avaliação.*

## Comércio

Os principais indicadores destinados a avaliar as expectativas dos consumidores aumentaram na margem e seguem em patamares elevados, embora inferiores aos observados em períodos correspondentes de 2010. Nesse contexto, considerados dados dessazonalizados, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou elevação mensal de 3,3% em novembro, reflexo de aumentos respectivos de 5,2% e 2% no Índice da Situação Atual (ISA) e no Índice de Expectativas (IE). Comparativamente a novembro de 2010, entretanto, os indicadores mencionados registraram recuos respectivos de 4,1%, 4,9% e 3,6%.

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), divulgado mensalmente a partir de março de 2010, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registrou aumento mensal de 0,4% em novembro, terceiro resultado positivo em sequência, nesse tipo de comparação. Os componentes relativos a expectativas em relação à renda pessoal e à inflação e a intenção de compras de bens de maior valor exerceram as contribuições mais acentuadas para a evolução do indicador, no período.

O Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado pela Ipsos Public Affairs para a ACSP, registrou crescimento mensal de 1,9% em outubro, terceiro aumento consecutivo nesta base de comparação. O indicador atingiu 157 pontos, elevando-se 3,3% em relação a igual mês de 2010 e situando-se 6 pontos abaixo do recorde de dezembro de 2010. Segmentado por classes de renda, o INC relativo à classe C permaneceu em patamar mais elevado e aumentou 5,2% em relação a setembro, enquanto os indicadores associados às classes A/B e D/E experimentaram variações mensais de 0,6% e -2,2%. Regionalmente, ocorreram aumentos mensais no INC do Nordeste, 6,2%; Sudeste, 3,7%; e Sul, 0,5%, e recuo de 14,4% no relativo ao Norte/Centro-Oeste.

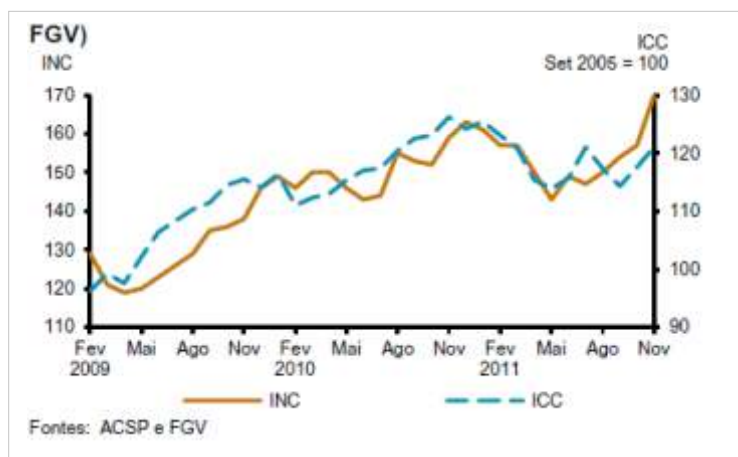
O ICC, divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) e restrito ao município de São Paulo, atingiu 155,4 pontos em novembro, ante 151,9 pontos em outubro, ressaltando-se o crescimento mensal de 3,7% no Índice de Expectativa do Consumidor (IEC). O Índice de Condições Econômicas Atuais (Icea) aumentou 0,1% no mês.

O IEC calculado pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) para a região Metropolitana do Rio de Janeiro, atingiu 124,1 pontos em novembro. A elevação mensal de 2,3% decorreu de expansões respectivas de 2,7% e de 1,9% nos componentes expectativas financeiras e situação financeira presente. Por faixa de renda, destacaram-se as elevações do IEC no âmbito dos consumidores com renda entre dez e quinze salários mínimos, 8,9%, e entre seis e oito salários mínimos, 5,8%.

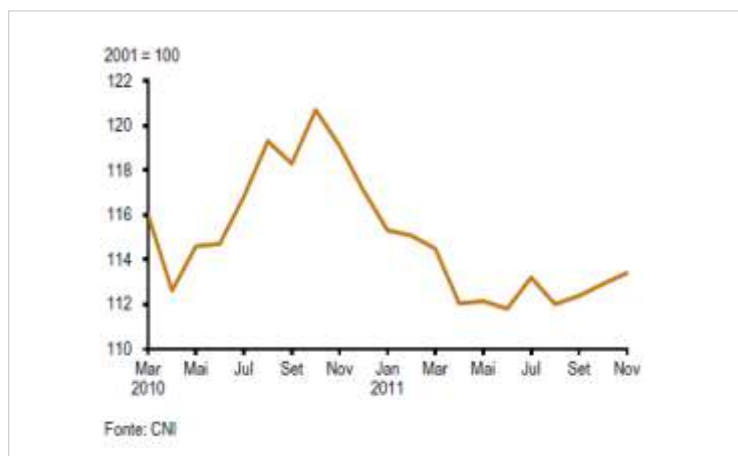
Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil – Dezembro 2011



Índice Nacional de Confiança (INC) e Índice de Confiança do Consumidor (ICC)



Índice Nacional de Expectativa do Consumidor



## Produção industrial

*A produção física da indústria recuou 1,8% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao finalizado em julho, quando havia decrescido 0,8%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIMPF), do IBGE. A indústria extrativa cresceu 0,7% e a de transformação registrou retração de 2,4%, com ênfase nos recuos nas atividades material eletrônico e equipamentos de comunicação, 14,5%; diversos, 12,9%; e máquinas aparelhos e materiais elétricos, 8%, que contrastaram com as expansões nas indústrias de fumo, 10,6%; máquinas para escritório e equipamentos de informática, 7,6%; e bebidas, 6,2%.*

*A evolução trimestral na produção industrial decorreu de recuos em todas as categorias de uso, com ênfase na retração de 7,4% na indústria de bens de consumo duráveis. Ocorreram, adicionalmente, reduções respectivas de 2,3%, 1,4% e 1,1% nas produções de bens de capital, de bens de consumo semi e não duráveis e de bens intermediários. O desempenho desfavorável na indústria de bens de consumo duráveis evidenciou a retração da atividade veículos automotores, que, de acordo com estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) dessazonalizados pelo Banco Central, atingiu 8,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto. Esse resultado decorreu de redução de 9,3% na produção de veículos leves e aumentos respectivos de 0,9% e 14,2% nas relativas a caminhões e ônibus. O índice de pessoal ocupado assalariado, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Empregos e Salários (Pimes) do IBGE, recuou 0,1% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao finalizado em julho. No mesmo período, a folha de pagamento real se elevou 1,5%.*

*O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação atingiu, de acordo com dados dessazonalizados da Sondagem da Indústria de Transformação (SIT), da FGV, 83,3% em novembro, ante 83,6% em agosto, resultado de reduções nos indicadores das indústrias de bens de consumo duráveis, 3,2 p.p.; bens de consumo não duráveis, 1,3 p.p.; bens intermediários, 0,7 p.p.; e bens de capital, 0,2 p.p.*

*Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil – Dezembro 2011*

## Produção industrial

| Discriminação          | Trimestre/Trimestre Anterior |         |         |         | R\$ bilhões |          |
|------------------------|------------------------------|---------|---------|---------|-------------|----------|
|                        | 2011                         |         |         |         | Variação %  |          |
|                        | Ago                          | Set     | Out     | Nov     | 3 meses     | 12 meses |
| Total                  | 1 890,0                      | 1 933,5 | 1 946,4 | 1 984,3 | 5,0         | 18,2     |
| Recursos livres        | 1 226,3                      | 1 249,5 | 1 257,8 | 1 275,4 | 4,0         | 15,8     |
| Direcionados           | 663,8                        | 684,0   | 688,7   | 709,0   | 3,5         | 14,4     |
| <b>Participação %:</b> |                              |         |         |         |             |          |
| Total/PIB              | 46,6                         | 47,4    | 47,5    | 48,2    |             |          |
| Rec. livres/PIB        | 30,2                         | 30,7    | 30,7    | 30,9    |             |          |
| Rec. direc./PIB        | 16,4                         | 16,8    | 16,8    | 17,2    |             |          |

Fonte: IBGE  
Valores Dessazonizados

## Serviços

*O Índice de Confiança de Serviços (ICS), da FGV, que reflete a confiança do empresariado do setor, registrou recuo mensal de 0,6% em novembro, quarta retração consecutiva nessa base de comparação. O resultado decorreu de retração de 2,3% no componente relativo às expectativas (IE-S) e de elevação de 1,4% no indicador de situação atual (ISA-S). Ressalte-se, contudo, que o índice, ao situar-se em 128,9 pontos, acima da linha de indiferença, 100 pontos, segue sinalizando expectativas favoráveis em relação a continuidade de expansão do setor.*

## Mercado de trabalho

*A taxa de desemprego, seguindo em trajetória decrescente, atingiu 5,8% em outubro, ante 6,0% no mês anterior e 6,1% em outubro de 2010, de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 6,0% no trimestre encerrado em outubro, mesmo patamar registrado no trimestre finalizado em julho, resultado de crescimentos de 0,1% no pessoal ocupado e na População Economicamente Ativa (PEA). De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1.931,5 mil empregos formais nos dez primeiros meses do ano, ante 2.406,2 mil em igual período de 2010, dos quais 816,4 mil no setor de serviços, 375 mil na indústria de transformação, 268,4 mil no comércio e 249,2 mil na construção civil. O rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente*

recebido pelos ocupados nas regiões metropolitanas abrangidas pela PME, cresceu 1% no trimestre encerrado em outubro, em relação a igual intervalo de 2010, ocorrendo ganhos reais de 2,8% no segmento de empregados sem carteira assinada e perdas reais de 0,1% no segmento formal. A análise por setores de atividade revela que os ganhos mais acentuados ocorreram nas atividades outros serviços, que agrega as atividades alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais.

### Produto Interno Bruto

O PIB cresceu 2,1% no terceiro trimestre do ano, em relação a igual intervalo de 2010, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, acumulando expansão anual de 3,2%. Na margem, o PIB registrou estabilidade no terceiro trimestre do ano, de acordo com dados dessazonalizados. No âmbito da oferta, o setor de serviços registrou expansão de 2,0% no período, em termos interanuais, com ênfase no desempenho das atividades serviços de informação, 4,4%, e intermediação financeira, seguros, previdência e serviços relacionados, 3,0%. A agropecuária cresceu 6,9, no mesmo período, impulsionada pelas culturas de laranja, feijão e mandioca, enquanto a atividade industrial aumentou 1% ressaltando-se o maior dinamismo nas atividades produção e distribuição de eletricidade, gás e água, 4%, e construção civil, 3,8%. A análise da demanda revela que a contribuição do componente doméstico para o crescimento interanual do PIB atingiu 2,4 p.p. no terceiro trimestre de 2011, ante 4,4 p.p. no trimestre encerrado em junho. O setor externo exerceu contribuições respectivas de -0,3 p.p. e -1,1 p.p. nos períodos mencionados, registrando-se, no trimestre encerrado em setembro, elevações de 5,8% nas importações e de 4,1% nas exportações.

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil – Dezembro 2011

A análise na margem, sob a ótica da produção, evidencia o crescimento trimestral de 3,2% na agropecuária, contrastando com os recuos no setor de serviços, 0,3%, e na indústria, 0,9%, este o pior resultado trimestral do setor desde a crise internacional de 2008/2009. Em relação ao componente doméstico da demanda, ocorreram retrações no consumo das famílias, 0,1%; na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), 0,2%; e no consumo do governo, 0,7%. No âmbito do setor externo, as exportações cresceram 1,8% e as importações recuaram 0,4%.

## Índices de preços ao consumidor

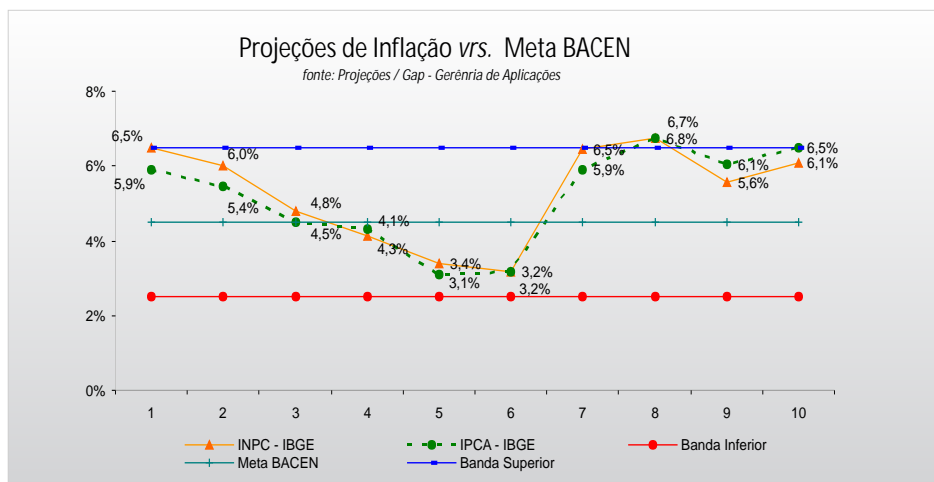
*Em função do forte crescimento, vivenciamos, em 2011, uma alta generalizada dos preços pressionados pelo aumento da renda e do consumo. Isso justifica o movimento atípico ocorrido em 2011, quando o Bacen interrompeu o combate a inflação para concentrar seus esforços na manutenção do crescimento, evitando um possível contágio vindo da “Zona do Euro”.*

|                     | dez-10           | jan-11           | fev-11 | mar-11           | abr-11           | mai-11 | jun-11           | jul11            | ago-11           | set-11 | out-11           | nov-11           | dez-11 |
|---------------------|------------------|------------------|--------|------------------|------------------|--------|------------------|------------------|------------------|--------|------------------|------------------|--------|
| Reuniões do Copom   | 155 <sup>a</sup> | 156 <sup>a</sup> |        | 157 <sup>a</sup> | 158 <sup>a</sup> |        | 159 <sup>a</sup> | 160 <sup>a</sup> | 161 <sup>a</sup> |        | 162 <sup>a</sup> | 163 <sup>a</sup> |        |
| Data do Copom       | 7 e 8            | 18 e 19          |        | 1º e 2           | 19 e 20          |        | 7 e 8            | 19 e 20          | 30 e 31          | 31 e 1 | 18 e 19          | 29 e 30          |        |
| Taxa Selic          | 10,75%           | 11,25%           | 11,25% | 11,75%           | 12,00%           | 12,00% | 12,25%           | 12,50%           | 12,00%           | 12,00% | 11,50%           | 11,00%           | 11,00% |
| Pontos Percentuais  | 0,00%            | 0,50%            |        | 0,50%            | 0,25%            |        | 0,25%            | 0,25%            | -0,50%           |        | -0,50%           |                  | 0,00%  |
| INPC - projetado(*) | 0,60%            | 0,83%            | 0,80%  | 0,79%            | 0,77%            | 0,47%  | 0,15%            | 0,16%            | 0,37%            | 0,53%  | 0,43%            | 0,52%            | 0,50%  |

*O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 0,50% em dezembro, após aumento de 0,52% registrado em novembro. Com esse resultado, a inflação acumulada no ano atingiu 6,5%, a maior variação desde 2004 (7,6%) e acima da taxa de 5,91% apresentada no final de 2010. A maioria dos grupos de produtos e serviços apresentou variação maior que a do ano anterior. O grupo que apresentou maior aumento no ano foi transporte, que passou de 2,41% para 6,05%. As exceções foram alimentação e bebidas (de 10,39% para 7,18%) e artigos de residência (de 3,53% para 0,00%). Apesar do menor crescimento dos preços de alimentação e bebidas, este foi o grupo que exerceu o maior impacto no ano.*

## Projeções para Inflação Anual

| Índices        | dez/08 | jun/09 | set/09 | dez/09 | jun/10 | set/10 | dez/10 | jun/11 | set/11 | dez/11 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| IGP-M-FGV      | 9,81%  | -7,29% | -4,24% | -1,71% | 5,69%  | 7,48%  | 11,32% | 4,60%  | 5,07%  | 5,10%  |
| IGP-DI-FGV     | 9,11%  | -5,44% | -3,76% | -1,44% | 5,48%  | 8,05%  | 11,31% | 3,80%  | 5,58%  | 5,01%  |
| INPC-IBGE      | 6,48%  | 6,02%  | 4,78%  | 4,11%  | 3,38%  | 3,17%  | 6,47%  | 6,76%  | 5,57%  | 6,08%  |
| IPCA-IBGE      | 5,90%  | 5,45%  | 4,51%  | 4,31%  | 3,09%  | 3,18%  | 5,91%  | 6,74%  | 6,06%  | 6,50%  |
| IPC-FIPE       | 6,17%  | 3,46%  | 3,26%  | 3,65%  | 3,10%  | 3,63%  | 6,41%  | 4,97%  | 4,99%  | 5,80%  |
| Banda Inferior | 2,50%  | 2,50%  | 2,50%  | 2,50%  | 2,50%  | 2,50%  | 2,50%  | 2,50%  | 2,50%  | 2,50%  |
| Meta BACEN     | 4,50%  | 4,50%  | 4,50%  | 4,50%  | 4,50%  | 4,50%  | 4,50%  | 4,50%  | 4,50%  | 4,50%  |
| Banda Superior | 6,50%  | 6,50%  | 6,50%  | 6,50%  | 6,50%  | 6,50%  | 6,50%  | 6,50%  | 6,50%  | 6,50%  |



## Crédito

As concessões de crédito pelo sistema financeiro registraram moderação no trimestre encerrado em novembro, comportamento consistente com o efeito das ações de política sobre a demanda doméstica, evidenciado pela moderação de indicadores de consumo e investimento. O cenário atual do mercado de crédito contempla redução das taxas de juros e elevação moderada dos spreads bancários e da inadimplência, com relativa estabilidade nos prazos médios das carteiras.

Os financiamentos bancários seguem apresentando crescimento mais acentuado nas operações referenciadas em recursos direcionados, com ênfase no dinamismo do crédito habitacional. No crédito livre às famílias, a greve bancária em outubro afetou, sobretudo, as contratações de crédito pessoal e consignado, ao mesmo tempo em que contribuiu para a intensificação da demanda por crédito rotativo, enquanto no âmbito dos empréstimos a pessoas jurídicas o arrefecimento da demanda por crédito acompanhou a moderação da atividade econômica. O saldo total do crédito bancário, computadas as operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$1.984 bilhões em novembro, expandindo-se 5% no trimestre e 18,2% em doze meses, e contribuindo para que a relação empréstimos totais/PIB atingisse 48,2%, ante 46,6% em agosto e 44,9% em novembro de 2010. As participações relativas dos bancos públicos, instituições privadas nacionais e estrangeiras no crédito total do sistema financeiro situaram-se em 42,8%, 39,9% e 17,3%, respectivamente, registrando variações trimestrais respectivas de 0,6 p.p., -0,7 p.p. e 0,1 p.p.

O crédito ao setor privado totalizou R\$1.907 bilhões em novembro, aumentando 4,8% no trimestre e 18,3% em relação a igual período de 2010. O crédito habitacional, consideradas as operações com recursos livres e direcionados, totalizou R\$195,3 bilhões, 4,7% no PIB, elevando-se 8,2% no trimestre e 46,2% em doze meses. Os créditos ao segmento outros serviços, favorecidos pela demanda dos setores de siderurgia, transportes e atividades imobiliárias, aumentaram 3,6% no trimestre, somando R\$333 bilhões, e os financiamentos à indústria cresceram 4,5%, para R\$409,7 bilhões, destacando-se os ramos de metalurgia, agronegócios e mecânica. As operações destinadas ao comércio somaram R\$203,4 bilhões, expandindo-se 5,7% no período, ressaltando-se a demanda de lojas de departamento e hipermercados. O crédito bancário ao setor público somou R\$77,8 bilhões em novembro, crescendo 10,5% no trimestre e 16% em doze meses. As operações com o governo federal e com os estados e municípios atingiram, respectivamente, R\$40,8 bilhões e R\$37 bilhões, elevando-se 17,7% e 3,6% no trimestre. Ressalte-se que na esfera dos estados e municípios destacaram-se os créditos do BNDES para obras de infra-estrutura urbana. As provisões constituídas pelas instituições financeiras totalizaram R\$113,8 bilhões em novembro, expandindo-se 6,2% no trimestre e representando 5,7% do total de crédito do sistema financeiro.

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil – Dezembro 2011

### Evolução do crédito

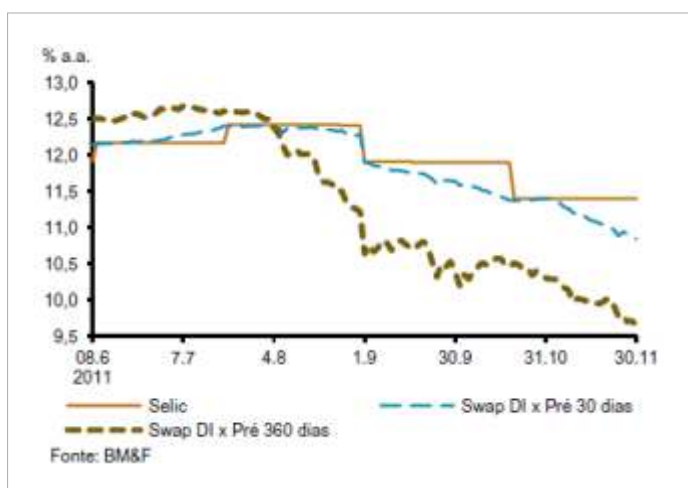
| Discriminação          | R\$ bilhões |         |         |         |            |          |
|------------------------|-------------|---------|---------|---------|------------|----------|
|                        | 2011        |         |         |         | Variação % |          |
|                        | Ago         | Set     | Out     | Nov     | 3 meses    | 12 meses |
| Total                  | 1 890,0     | 1 933,5 | 1 946,4 | 1 984,3 | 5,0        | 18,2     |
| Recursos livres        | 1 226,3     | 1 249,5 | 1 257,8 | 1 275,4 | 4,0        | 15,8     |
| Direcionados           | 663,8       | 684,0   | 688,7   | 709,0   | 3,5        | 14,4     |
| <b>Participação %:</b> |             |         |         |         |            |          |
| Total/PIB              | 46,6        | 47,4    | 47,5    | 48,2    |            |          |
| Rec. livres/PIB        | 30,2        | 30,7    | 30,7    | 30,9    |            |          |
| Rec. direc./PIB        | 16,4        | 16,8    | 16,8    | 17,2    |            |          |

## Taxas de juros

A curva da taxa de juros se deslocou significativamente para baixo durante o trimestre, especialmente no caso de vértices para prazos mais longos. As taxas de juros futuros dos contratos de swap DI x pré de 30 dias encerraram novembro a 10,85% a.a., redução de 144 p.b. no trimestre, e as relativas aos contratos de 360 dias atingiram 9,66% a.a., recuando 156 p.b. no período. A pesquisa Relatório de Mercado de 30 de novembro, realizada pelo Banco Central, apontou retração da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) real ex-ante para os próximos doze meses, que recuou para 4,4% a.a., ante 6,7% a.a. no final do trimestre anterior. Esse resultado acompanhou a evolução das projeções para a taxa Selic para os próximos doze meses, que retrocedeu de 12,50% a.a. para 10,21% a.a., nesse período.

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil – Dezembro 2011

## Taxas de juros



## Mercado de Capitais

As emissões primárias de ações, debêntures, notas promissórias e a colocação de recebíveis de direitos creditórios totalizaram R\$22,1 bilhões nos onze primeiros meses de 2011, ante R\$164,4 bilhões em igual período do ano anterior. Esse desempenho, condicionado pela retração dos negócios, bem como pelos expressivos volumes emitidos pela Petrobras em 2010, refletiu as reduções nas emissões de ações e de debêntures, que somaram, respectivamente, R\$13,5 bilhões e R\$3 bilhões, ante, na ordem, R\$141,9 bilhões e R\$13,6 nos onze primeiros meses de 2010.

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil – Dezembro 2011



Em 2011 a bolsa de valores brasileira sofreu com o contágio da Crise Internacional (EUA e Europa), registrando uma queda de 18,1%, situando em 29/12/2011 a 56.754 pontos. O Ibovespa assimilou forte queda, mas, a partir de agosto de 2011 o Ibovespa realizou um movimento de acumulação - lateral (Teoria de Elliot). Nesta fase, o Ibovespa apresentou um "Fundo Duplo" ("W"), formação que, tradicionalmente, indica reversão de uma tendência baixista. A partir de outubro o Ibovespa rompeu sua média móvel (60 dias), confirmando reversão da tendência. Segundo as projeções, com base na teoria de Fibonacci, o Ibovespa segue em direção a sua primeira resistência nos 62.000 pontos e ao romper poderá atingir os 70.000 pontos.

Ibovespa



## Comportamento dos Índices da Bm&amp;fBovespa (%)

| Índices                      | 2011   | 2010  | 2009   | 2008   | 2007  |
|------------------------------|--------|-------|--------|--------|-------|
| Ibovespa                     | -18,10 | 1,00  | 82,70  | -41,20 | 43,70 |
| Ibrx Índice Brasil           | -11,40 | 2,60  | 72,80  | -41,80 | 47,80 |
| Ibrx-50                      | -14,10 | 0,80  | 72,40  | -43,10 | 51,20 |
| Ifinanceiro                  | -7,40  | 10,50 | 79,40  | -31,10 | -9,40 |
| Ind Des Imobiliario          | -27,70 | 10,40 | 204,90 | -      | -     |
| Ind Energia Eletric          | 19,70  | 12,00 | 59,10  | -11,60 | 23,70 |
| Ind Governanca Corp          | -12,50 | 12,50 | 83,40  | -45,60 | 31,60 |
| Ind Materiais Basicos Bmfbov | -28,60 | -6,00 | 100,40 | -47,80 | 62,60 |
| Ind Set Consumo              | 0,60   | 25,50 | 92,20  | -35,30 | 7,80  |
| Ind Set Industrial           | -12,10 | 9,20  | 88,80  | -46,70 | 40,10 |
| Ind Small Cap                | -16,60 | 22,80 | 137,70 | -      | -     |

A tese de reversão de tendência vem ganhando força em função dos bons resultados das empresas brasileiras, queda na taxa de juros e dos primeiros sinais em direção a uma solução para crise europeia (FMI + Banco Central Europeu).

## Política fiscal

*A Dívida Líquida do Setor Público totalizou R\$1.535 bilhões, 38,2% do PIB, em outubro. O recuo de 1,9 p.p. do PIB registrado em relação a dezembro de 2010 decorreu de reduções em todos os segmentos do setor público, com destaque para a retração de 1,21 p.p. do PIB no âmbito do Governo Central. A redução registrada na relação DLSP/PIB no ano refletiu as contribuições do superávit primário, 3 p.p.; do crescimento do PIB corrente, 3,4 p.p.; da depreciação cambial de 1,3% acumulada no ano, 0,2 p.p.; e da variação da paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,3 p.p. do PIB, neutralizadas, em parte, pelo impacto da apropriação dos juros nominais, 4,9 p.p. do PIB. A composição da DLSP alterou-se ao longo dos primeiros dez meses de 2011, com destaque para o crescimento de 9,3 p.p., para 72,8%, da parcela vinculada à taxa Selic, que representava 63,5% do endividamento líquido total em dezembro de 2010. A parcela credora vinculada ao câmbio passou de 27,5% para 34,6%, no período. Ressaltese, ainda, o crescimento da parcela vinculada a índices de preços e da parcela credora vinculada à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), essa última em função da ampliação dos empréstimos da União ao BNDES. A Dívida Bruta do Governo Geral (Governo Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, governos estaduais e governos municipais) atingiu R\$2.226,3 bilhões, 55,4% do PIB, em outubro, aumentando 0,7 p.p. do PIB no ano, com ênfase no impacto da*

*apropriação dos juros nominais, 4,9 p.p. do PIB. A composição da DLSP alterou-se ao longo dos primeiros dez meses de 2011, com destaque para o crescimento de 9,3 p.p., para 72,8%, da parcela vinculada à taxa Selic, que representava 63,5% do endividamento líquido total em dezembro de 2010. A parcela credora vinculada ao câmbio passou de 27,5% para 34,6%, no período. Ressaltese, ainda, o crescimento da parcela vinculada a índices de preços e da parcela credora vinculada à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), essa última em função da ampliação dos empréstimos da União ao BNDES. A Dívida Bruta do Governo Geral (Governo Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, governos estaduais e governos municipais) atingiu R\$2.226,3 bilhões, 55,4% do PIB, em outubro, aumentando 0,7 p.p. do PIB no ano, com ênfase no impacto da apropriação de juros nominais sobre o estoque da dívida existente.*

*Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil – Dezembro 2011*

### Conclusão

*A evolução das operações de crédito e dos agregados monetários mostrou-se consistente com a política monetária adotada ao longo do ano de 2011.*

*No âmbito das famílias, persiste a expansão dos financiamentos habitacionais, impulsionada, em especial, pelo crescimento da massa salarial nos anos recentes e pelos avanços institucionais nesse mercado. O crédito ao consumo registrou crescimento no trimestre encerrado em julho, após retração, no início do ano, determinada pelas medidas macroprudenciais e pela política monetária mais restritiva. A instabilidade no cenário internacional afetou o mercado de capitais doméstico, resultando em declínios expressivos nas cotações acionárias e em contenção das emissões primárias de ativos diversos. A incerteza nesses mercados tende a permanecer ao longo dos próximos meses, condicionando as decisões relativas à captação de recursos pelos setores produtivos.*

*O desempenho favorável da arrecadação em 2011 influenciada pelo recolhimento de débitos em atraso e pela retirada de estímulos adotados durante a crise iniciada em 2008 e a menor elevação das despesas têm sido determinantes para a consecução de resultados fiscais expressivos. Nesse ambiente, a elevação anunciada para a meta de superávit primário de 2011 reforça a sustentabilidade da política fiscal e contribui para moderar o impacto das atividades do setor público sobre a demanda agregada.*

*Fonte: Relatório do Banco Central - Setembro 2011*

*Com relação à bolsa de valores, as ações de empresas voltadas para o mercado interno, em especial consumo, imobiliário e infraestrutura, podem ser privilegiadas na retomada*

*da confiança do investidor. Ainda, podemos considerar que os preços estão atrativos em função das quedas ocasionadas pela alta volatilidade no período em que a crise internacional se agravou.*

*Na visão do mercado, o cenário econômico em 2012 seguirá bastante volátil. A principal fonte de volatilidade continuará sendo a Europa. Com rolagens de dívida que se aproximam de €300 bilhões ao longo do primeiro semestre, os mercados irão monitorar atentamente os desdobramentos da crise fiscal na região. O FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BCE (Banco Central Europeu) darão suporte a esses países e aos bancos europeus durante a rolagem mais intensa de dívida. Com isso, os países ganham tempo para colocarem em prática o ajuste fiscal e as reformas necessárias para a retomada da competitividade no longo prazo. Mesmo nesse cenário sem ruptura, estimamos que a Europa sofrerá forte contração em 2012.*

*No caso dos EUA, os sinais recentes apontam para um crescimento mais forte do que a tendência ao longo do primeiro semestre de 2012. Em resumo, os pedidos industriais estão em elevação comparativamente aos estoques – o que é um bom antecedente para a aceleração da produção industrial – a confiança do consumidor está em franca recuperação e o emprego tem registrado melhoras discretas. O ano de 2013 será marcado por um forte ajuste fiscal nos EUA, o que reforça a visão de que a aceleração do crescimento deve ser de curta duração (um ano). Assim, o PIB nos EUA irá mostrar elevação ligeiramente superior a 2,0% em 2012.*

*Na China, a desaceleração em curso é fruto do aperto nas políticas econômicas iniciada em 2010 (e estendido em 2011) e da crise na Europa, um dos mais importantes blocos de destino das exportações do país. Nossa visão é de que a China dispõe de elevada flexibilidade em sua política econômica para reativar a economia e mitigar os efeitos da crise externa. De uma maneira mais abrangente, a crise externa acelera a alteração do mix de crescimento chinês para mais consumo doméstico em detrimento das exportações. Um requerimento importante para que haja afrouxamento na política econômica chinesa (crédito, monetária e fiscal) é que a inflação ceda, algo que já está acontecendo e será reforçado pelo cenário global de baixo crescimento nos desenvolvidos e emergentes. Com isso, esperamos uma expansão mais modesta da China em 2012, da ordem de 8,2%.*

*Fonte: Foco Econômico BRADESCO Asset Management – Perspectivas Econômicas para 2012 – Um ano desafiador e de ainda elevadas incertezas - Fernando Honorato Barbosa*

*Com baixo crescimento global, a demanda externa não será um fator de impulso para a economia brasileira em 2012. Por outro lado, essa fraca demanda externa em um contexto de inflação baixa permitirá a continuidade dos estímulos ora em curso na economia brasileira, fazendo com que o mercado doméstico seja o principal responsável pelo crescimento. Sem grandes pressões de preços de commodities, a inflação ao consumidor começa o ano muito bem comportada no Brasil, ajudada por preços no atacado já em queda. Com isso, o BC deverá seguir cortando os juros até 10,0% em março ou abril (caso a decisão seja por desacelerar o ritmo de cortes para 25 b.p. a partir de março). Todos esses estímulos monetários se propagarão na economia em um ambiente de mercado de trabalho bastante favorável, com aumento da ocupação e da renda real, ajudada pela elevação do salário mínimo.*

*Fonte: Foco Econômico BRADESCO Asset Management – Perspectivas Econômicas para 2012 – Um ano desafiador e de ainda elevadas incertezas - Fernando Honorato Barbosa*

*Do lado dos investimentos, a concessão de aeroportos e rodovias, os projetos da Copa do Mundo e o Programa Minha Casa Minha Vida contribuirão para acelerar o crescimento econômico. O investimento privado, diante da menor aversão externa ao risco e de taxas de consumo elevadas, também irá acelerar ao longo do ano, auxiliado pela manutenção do crédito privado e do BNDES.*

### Desempenho da FIPECq

A carteira de investimentos da FIPECq encerrou o ano de 2011 com a rentabilidade de 5,12%, resultado inferior em 5,62% sobre à expectativa atuarial, que foi de 11,38%.

O ano de 2011 foi marcado por turbulências nos mercados financeiros, originadas principalmente pela crise europeia, que foi causada por décadas de má gestão do dinheiro público, o que resultou em dívidas soberanas insustentáveis. Parte importante desse rombo fiscal está ligada ao insustentável sistema de benefícios e previdência, que em países como Espanha, Itália e Grécia são inteiramente bancados pelos governos. Como consequência estão passando por um período de extrema dificuldade.

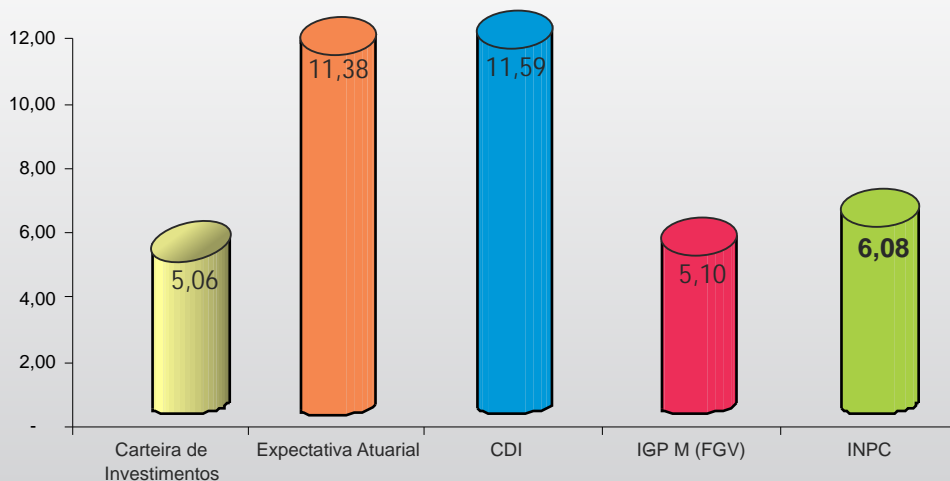
A economia norte-americana passou todo o ano de 2011 emitindo sinais contraditórios sobre a magnitude de recuperação. De fato a boa notícia é que está havendo uma recuperação lenta, principalmente no consumo das famílias. O setor imobiliário, origem da pior crise financeira dos últimos 80 anos, permanece em dificuldades e uma eventual recuperação dos preços dos imóveis pode levar ainda algum tempo. Segundo a

consultoria A. T. Kearney, em 2011 os três países mais atrativos para investimentos estrangeiros foram, na ordem, China, Índia e Brasil. Pela primeira vez, os Estados Unidos não apareceram nas duas primeiras posições, sendo ultrapassados pelas forças emergentes.

No Brasil, a atividade econômica revelou com mais clareza um movimento de desaceleração. Após começar 2011 com previsões de crescimento em torno de 4% e 4,5% o país deve encerrar o ano com crescimento mais próximo de 3%. A inflação foi o principal problema do Governo e do Banco Central, com o IPCA apresentando variação de 6,50% em 2011, cravando o teto da meta. A boa notícia é que os últimos dois meses do ano apresentaram sinais de acomodação das pressões inflacionárias, mas o patamar continua desconfortavelmente elevado.

O crescimento da renda, via aumentos reais do salário mínimo, aliado às políticas de transferência de renda e a boa oferta de emprego mantiveram a dinâmica positiva de crescimento do PIB, onde o consumo de varejo, bens duráveis e serviços são os destaques. O Brasil segue como um polo atrativo de moeda estrangeira, com o foco se deslocando do setor de renda variável para o investimento direto e para a renda fixa, onde os agentes externos buscam realizar arbitragens, aproveitando as elevadas taxas de juros no mercado brasileiro.

Rentabilidade da Carteira de Investimentos 2011



Neste contexto, a Carteira de Investimentos da FIPECq obteve os seguintes resultados: o Segmento de Renda Fixa obteve uma rentabilidade nominal de 13,16%, correspondente a 113,55% do CDI e 1,60% acima da Meta Atuarial; o Segmento de Renda Variável obteve -9,96%, desempenho 9,95% superior ao Ibovespa; e o Segmento de Empréstimos encerrou o ano com rentabilidade de 14,61% no ano, 2,90% acima da Meta Atuarial.

Durante o ano de 2011 a gestão de investimentos da FIPECq esteve empenhada no aprimoramento das normas e condutas no sentido de minimizar o risco das carteiras de investimentos e aumentar o grau de transparência e responsabilidade social na gestão do patrimônio da Fundação, que apresentaram os seguintes desempenhos:

#### Renda Variável

*“O Ibovespa - mais do que a economia brasileira - tem alta correlação com a economia chinesa, já que praticamente a metade de sua carteira é composta por empresas ligadas a commodities. Se excluirmos as ações do setor de petróleo e outros com menos correlação à China, ainda assim, 23% do índice é formado por ações dos setores de mineração, siderurgia e papel e celulose. Com as medidas tomadas pelo governo chinês para desaquecer a economia, os ativos correlatos sofreram pressão vendedora por parte dos investidores ao redor do mundo, incluindo as empresas brasileiras.*

*No cenário interno foi notado, antes do recrudescimento da crise europeia no segundo semestre, um temor com a alta persistente da inflação, o que traria uma perda de renda dos consumidores, levando a uma queda da atividade econômica e aumento da inadimplência. Sobre esta questão o jornal Financial Times escreveu diversas matérias alertando para a existência de bolha de crédito no Brasil. No entanto, a existência de bolhas de consumo na economia brasileira não é um assunto unânime e possivelmente não se confirmará.*

*Finalmente, para coroar um ano extremamente difícil para os investidores de bolsa no Brasil, ocorreu uma crise de governança que afetou empresas importantes, como a Vale, que teve seu CEO substituído por pressão política do governo; e as grandes construtoras, que falharam fragorosamente na comunicação dos problemas nas execuções de obras, o que gerou aumento de custos, atrasos nas entregas e quedas expressivas das cotações de suas ações em bolsa.*

*Esses fatores, somados ao IOF para investidores estrangeiros afetaram fortemente a bolsa brasileira no ano de 2011.” Por fim, todos esses acontecimentos tiveram como pano de*

*de fundo a alta volatilidade causada pelo agravamento da crise de dívida europeia no segundo semestre do ano.*

*Fonte: Relatório Kondor Equity Fia – Dezembro/2011*

A FIPECq detém uma carteira própria de ações contendo títulos de primeira linha, com participação preponderante dos setores financeiro, mineração, petróleo e siderurgia, onde estão alocados aproximadamente 85% do valor financeiro da carteira própria de ações. Complementando esta carteira, títulos de empresas dos setores comércio, energia elétrica, construção e logística. Esta composição apresenta alta aderência ao índice Bovespa, de forma a tirar proveito das empresas com maior liquidez do índice Bovespa, tendo alcançado a rentabilidade de -16,50% em 2011, desempenho superior ao Ibovespa, que foi de -18,11%, principalmente pelo aumento da participação de títulos dos setores elétrico e comércio, que apresentaram desempenho positivo no ano.

#### CARTEIRA DE AÇÕES EM MERCADO - SETORIAL

| SETOR                   | R\$            | %      |
|-------------------------|----------------|--------|
| Finanças e Seguros      | 46.460.163,35  | 36,09  |
| Mineração               | 26.269.772,00  | 20,40  |
| Petróleo e Gás          | 27.690.302,57  | 21,51  |
| Siderurgia e Metalurgia | 7.882.206,00   | 6,12   |
| Comércio                | 10.370.349,00  | 8,05   |
| Energia Elétrica        | 7.520.407,78   | 5,84   |
| Construção              | 1.153.600,00   | 0,90   |
| Transportes e Serviços  | 1.399.440,00   | 1,09   |
|                         | 128.746.240,70 | 100,00 |

\* Classificação Econômica



## CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL

| PAPEL                      | QUANTIDADE<br>TOTAL | VALOR<br>R\$   | (%)<br>CARTEIRA | (%)<br>PATRIMÔNIO |
|----------------------------|---------------------|----------------|-----------------|-------------------|
| PETROBRAS PN               | 1.226.293           | 26.353.036,57  | 20,47           | 3,03              |
| VALE PNA N1                | 694.600             | 26.269.772,00  | 20,40           | 3,02              |
| ITAUUNIBANCO PN ED N1      | 504.400             | 17.144.556,00  | 13,32           | 1,97              |
| BRADESCO PN ED N1          | 477.493             | 14.682.909,75  | 11,40           | 1,69              |
| CRUZEIRO DO SUL PN         | 500.000             | 6.875.000,00   | 5,34            | 0,79              |
| LOJAS RENNEN ON NM         | 114.200             | 5.528.422,00   | 4,29            | 0,64              |
| BANCO DO BRASIL ON NM      | 190.000             | 4.503.000,00   | 3,50            | 0,52              |
| CEMIG PN N1                | 114.614             | 3.813.207,78   | 2,96            | 0,44              |
| GERDAU PN N1               | 246.000             | 3.567.000,00   | 2,77            | 0,41              |
| BMFBOVESPA ON NM           | 332.112             | 3.254.697,60   | 2,53            | 0,37              |
| BR FOODS / ON              | 80.000              | 2.913.600,00   | 2,26            | 0,34              |
| SID NACIONAL ON            | 172.200             | 2.579.556,00   | 2,00            | 0,30              |
| ELETROBRAS ON EJ N1        | 140.000             | 2.497.600,00   | 1,94            | 0,29              |
| P.ACUCAR-CBD PN N1         | 28.781              | 1.928.327,00   | 1,50            | 0,22              |
| USIMINAS PNA N1            | 171.000             | 1.735.650,00   | 1,35            | 0,20              |
| LOG-IN ON NM               | 204.000             | 1.399.440,00   | 1,09            | 0,16              |
| PETROBRAS ON               | 58.142              | 1.337.266,00   | 1,04            | 0,15              |
| AES TIETE PN               | 45.000              | 1.209.600,00   | 0,94            | 0,14              |
| GAFISA ON NM               | 280.000             | 1.153.600,00   | 0,90            | 0,13              |
| Carteira de Renda Variável |                     | 128.746.240,70 | 100,00          | 14,81             |

\* Fonte: FIPECq

No ano de 2011, a gestão de investimentos da FIPECq manteve a estratégia de diversificação de portfólio no Segmento de Renda Variável, mantendo aplicações em fundos de investimentos em ações de perfil ativista, que têm como objetivo maximizar a rentabilidade da carteira no longo prazo, através de um trabalho de análise fundamentalista em empresas cujos preços em bolsa estão significativamente abaixo de seu valor econômico intrínseco e adotam uma postura ativa em governança corporativa, cujo objetivo é criar valor aos ativos através da implementação de mudanças estratégicas e operacionais. A FIPECq também investiu em fundos focados na obtenção de resultados em dividendos.

A estratégia de investimento dos Fundos de Ações da Carteira de Investimentos foi utilizada como contraponto ao perfil da Carteira de Ações no Mercado à Vista, considerando-se as carteiras de ações desses fundos de investimento possuem baixo índice de correlação ao Ibovespa, servindo como fator moderador da volatilidade do mercado. Desta forma, a carteira de fundos de investimento em ações da FIPECq obteve a rentabilidade de -3,59%, com ganho de 17,73% sobre o Ibovespa, que foi de -18,11%.

## CARTEIRA DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES

| Fundo                          | R\$            | % Patr. Fundo | % Carteira | Rent. 2011 % |
|--------------------------------|----------------|---------------|------------|--------------|
| GAP Ações FIA                  | 41.447.691,09  | 11,29         | 37,05      | -8,57        |
| Guepardo Institucional FIA     | 30.609.941,68  | 13,93         | 27,36      | 8,59         |
| BNY Mellon Income FIA          | 17.621.556,62  | 3,54          | 15,75      | -3,90        |
| Máxima Participações Inst. FIA | 10.179.087,46  | 3,06          | 9,10       | -29,53       |
| RB Fundamental FIA             | 8.601.013,12   | 3,54          | 7,69       | -16,32       |
| FIA Sulamérica Governança      | 3.403.277,53   | 6,52          | 3,04       | 6,08         |
|                                | 111.862.567,50 |               | 100,00     |              |

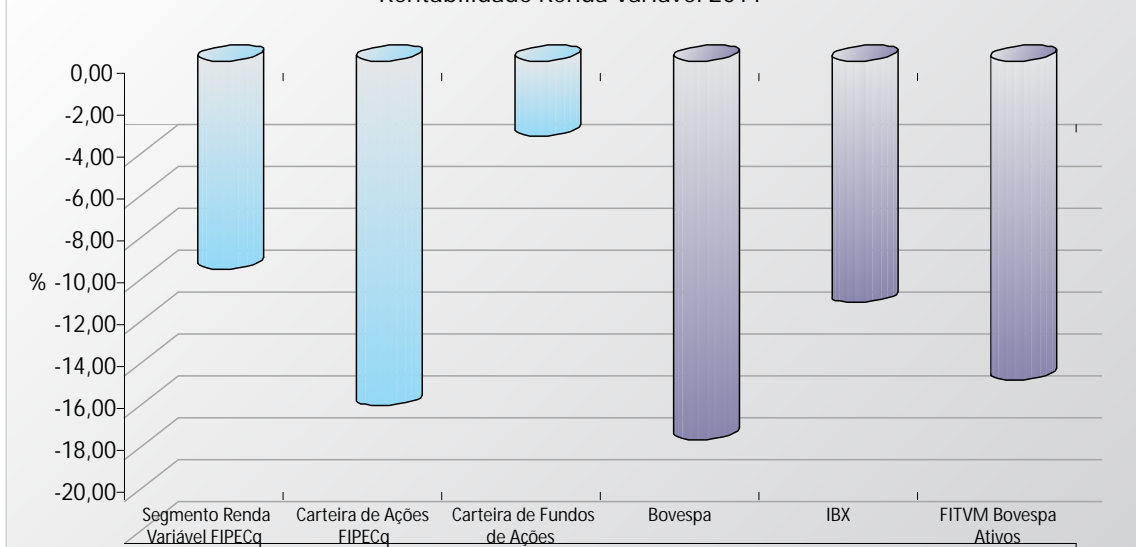
Os investimentos realizados em Fundos de Investimentos em Participações – FIP tiveram um desempenho positivo em 2011, apresentando a rentabilidade de 15,70% no ano, um resultado 41,29% acima do Ibovespa.

## FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES 2011

| Fundo          | R\$           | Rent % 2011 |
|----------------|---------------|-------------|
| FIP TAG        | 15.436.360,60 | 14,95       |
| FIP Patriarca  | 8.274.377,29  | 18,13       |
| BR Educacional | 3.063.985,85  | 12,89       |
|                | 26.774.723,74 | 15,70       |

A conjugação das estratégias utilizadas na gestão do Segmento de Renda Variável permitiu a obtenção da rentabilidade de -9,96%, contra um Ibovespa de -18,11% e IBX de -11,55% no ano de 2011.

## Rentabilidade Renda Variável 2011



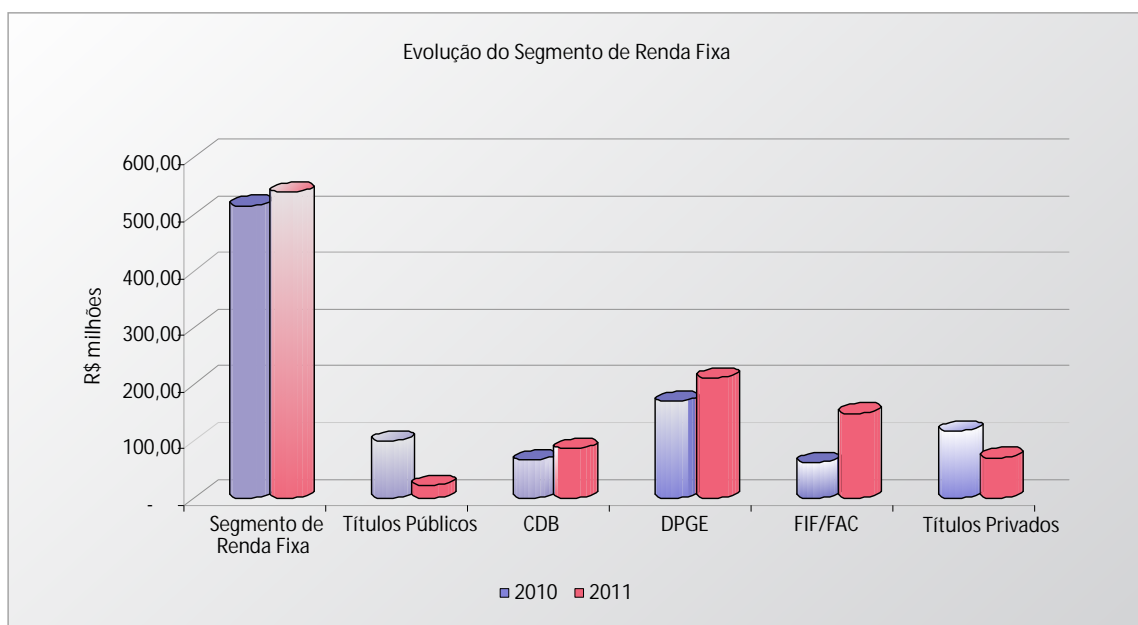
Fonte: FIPECq

## Segmento Renda Fixa

A carteira de títulos de renda fixa obteve uma rentabilidade de 13,16% acumulada no ano de 2011, superando a expectativa atuarial em 1,60% se comparada à taxa de juros de mercado, a rentabilidade auferida pelo segmento representa 113,55% do CDI.

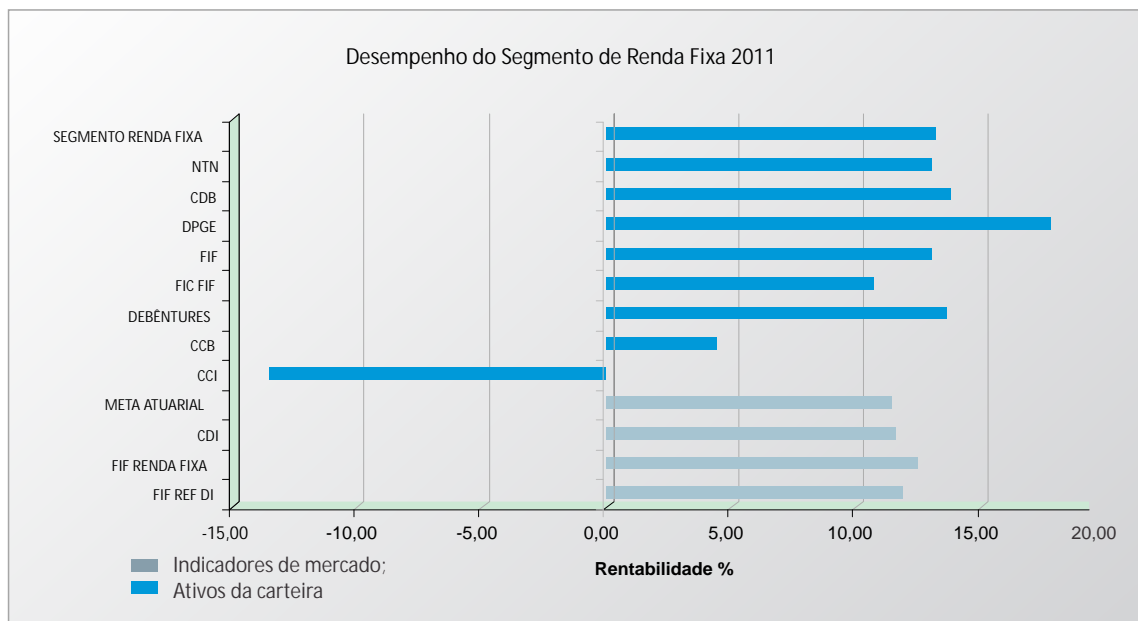
Durante todo o ano de 2011 a FIPECq manteve uma rígida política de risco para aplicações em títulos privados de renda fixa. As perspectivas no mercado de títulos privados foram frustradas com os desdobramentos da crise de crédito na Europa, onde o excesso de dívida e déficits fiscais elevados levaram a uma progressiva deterioração das condições de vários países europeus.

Diante deste cenário, a FIPECq optou por realizar a manutenção da Carteira de Renda Fixa de forma conservadora, fazendo investimentos em Certificados de Depósito Bancário – CDB em instituições bancárias com nota de rating “A”, em operações de curto prazo, com taxa indexada ao CDI e aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE, onde se buscou auferir prêmios acima da meta atuarial, indexados ao IPCA. Ambas operações contam com firmes garantias relacionadas à qualidade do rating da instituição tomadora dos recursos, especialmente as operações em DPGE, que contam com cláusula de seguro do Fundo Garantidor de Crédito, fator que nivela o risco desta operação ao de um título público federal.



Em linha com o maior conservadorismo, o segmento de Renda Fixa encerrou o ano de 2011 representando 61,92% da Carteira de Investimentos, contra 59,51% de participação no final de 2010. A carteira de títulos públicos diminuiu de 11,58% em 2010 para 2,51% no fim de 2011 em função de vencimentos de títulos públicos. O baixo prêmio de juros oferecido por estes títulos fez com que os recursos advindos desses vencimentos fossem realocados em CDB e DPGE. O item DPGE encerrou o ano representando 24,28% da Carteira de Investimentos, após encerrar 2010 com 19,59%.

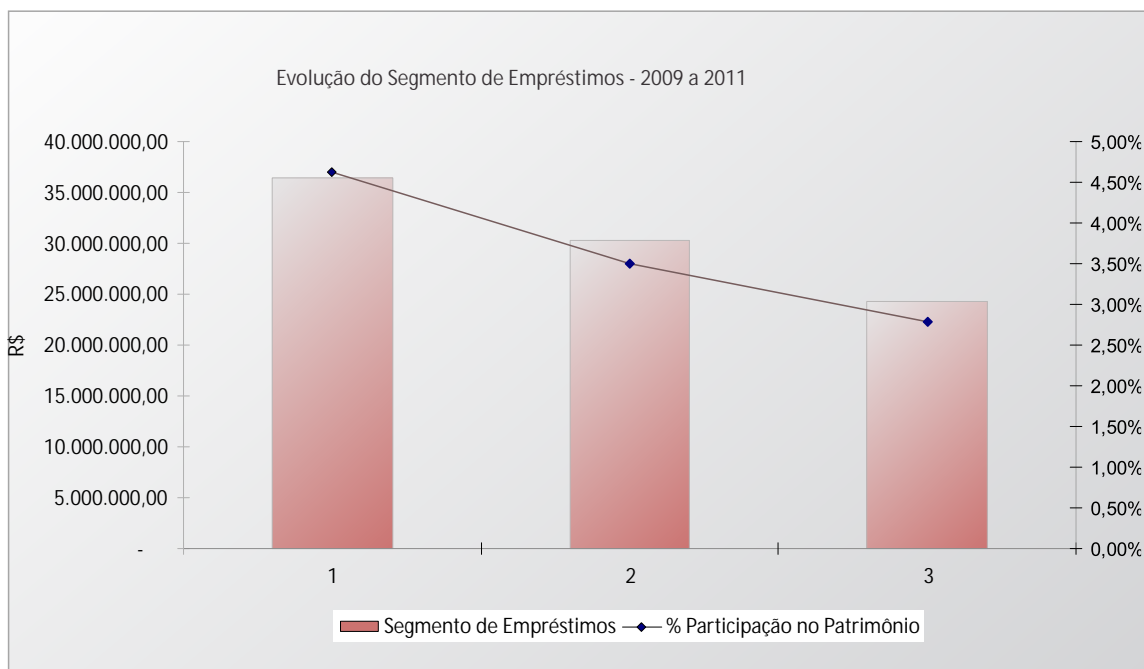
A carteira de títulos privados de renda fixa (Debêntures, CCB e CCI) teve sua participação diminuída em função do maior conservadorismo na análise das propostas, caindo de 22,75% em 2010 para 13,13% do segmento de Renda Fixa no final de 2011.



A rentabilidade dos ativos de renda fixa foi sistematicamente superior à Meta Atuarial, excetuando-se os itens CCI e CCB, que ficaram abaixo da meta devido ao provisionamento para perdas. A FIPECq está executando as garantias contratuais de forma a recuperar o investimento efetuado, inclusive com ações de cobrança na justiça.

## Segmento de Empréstimos e Financiamentos

A carteira de empréstimos e financiamentos aos participantes encerrou o ano de 2011 com um valor total de operações contratadas que representam 2,79% do patrimônio da FIPECq, decrescente em relação a 2010, que foi de 3,50%. A rentabilidade acumulada em 2011 foi de 14,61%, ante à expectativa atuarial de 11,38%, o que representa 2,90% acima da meta atuarial. Tal desempenho deve-se à metodologia de cálculo da taxa de juros para empréstimos previdenciais que leva em consideração a média geométrica do INPC de doze meses acrescida da taxa de 9% ao ano, aliada à recuperação de créditos vencidos.



## Patrimônio

Os recursos administrados pela FIPECq atingiram, em dezembro de 2011, o valor de R\$ 863.862.150, advindos das reservas do Plano de Previdência Complementar - PPC, Plano de Previdência FIPECqPREV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA. A seguir, apresentamos a composição.

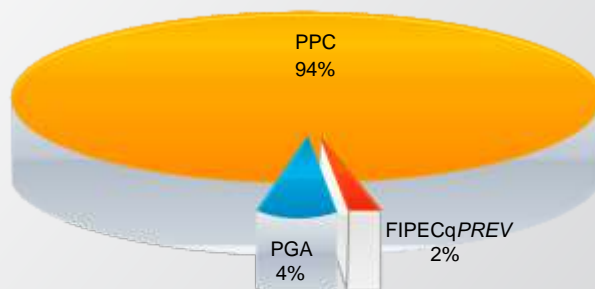
Posição do Patrimônio  
2010 - 2011

R\$1,00

| Planos Administrados pela FIPECq                 | 2010        | 2011 | (%)         |      |         |
|--|-------------|------|-------------|------|---------|
|  | Valor (A)   | (%)  | Valor (B)   | (%)  | (B)/(A) |
| Plano de Previdência Complementar/PPC            | 777.326.286 | 90,4 | 810.751.694 | 93,8 | 4,3     |
| Plano de Previdência Especial/PPE <sup>(1)</sup> | 40.150.742  | 4,7  | -           | -    | -       |
| Plano de Previdência/FIPECqPREV                  | 2.004.643   | 0,2  | 15.296.465  | 1,8  | 663     |
| Plano de Gestão Administrativa/PGA               | 40.095.927  | 4,7  | 37.813.991  | 4,4  | (5,7)   |
| Patrimônio                                       | 859.577.598 | 100  | 863.862.150 | 100  | 0,5     |

(1) O Plano de Previdência Especial – PPE foi encerrado em 31 de janeiro de 2011, com a migração das reservas para o Plano de Previdência FIPECqPREV. Parte dos recursos migrados do PPE para o FIPECqPREV foram resgatadas pelos Participantes

Posição do Patrimônio  
2011



## Mutação do Patrimônio

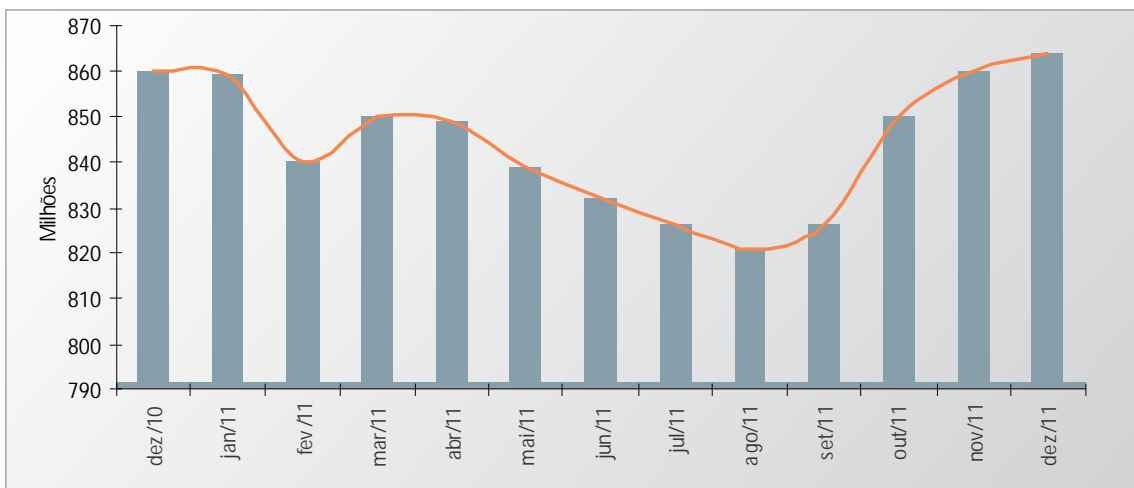
No quadro a seguir é apresentada a mutação do Patrimônio ocorrida no exercício de 2011.

### Mutação do Patrimônio 2011

R\$ 1,00

| Mês                   | Patrimônio  |         |         |
|-----------------------|-------------|---------|---------|
|                       | Valor       | Mês (%) | Ano (%) |
| dez/10                | 859.577.598 | -       | -       |
| jan/11                | 858.360.192 | (0,1)   | (0,1)   |
| fev/11 <sup>(1)</sup> | 839.726.254 | (2,2)   | (2,3)   |
| mar/11                | 849.741.331 | 1,2     | (1,1)   |
| abr/11                | 848.514.995 | (0,1)   | (1,3)   |
| mai/11                | 839.254.377 | (1,1)   | (2,4)   |
| jun/11                | 831.924.648 | (0,9)   | (3,2)   |
| jul/11                | 825.623.265 | (0,8)   | (4,0)   |
| ago/11                | 820.810.872 | (0,6)   | (4,5)   |
| set/11                | 826.404.611 | 0,7     | (3,9)   |
| out/11                | 849.843.865 | 2,8     | (1,1)   |
| nov/11                | 859.693.322 | 1,2     | 0,0     |
| dez/11                | 863.862.150 | 0,5     | 0,5     |

(1) O decréscimo do patrimônio foi devido à devolução da reserva aos Participantes do Plano de Previdência Especial - PPE. O montante da devolução somou R\$ 27.784.680, que correspondeu no mês a 3,2% dos recursos administrados pela Fundação.



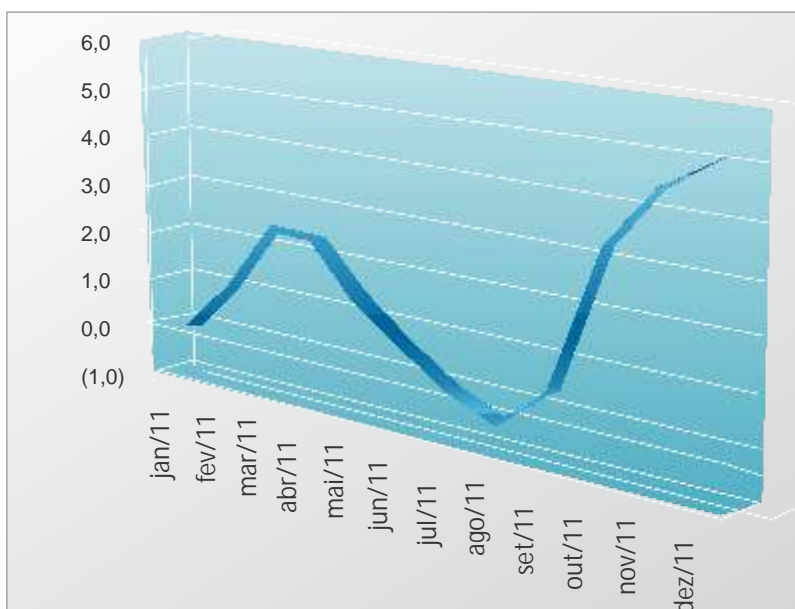
## Rentabilidade Financeira

A Rentabilidade financeira dos recursos administrados pela FIPECq, no exercício de 2011, foi de 5,1% calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, que comparada à Meta Atuarial (INPC/IBGE + 5% a.a.) foi de 11,4%, obteve menos 5,7% da referida meta.

O quadro a seguir apresenta as rentabilidades nos meses e no ano.

Rentabilidade Financeira Acumulada no Ano

| Mês    | Rentabilidade Financeira |         |
|--------|--------------------------|---------|
|        | Mês (%)                  | Ano (%) |
| Dez/10 | -                        | -       |
| jan/11 | 0,0                      | 0,0     |
| fev/11 | 1,0                      | 1,0     |
| Mar/11 | 1,4                      | 2,4     |
| Abr/11 | (0,0)                    | 2,4     |
| Mai/11 | (1,0)                    | 1,4     |
| jun/11 | (0,8)                    | 0,6     |
| jul/11 | (0,7)                    | (0,0)   |
| Ago/11 | (0,4)                    | (0,5)   |
| set/11 | 0,8                      | 0,3     |
| Out/11 | 2,9                      | 3,2     |
| Nov/11 | 1,2                      | 4,5     |
| Dez/11 | 0,6                      | 5,1     |





## Composição dos Investimentos

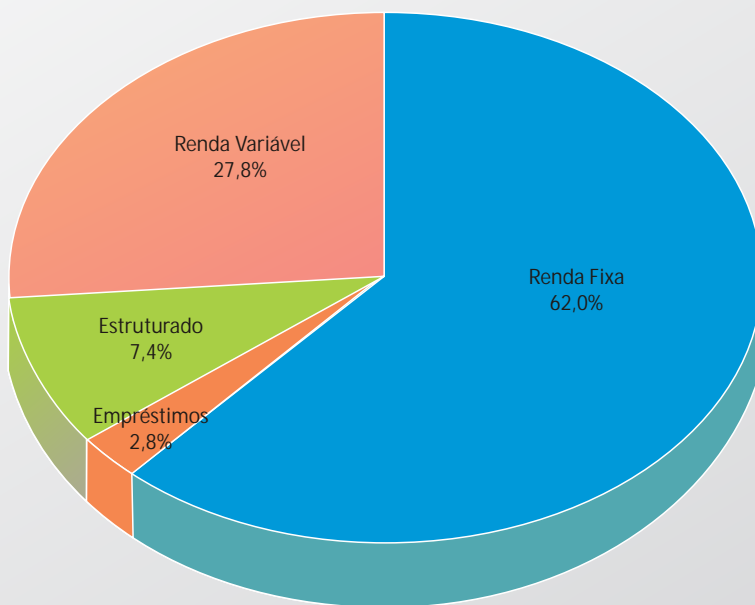
A composição dos investimentos, por tipo de ativo, é apresentada a seguir com o percentual de aplicação nos segmentos e em cada modalidade.

Composição dos Investimentos  
Posição em 31/12/11

R\$ 1,00

| INVESTIMENTOS                                  | 31/12/2010  | (%)  | 31/12/2011    | (%)  |
|--|-------------|------|---------------|------|
| Segmento de Renda Fixa                         | 514.578.678 | 59,5 | 538.393.494   | 61,9 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN                | 100.091.308 | 11,6 | 21.845.091    | 2,5  |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT            | -           | -    | -             | -    |
| Título da Dívida Agrária - TDAE                | -           | -    | -             | -    |
| Certificado de Depósito Bancário - CDB         | 65.978.359  | 7,6  | 86.179.043    | 9,9  |
| Depósito a Prazo com Garantia Especial -DPGE   | 169.385.169 | 19,6 | 211.030.567   | 24,3 |
| FI Referenciado, Renda Fixa e FIDC             | 61.513.108  | 7,1  | 148.358.035   | 17,1 |
| Fundos de Investimentos Multimercado - FIM     | 524.578     | 0,1  | 110.742       | 0,0  |
| Debêntures não Conversíveis - DN/C             | 41.160.768  | 4,8  | 16.577.488    | 1,9  |
| Notas Promissórias                             | -           | -    | -             | -    |
| Cédulas de Crédito Bancário - CCB              | 54.066.098  | 6,2  | 37.529.855    | 4,3  |
| Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI           | 21.859.290  | 2,5  | 16.762.674    | 1,9  |
| Segmento Renda Variável                        | 254.338.124 | 29,4 | 241.269.569   | 27,8 |
| Ações - Mercado à Vista                        | 137.123.939 | 15,9 | 129.407.001   | 14,9 |
| Fundo de Investimentos em Ações - FIA          | 117.214.185 | 13,5 | 111.862.568   | 12,9 |
| Segmento de Investimentos Estruturados         | 62.560.642  | 7,3  | 64.389.314    | 7,4  |
| Fundos de Investimentos em Participações - FIP | 22.995.396  | 2,7  | 26.775.724    | 3,0  |
| Fundos de Investimentos Imobiliários - FII     | 2.457.618   | 0,3  | 3.294.060     | 0,4  |
| Fundos de Investimentos Multimercado - FIM     | 37.107.628  | 4,3  | 34.319.530    | 4,0  |
| Segmento de Imóveis                            | 883.509     | 0,1  | -             | -    |
| Segmentos de Empréstimos                       | 30.237.606  | 3,5  | 24.237.991,91 | 2,8  |
| Outros Realizáveis                             | 1.959.477   | 0,2  | 1.045.085     | 0,1  |
| Subtotal                                       | 864.558.036 | 100  | 869.335.454   | 100  |
| Outros   | 134.132     | -    | 785.895       | -    |
| Total  | 864.692.168 |      | 870.121.349   |      |

Composição dos Investimentos  
Posição em 31/12/11



## Empréstimos

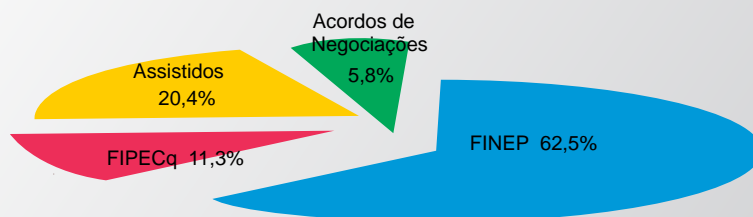
No ano de 2011, foram concedidos 291 empréstimos que somaram R\$ 10.082.826 e realizadas 18 negociações de empréstimos inadimplentes por meio de acordos judiciais no valor de R\$ 256.823. Em 31/12/2011, a carteira de empréstimo atingiu R\$23.921.403, com a participação de 2,8% da carteira de investimentos.

### Concessões, Refinanciamentos, Negociações e Acordos Realizados em 2011

R\$ 1,00

| Patrocinadoras | Concessões e Refinanc. |                   | Negociações - Acordos Judiciais |                | Total      |                   |
|----------------|------------------------|-------------------|---------------------------------|----------------|------------|-------------------|
|                | Qtde.                  | Valor             | Qtde.                           | Valor          | Qtde.      | Valor             |
| FINEP          | 193                    | 7.255.762         | 1                               | 28.374         | 194        | 7.284.136         |
| IPEA           | -                      | -                 | 4                               | 56.109,78      | 4          | 56.110            |
| CNPq           | -                      | -                 | 6                               | 94.483         | 6          | 94.483            |
| IBICT          | -                      | -                 | 3                               | 25.370         | 3          | 25.370            |
| MPEG           | -                      | -                 | 1                               | 11.798         | 1          | 11.798            |
| INPE           | -                      | -                 | 1                               | 20.890         | 1          | 20.890            |
| INPA           | -                      | -                 | 2                               | 19.799         | 2          | 19.799            |
| FIPECq         | 35                     | 1.010.967         | -                               | -              | 35         | 1.010.967         |
| Assistidos     | 63                     | 1.816.096         | -                               | -              | 63         | 1.816.096         |
| <b>Total</b>   | <b>291</b>             | <b>10.082.826</b> | <b>18</b>                       | <b>256.823</b> | <b>309</b> | <b>10.339.649</b> |

### Participação por Patrocinadora na Quantidade de Concessões, Refinanciamentos, Negociações e Acordos



## Evolução do Patrimônio

O quadro abaixo apresenta a evolução do Patrimônio em US\$, entre 1979 e 2011, bem como sua variação no ano e no período.

Evolução do Patrimônio  
1979-2011

| Ano      | US\$*       | No Ano (%) | No Período (%) |
|----------|-------------|------------|----------------|
| 1979/ago | 2.560.468   | -          | -              |
| 1979/dez | 3.141.645   | 22,7       | 22,7           |
| 1980     | 6.022.430   | 91,7       | 135,2          |
| 1981     | 10.258.771  | 70,3       | 300,7          |
| 1982     | 15.935.346  | 55,3       | 522,4          |
| 1983     | 15.729.853  | (1,3)      | 514,3          |
| 1984 (1) | 20.348.088  | 29,4       | 694,7          |
| 1985     | 30.892.026  | 51,8       | 1.106,5        |
| 1986     | 40.803.905  | 32,1       | 1.493,6        |
| 1987     | 37.061.209  | (9,2)      | 1.347,4        |
| 1988     | 49.020.751  | 32,3       | 1.814,5        |
| 1989     | 69.036.058  | 40,8       | 2.596,2        |
| 1990 (2) | 49.114.529  | (28,9)     | 1.817,9        |
| 1991 (3) | 44.229.028  | (9,9)      | 1.627,4        |
| 1992     | 45.275.938  | 2,4        | 1.668,3        |
| 1993     | 57.897.364  | 27,9       | 2.161,2        |
| 1994     | 91.439.104  | 57,9       | 3.471,2        |
| 1995     | 96.405.901  | 5,4        | 3.665,2        |
| 1996     | 112.320.019 | 16,5       | 4.286,7        |
| 1997     | 125.327.956 | 11,6       | 4.794,7        |
| 1998     | 122.118.381 | (2,6)      | 4.669,4        |
| 1999 (4) | 110.507.741 | (9,5)      | 4.215,9        |
| 2000     | 111.952.138 | 1,3        | 4.272,4        |
| 2001 (5) | 107.367.059 | (4,1)      | 4.093,3        |
| 2002 (6) | 88.037.117  | (18,0)     | 3.338,3        |
| 2003     | 125.719.768 | 42,8       | 4.810,0        |
| 2004     | 165.207.584 | 31,4       | 6.352,2        |
| 2005     | 223.530.651 | 35,3       | 8.630,1        |
| 2006     | 283.473.425 | 26,8       | 10.971,2       |
| 2007     | 399.892.980 | 41,1       | 15.518,0       |
| 2008 (7) | 283.391.267 | (29,1)     | 10.968,0       |
| 2009     | 452.169.897 | 59,6       | 17.560,1       |
| 2010     | 515.891.008 | 14,1       | 20.048,3       |
| 2011(8)  | 460.529.987 | (10,7)     | 17.886,2       |

\*Dólar Comercial (venda)

Observações da tabela anterior:

(1) Antes de 1984 não havia diferença entre o Patrimônio da FIPECq e as Reservas Previdenciais, o que passa a ocorrer a partir deste ano, com a criação dos Fundos Assistencial, Administrativo e de Seguro de Empréstimos e Financiamentos.

(2) A redução do Patrimônio verificada neste ano, se deve à implantação do Plano Econômico "Brasil Novo", que acarretou uma queda dramática nas Bolsas de Valores, a troca de indexadores das OFND's e a retenção de Cruzados Novos com conseqüente perda de liquidez e rentabilidade.

(3) A queda do Patrimônio foi determinada pela restituição da Reserva de Poupança aos Participantes que passaram da condição de celetistas para estatutários. O montante da devolução somou em dez/91 US\$ 9.056.582, que correspondeu na época a 20,5% do Patrimônio.

(4) O decréscimo do Patrimônio foi devido à mudança do regime cambial, desvalorização do real frente ao dólar, em janeiro/99.

(5) A redução do Patrimônio foi devida à valorização do dólar em 18,7% frente a moeda brasileira, reflexo da desaceleração da economia Norte-Americana, da instabilidade econômica provocada pelos atentados nos E.U.A e a crise política e econômica na Argentina.

(6) A redução do Patrimônio em US\$ foi devida à desvalorização cambial, que atingiu 52,3% no ano.

(7) A redução do Patrimônio em US\$ foi devida à crise americana que provocou uma valorização do câmbio e uma desvalorização na cotação das ações na Bovespa.

(8) Em fevereiro de 2011, a redução do patrimônio foi devida à devolução da reserva aos Participantes do Plano de Previdência Especial - PPE. O montante da devolução somou US\$ 16.725.668, que correspondeu no mês a 3,2% dos recursos administrados pela Fundação.

## Rentabilidade do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC

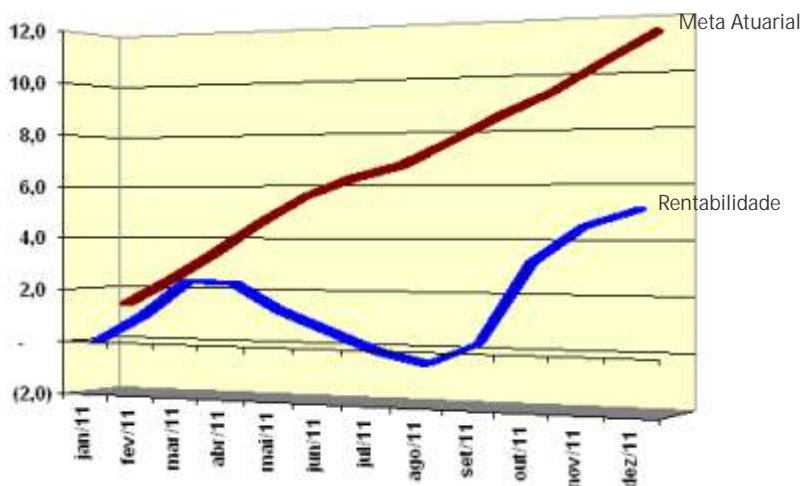
O ativo líquido do Plano PPC obteve, em 2011, a rentabilidade de 5,1%, para uma Meta Atuarial estabelecida para o mesmo período de 11,4% (INPC + 5% juros a.a.), o que representou 5,7% abaixo da meta.

No quadro abaixo encontram-se a evolução dos recursos do Plano PPC; a Rentabilidade Líquida e a Meta Atuarial de Rentabilidade.

Ativo Líquido, Rentabilidade e Meta Atuarial do Plano PPC em 2011

| Mês    | Recursos Garantidores |        | Rentabilidade (%) |        | Meta Atuarial (%) |       |
|--------|-----------------------|--------|-------------------|--------|-------------------|-------|
|        | (R\$)                 | No Mês | No Ano (A)        | No Mês | No Ano (B)        | (%)   |
| jan/11 | 776.770.737           | 0,0    | 0,0               | 1,4    | 1,4               | (1,3) |
| fev/11 | 784.695.487           | 1,0    | 1,0               | 1,0    | 2,3               | (1,3) |
| mar/11 | 794.582.639           | 1,3    | 2,4               | 1,1    | 3,4               | (1,0) |
| abr/11 | 793.829.722           | 0,0    | 2,4               | 1,1    | 4,6               | (2,1) |
| mai/11 | 785.474.013           | (1,0)  | 1,3               | 1,0    | 5,6               | (4,0) |
| jun/11 | 778.874.605           | (0,8)  | 0,6               | 0,6    | 6,3               | (5,3) |
| jul/11 | 773.177.824           | (0,7)  | (0,1)             | 0,4    | 6,7               | (6,4) |
| ago/11 | 769.269.760           | (0,4)  | (0,5)             | 0,8    | 7,6               | (7,5) |
| set/11 | 774.849.342           | 0,8    | 0,3               | 0,9    | 8,5               | (7,6) |
| out/11 | 797.146.247           | 2,9    | 3,2               | 0,7    | 9,3               | (5,6) |
| nov/11 | 806.635.734           | 1,2    | 4,5               | 1,0    | 10,4              | (5,3) |
| dez/11 | 810.751.694           | 0,6    | 5,1               | 0,9    | 11,4              | (5,7) |

\* Rentabilidade obtida em relação à Meta Atuarial (INPC/IBGE: 6,1%a.a. + Juros de 5%a.a.=11,4%a.a.)



## Desempenho Obtido

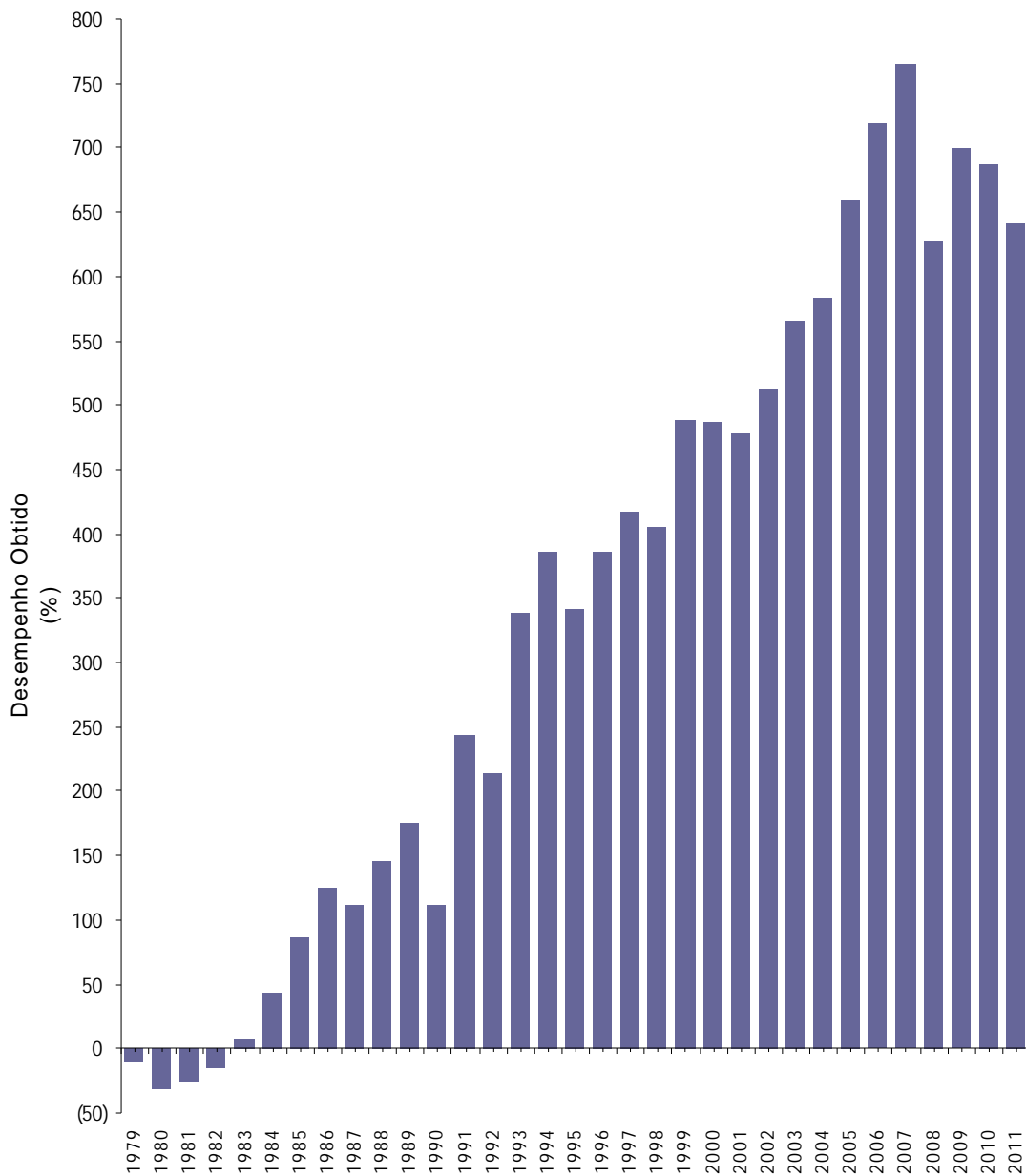
## Plano de Previdência Complementar – PPC

O quadro abaixo mostra o ganho acumulado da rentabilidade financeira em 641,9% comparada a Meta Atuarial, no período de 1979 a 2011.

## Rentabilidade Financeira Previdencial x Meta Atuarial

%

| Ano  | Rentabilidade Financeira (A) | Meta Atuarial (B) | (A) / (B) | Desempenho Obtido Acum. |
|------|------------------------------|-------------------|-----------|-------------------------|
| 1979 | 20,2                         | 33,6              | (10,0)    | (10,0)                  |
| 1980 | 48,5                         | 93,1              | (23,1)    | (30,8)                  |
| 1981 | 120,2                        | 101,7             | 9,2       | (24,4)                  |
| 1982 | 123,2                        | 95,5              | 14,2      | (13,7)                  |
| 1983 | 211,5                        | 147,7             | 25,8      | 8,5                     |
| 1984 | 269,8                        | 179,0             | 32,5      | 43,8                    |
| 1985 | 333,2                        | 233,9             | 29,7      | 86,6                    |
| 1986 | 67,4                         | 38,5              | 20,9      | 125,5                   |
| 1987 | 258,3                        | 281,8             | (6,2)     | 111,6                   |
| 1988 | 1.052,2                      | 889,9             | 16,4      | 146,3                   |
| 1989 | 1.633,2                      | 1.447,3           | 12,0      | 175,9                   |
| 1990 | 770,3                        | 1.034,8           | (23,3)    | 111,6                   |
| 1991 | 748,5                        | 422,5             | 62,4      | 243,6                   |
| 1992 | 1.094,0                      | 1.208,8           | (8,8)     | 213,5                   |
| 1993 | 3.395,1                      | 2.397,5           | 39,9      | 338,5                   |
| 1994 | 1.065,8                      | 951,3             | 10,9      | 386,3                   |
| 1995 | 14,2                         | 25,6              | (9,1)     | 342,0                   |
| 1996 | 27,1                         | 15,9              | 9,7       | 384,9                   |
| 1997 | 21,5                         | 13,9              | 6,7       | 417,4                   |
| 1998 | 6,2                          | 8,8               | (2,4)     | 405,0                   |
| 1999 | 33,8                         | 14,9              | 16,4      | 487,8                   |
| 2000 | 11,4                         | 11,6              | (0,2)     | 486,6                   |
| 2001 | 14,3                         | 16,0              | (1,4)     | 478,4                   |
| 2002 | 28,6                         | 21,6              | 5,8       | 511,9                   |
| 2003 | 27,2                         | 17,0              | 8,7       | 565,1                   |
| 2004 | 15,5                         | 12,5              | 2,7       | 583,1                   |
| 2005 | 23,7                         | 11,4              | 11,0      | 658,2                   |
| 2006 | 17,7                         | 9,0               | 8,0       | 718,9                   |
| 2007 | 17,7                         | 11,5              | 5,6       | 764,8                   |
| 2008 | (5,8)                        | 11,8              | (15,8)    | 628,2                   |
| 2009 | 20,1                         | 9,3               | 9,7       | 698,8                   |
| 2010 | 10,1                         | 11,8              | (1,5)     | 686,7                   |
| 2011 | 5,1                          | 11,4              | (5,7)     | 641,9                   |

Desempenho Acumulado  
1979 – 2011



## AVALIAÇÃO FINAL

No ano de 2011 a rentabilidade obtida pela FIPECq na aplicação dos Recursos Garantidores das Provisões, Reservas e Fundos foi de 5,1%. A seguir, destacamos os principais Benchmark's de mercado e indicadores econômicos:

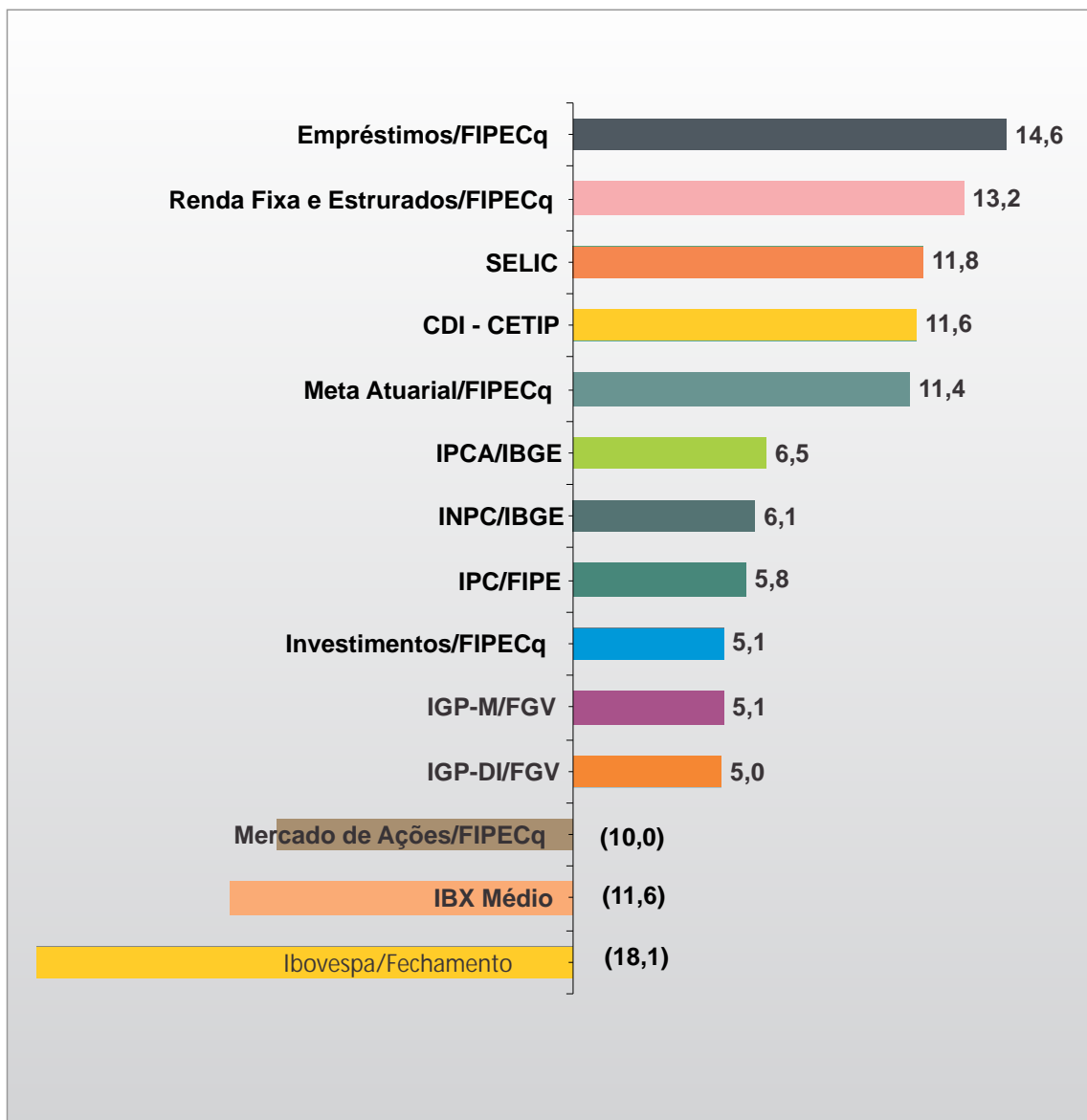
| <i>Benchmark's/Indicadores</i> | (%)              |
|--------------------------------|------------------|
|                                | Acumulado no Ano |
| IBOVESPA- Fechamento           | (18,1)           |
| IBX Médio                      | (11,6)           |
| IPCA/IBGE                      | 6,5              |
| IPC-FIPE                       | 5,8              |
| INPC/IBGE                      | 6,1              |
| CDI- CETIP                     | 11,6             |
| SELIC                          | 11,8             |
| IGP-DI/FGV                     | 5,0              |
| IGP-M/FGV                      | 5,1              |

As aplicações financeiras evoluíram de R\$ 865 milhões em dez/10 para R\$ 870 milhões em dez/11, representando um acréscimo de R\$ 5 milhões na carteira de investimentos da Fundação.

Os ativos financeiros, ao final de 2011, encontravam-se alocados no segmento de renda fixa no valor de R\$ 538 milhões, que correspondia a 61,9% dos investimentos, seguidos do segmento de renda variável com R\$ 241 milhões, que representava 27,8% das aplicações, do segmento de investimentos estruturados em R\$ 64 milhões, participação de 7,4%, a carteira de empréstimos em R\$ 24 milhões e outros realizáveis com R\$1 milhão, respectivamente, 2,8% e 0,1% do total dos recursos investidos.

Os investimentos obtiveram no ano uma receita financeira de R\$ 42 milhões. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos foi de 5,1% a.a. Os segmentos de renda fixa e investimentos estruturados apresentaram uma rentabilidade de 13,2% a.a., o segmento de renda variável – mercado de ações e fundos de Investimentos em ação de menos 10,0% a.a., as operações com participantes (empréstimos) de 14,6% a.a., e outros realizáveis uma rentabilidade de 23,9% a.a.

Rentabilidade FIPECq, Meta Atuarial e Indicadores Econômicos  
Ano: 2011



QUADRO I  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

|                               |    | R\$ mil        |                |                                  |     |                |                |
|-------------------------------|----|----------------|----------------|----------------------------------|-----|----------------|----------------|
| ATIVO                         | NE | Exercício 2011 | Exercício 2010 | PASSIVO                          | NE  | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
| Disponível                    |    | 523            | 134            | Exigível Operacional             |     | 1.976          | 2.504          |
| Realizável                    |    | 879.635        | 866.830        | Gestão Previdencial              | 8a  | 760            | 1.141          |
| Gestão Previdencial           | 4  | 2.264          | 1.504          | Gestão Administrativa            | 8b  | 1.110          | 1.086          |
| Gestão Administrativa         | 5  | 7.666          | 490            | Investimentos                    | 8c  | 106            | 277            |
| Investimentos                 |    | 869.705        | 864.836        | Exigível Contingencial           |     | 14.653         | 5.307          |
| Títulos Públicos              | 6a | 21.845         | 100.091        | Gestão Previdencial              | 9a  | 5.890          | 3.999          |
| Créditos Privados e Depósitos | 6b | 368.080        | 352.528        | Gestão Administrativa            | 9b  | 8.500          | 1.308          |
| Ações                         | 6d | 129.407        | 137.124        | Investimentos                    |     | 263            | -              |
| Fundos de Investimentos       | 6e | 324.721        | 241.813        | Patrimônio Social                |     | 863.863        | 859.578        |
| Investimentos Imobiliários    |    | -              | 884            | Patrimônio de Cobertura do Plano |     | 575.505        | 596.784        |
| Empréstimos                   | 6f | 24.253         | 30.266         | Provisões Matemáticas            | 10  | 606.628        | 554.850        |
| Depósitos Judiciais/Recursais |    | 263            | -              | Benefícios Concedidos            |     | 168.385        | 157.211        |
| Outros Realizáveis            | 6g | 1.136          | 2.130          | Benefícios a Conceder            |     | 438.243        | 397.639        |
| Permanente                    |    | 334            | 425            | Equilíbrio Técnico               | 11  | (31.123)       | 41.934         |
| Imobilizado                   |    | 323            | 408            | Resultados Realizados            |     | (31.123)       | 41.934         |
| Intangível                    |    | 11             | 17             | Superávit Técnico Acumulado      |     | -              | 41.934         |
|                               |    |                |                | (-) Déficit Técnico Acumulado    |     | (31.123)       | -              |
|                               |    |                |                | Fundos                           |     | 288.358        | 262.794        |
|                               |    |                |                | Fundos Previdenciais             | 12a | 248.375        | 220.940        |
|                               |    |                |                | Fundos Administrativos           | 12b | 37.814         | 40.096         |
|                               |    |                |                | Fundos dos Investimentos         | 12c | 2.169          | 1.758          |
| <b>Total do Ativo</b>         |    | <b>880.492</b> | <b>867.389</b> | <b>Total do Passivo</b>          |     | <b>880.492</b> | <b>867.389</b> |

QUADRO II  
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

|       |  | R\$ mil        |                |              |
|-------|--|----------------|----------------|--------------|
|       | DESCRIÇÃO  | Exercício 2011 | Exercício 2010 | Variação (%) |
|       | <b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>            | <b>859.578</b> | <b>787.318</b> | <b>9,18%</b> |
|       | 1. Adições   | 60.020         | 99.869         | -39,90%      |
| (+)   | Contribuições Previdenciais                                  | 11.696         | 11.463         | 2,03%        |
| (+)   | Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial   | 40.444         | 75.983         | -46,77%      |
| (+)   | Receitas Administrativas                                     | 5.477          | 8.229          | -33,44%      |
| (+)   | Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa | 1.997          | 4.194          | -52,38%      |
| (+)   | Constituição de Fundos de Investimento                       | 406            | -              | 100,00%      |
|       | 2. Destinações   | (55.373)       | (27.609)       | 100,56%      |
| (-)   | Benefícios   | (45.030)       | (16.045)       | 180,65%      |
| (-)   | Constituição de Contingências - Gestão Previdencial          | (587)          | (986)          | -40,47%      |
| (-)   | Despesas Administrativas                                     | (9.235)        | (9.777)        | -5,54%       |
| (-)   | Constituição de Contingências - Gestão Administrativa        | (521)          | (708)          | -26,41%      |
| (-)   | Reversão de Fundos de Investimento                           | -              | (93)           | -100,00%     |
|       | 3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (1+2)         | 4.647          | 72.260         | -93,57%      |
| (+/-) | Provisões Matemáticas  | 51.778         | 61.438         | -15,72%      |
| (+/-) | Superávit (Déficit) Técnico do Exercício                     | (73.057)       | (14.816)       | 393,10%      |
| (+/-) | Fundos Previdenciais   | 27.435         | 23.793         | 15,31%       |
| (+/-) | Fundos Administrativos                                       | (2.282)        | 1.938          | -217,75%     |
| (+/-) | Fundos dos Investimentos                                     | 411            | (93)           | -541,94%     |
|       | 4. Operações Transitórias                                    | (362)          | -              | 100,00%      |
| (+/-) | Operações Transitórias (a)                                   | (362)          | -              | 100,00%      |
|       | <b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)</b>     | <b>863.863</b> | <b>859.578</b> | <b>0,50%</b> |

a) Valor relativo aos saldos do Plano de Previdência Especial - PPE antes de sua incorporação, realizada em 31/01/2011, conforme mencionado na Nota Explicativa 15.

QUADRO III  
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO  
PPC - PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

| R\$ mil |  |                |                |              |
|---------|--|----------------|----------------|--------------|
|         | DESCRIÇÃO  | Exercício 2011 | Exercício 2010 | Variação (%) |
|         | A) Ativo Líquido - início do exercício                     | 775.629        | 710.344        | 9,19%        |
|         | 1. Adições   | 50.729         | 82.204         | -38,29%      |
| (+)     | Contribuições  | 11.351         | 10.319         | 10,00%       |
| (+)     | Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 39.378         | 71.885         | -45,22%      |
|         | 2. Destinações   | (17.775)       | (16.919)       | 5,06%        |
| (-)     | Benefícios   | (15.491)       | (14.401)       | 7,57%        |
| (-)     | Constituição de Contingências - Gestão Previdencial        | (587)          | (986)          | -40,47%      |
| (-)     | Custeio Administrativo                                     | (1.697)        | (1.532)        | 10,77%       |
|         | 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)             | 32.954         | 65.285         | -49,52%      |
| (+/-)   | Provisões Matemáticas                                      | 80.886         | 56.308         | 43,65%       |
| (+/-)   | Fundos Previdenciais                                       | 25.150         | 23.793         | 5,70%        |
| (+/-)   | Déficit Técnico do Exercício                               | (73.082)       | (14.816)       | 393,26%      |
|         | B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)              | 808.583        | 775.629        | 4,25%        |
|         | C) Fundos não Previdenciais                                | 39.902         | 41.724         | -4,37%       |
| (+/-)   | Fundos Administrativos                                     | 37.733         | 40.025         | -5,73%       |
| (+/-)   | Fundos dos Investimentos                                   | 2.169          | 1.699          | 27,66%       |

QUADRO IV  
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO FIPECqPREV

| R\$ mil |  |                |                |              |
|---------|--|----------------|----------------|--------------|
|         | DESCRIÇÃO  | Exercício 2011 | Exercício 2010 | Variação (%) |
|         | A) Ativo Líquido - início do exercício                     | 2.004          | 1.310          | 52,98%       |
|         | 1. Adições   | 3.141          | 875            | 258,97%      |
| (+)     | Contribuições  | 2.075          | 707            | 193,49%      |
| (+)     | Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 1.066          | 168            | 534,52%      |
|         | 2. Destinações   | (29.573)       | (181)          | 16238,67%    |
| (-)     | Benefícios (a)   | (29.540)       | (170)          | 17276,47%    |
| (-)     | Custeio Administrativo                                     | (33)           | (11)           | 200,00%      |
|         | 3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)             | (26.432)       | 694            | -3908,65%    |
| (+/-)   | Provisões Matemáticas                                      | 10.983         | 694            | 1482,56%     |
| (+/-)   | Fundos Previdenciais                                       | 2.284          | -              | 100,00%      |
| (+/-)   | Superávit Técnico do Exercício                             | 25             | -              | 100,00%      |
|         | 4. Operações Transitórias                                  | 39.724         | -              | 100,00%      |
| (+/-)   | Operações Transitórias (b)                                 | 39.724         | -              | 100,00%      |
|         | B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)              | 15.296         | 2.004          | 663,27%      |
|         | C) Fundos não Previdenciais                                | 80             | 29             | 175,86%      |
| (+/-)   | Fundos Administrativos                                     | 80             | 29             | 175,86%      |

a) O aumento foi em função da devolução das reservas de poupança dos Participantes que realizam esta opção no processo de incorporação do Plano de Previdência Especial - PPE, conforme mencionado na Nota Explicativa 15.

b) O valor de R\$ 39.724 mil refere-se ao ativo líquido do Plano de Previdência Especial - PPE no momento da sua incorporação ao FIPECqPREV, conforme mencionado na Nota Explicativa 15.

QUADRO V  
 DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO  
 PPC – PLANO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR

R\$ mil

| DESCRIÇÃO                              | Exercício 2011 | Exercício 2010 | Variação (%) |
|--|----------------|----------------|--------------|
| 1. Ativos                              | 855.273        | 822.438        | 3,99%        |
| Disponível                             | 488            | 127            | 284,25%      |
| Receível                               | 39.997         | 41.348         | -3,27%       |
| Investimento                           | 814.788        | 780.963        | 4,33%        |
| Títulos Públicos                       | 20.208         | 90.088         | -77,57%      |
| Créditos Privados e Depósitos          | 343.408        | 317.308        | 8,23%        |
| Ações                                  | 120.775        | 123.460        | -2,17%       |
| Fundos de Investimento                 | 304.767        | 218.106        | 39,73%       |
| Financiamentos Imobiliários            | -              | 852            | -100,00%     |
| Empréstimos                            | 24.253         | 29.096         | -16,64%      |
| Depósito Judiciais/Recursais           | 251            | -              | 100,00%      |
| Outros Realizáveis                     | 1.126          | 2.053          | -45,15%      |
| 2. Obrigações                          | 6.788          | 5.085          | 33,49%       |
| Operacional                            | 647            | 1.085          | -40,37%      |
| Contingencial                          | 6.141          | 4.000          | 53,53%       |
| 3. Fundos não Previdenciais            | 39.902         | 41.724         | -4,37%       |
| Fundos Administrativos                 | 37.733         | 40.025         | -5,73%       |
| Fundos dos Investimentos               | 2.169          | 1.699          | 27,66%       |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3)               | 808.583        | 775.629        | 4,25%        |
| Provisões Matemáticas                  | 593.641        | 512.755        | 15,77%       |
| Superávit/Deficit Técnico do Exercício | (31.148)       | 41.934         | -174,28%     |
| Fundos Previdenciais                   | 246.090        | 220.940        | 11,38%       |



QUADRO VI  
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO FIPECqPREV

R\$ mil

| DESCRIÇÃO                          | Exercício<br>2011 | Exercício<br>2010 | Variação<br>(%) |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| <b>1. Ativos</b>                   | <b>15.607</b>     | <b>2.053</b>      | <b>660,20%</b>  |
| <b>Disponível</b>                  | <b>32</b>         | <b>-</b>          | <b>100,00%</b>  |
| <b>Recebível</b>                   | <b>81</b>         | <b>28</b>         | <b>189,29%</b>  |
| <b>Investimentos</b>               | <b>15.494</b>     | <b>2.025</b>      | <b>665,14%</b>  |
| Títulos Públicos                   | 344               | 167               | 105,99%         |
| Créditos Privados e Depósitos      | 6.547             | 606               | 980,36%         |
| Ações                              | 2.315             | 252               | 818,65%         |
| Fundos de Investimentos            | 6.266             | 1.000             | 526,60%         |
| Depósitos Judiciais/Recurais       | 12                | -                 | 100,00%         |
| Outros Realizáveis                 | 10                | -                 | 100,00%         |
| <b>2. Obrigações</b>               | <b>231</b>        | <b>20</b>         | <b>1055,00%</b> |
| Operacional                        | 219               | 20                | 995,00%         |
| Contingencial                      | 12                | -                 | 100,00%         |
| <b>3. Fundos não Previdenciais</b> | <b>80</b>         | <b>29</b>         | <b>175,86%</b>  |
| Fundos Administrativos             | 80                | 29                | 175,86%         |
| <b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>    | <b>15.296</b>     | <b>2.004</b>      | <b>663,27%</b>  |
| Provisões Matemáticas              | 12.987            | 2.004             | 548,05%         |
| Superávit Técnico                  | 25                | -                 | 100,00%         |
| Fundos Previdenciais               | 2.284             | -                 | 100,00%         |

QUADRO VII  
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/DPGA (CONSOLIDADA)

| DESCRIÇÃO  | R\$ mil        |                |             |
|--|----------------|----------------|-------------|
|  | Exercício 2011 | Exercício 2010 | Varição (%) |
| A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior          | 40.096         | 38.158         | 5,08%       |
| 1. Custeio da Gestão Administrativa                    | 7.474          | 12.423         | -39,84%     |
| 1.1 Receitas   | 7.474          | 12.423         | -39,84%     |
| Custeio Administrativo da Gestão Previdencial          | 1.731          | 1.891          | -8,46%      |
| Custeio Administrativo dos Investimentos               | 3.684          | 6.297          | -41,50%     |
| Taxa de Administração de Empréstimos                   | 25             | 35             | 100,00%     |
| Receitas Diretas                                       | -              | 6              | -100,00%    |
| Resultado Positivo dos Investimentos                   | 1.997          | 4.194          | -52,38%     |
| Reversão de Contingências                              | -              | -              | -           |
| Outras Receitas  | 37             | -              | -           |
| 2. Despesas Administrativas                            | 9.756          | 10.485         | -6,95%      |
| 2.1. Administração Previdencial                        | 4.865          | 5.551          | -12,36%     |
| Pessoal e Encargos                                     | 3.274          | 3.472          | -5,70%      |
| Treinamento/Congressos e Seminários                    | 27             | 37             | -27,03%     |
| Viagens e Estadias                                     | 91             | 141            | -35,46%     |
| Serviços de Terceiros                                  | 210            | 444            | -52,70%     |
| Despesas Gerais  | 678            | 684            | -0,88%      |
| Depreciação e Amortizações                             | 57             | 62             | -8,06%      |
| Contingências  | 521            | 708            | -26,41%     |
| Outras Despesas  | 7              | 3              | 100,00%     |
| 2.2. Administração dos Investimentos                   | 4.891          | 4.934          | -0,87%      |
| Pessoal e Encargos                                     | 3.684          | 3.717          | -0,89%      |
| Treinamento/Congressos e Seminários                    | 30             | 35             | -           |
| Viagens e Estadias                                     | 96             | 119            | -19,33%     |
| Serviços de Terceiros                                  | 369            | 355            | 3,94%       |
| Despesas Gerais  | 655            | 646            | 1,39%       |
| Depreciação e Amortizações                             | 57             | 62             | -8,06%      |
| 4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2) | (2.282)        | 1.938          | -217,75%    |
| 5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)   | (2.282)        | 1.938          | -217,75%    |
| B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)       | 37.814         | 40.096         | -5,69%      |

QUADRO VIII  
 DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO  
 PPC – PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

R\$ mil

| DESCRIÇÃO                                | Exercício<br>2011 | Exercício<br>2010 | Variação<br>(%) |
|--|-------------------|-------------------|-----------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2) | 562.493           | 554.689           | 1,41%           |
| 1. Provisões Matemáticas                 | 593.641           | 512.755           | 15,77%          |
| 1.1 Benefícios Concedidos                | 162.528           | 146.431           | 10,99%          |
| Benefício Definido                       | 162.528           | 146.431           | 10,99%          |
| 1.2 Benefício a Conceder                 | 431.113           | 366.324           | 17,69%          |
| Benefício Definido                       | 431.113           | 366.324           | 17,69%          |
| 2. Equilíbrio Técnico                    | (31.148)          | 41.934            | -174,28%        |
| 2.1 Resultados Realizados                | (31.148)          | 41.934            | -174,28%        |
| Superávit Técnico Acumulado              | -                 | 41.934            | -100,00%        |
| Reservas de Contingencias                | -                 | 41.934            | -100,00%        |
| (-) Déficit Técnico Acumulado            | (31.148)          | -                 | 100,00%         |

QUADRO IX  
 DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO FIPECqPREV

R\$ mil

| DESCRIÇÃO                                | Exercício<br>2011 | Exercício<br>2010 | Variação<br>(%) |
|--|-------------------|-------------------|-----------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2) | 13.012            | 2.004             | 549,30%         |
| 1. Provisões Matemáticas                 | 12.987            | 2.004             | 548,05%         |
| 1.1 Benefícios Concedidos                | 5.857             | -                 | 100,00%         |
| Benefício Definido (a)                   | 5.857             | -                 | 100,00%         |
| 1.2 Benefício a Conceder                 | 7.130             | 2.004             | 255,79%         |
| Contribuição Definida                    | 7.130             | 2.004             | 255,79%         |
| Saldo de Contas - parcela participantes  | 7.130             | 2.004             | 255,79%         |
| 2. Equilíbrio Técnico                    | 25                | -                 | 100,00%         |
| 1.3 Resultados Realizados                | 25                | -                 | 100,00%         |
| Superávit Técnico Acumulado              | 25                | -                 | 100,00%         |
| Reservas de Contingencias                | 25                | -                 | 100,00%         |
| Reservas para Revisão de Plano           | -                 | -                 | 100,00%         |

a) Valor relativos aos Benefícios dos Participantes do Plano de Previdência Especial - PPE, incorporado em 31/01/2011 que já se encontravam em gozo de benefícios.



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários, acessíveis aos servidores e/ou empregados das Patrocinadoras e aos do seu próprio quadro de empregados. É regida pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29.05.2001, Decretos e Normas regulamentadores aplicáveis.

São Patrocinadoras e Instituidora dos Planos de Benefícios:

- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA
- FIPECq Vida – Caixa de Assistência Social da FIPECq (instituidora)

Os recursos administrados pela FIPECq são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, dos Participantes e dos rendimentos das aplicações desses recursos, conforme estabelece a legislação vigente.

A FIPECq administra dois planos de benefícios, sendo o PPC – Plano de Previdência Complementar, multipatrocinado e na modalidade de Benefício Definido – BD e o FIPECqPREV, instituído pela Caixa de Assistência Social da FIPECq – FIPECq Vida, na modalidade de Contribuição Definida. A FIPECq possuía em 31 de dezembro as seguintes quantidades de participantes:

|                  | 31/12/2011 |              |              | 31/12/2010   |
|------------------|------------|--------------|--------------|--------------|
|                  | PPC        | FIPECq PREV  | TOTAL        | TOTAL        |
| Ativos           | 584        | 1.602        | 2186         | 3082         |
| Autopatrocinados | 16         | 7            | 23           | 66           |
| Assistidos       | 297        | 9            | 306          | 345          |
|                  | <u>897</u> | <u>1.618</u> | <u>2.515</u> | <u>3.493</u> |

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e o CGPC, publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, cabendo ressaltar as seguintes matérias:

I - Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábeis;

II - Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas;

III – Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.

IV – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NTB 11 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

As normas contábeis aplicáveis às EFPC prevêm a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

I - Balanço Patrimonial (consolidado);

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada);

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (por plano de benefício previdencial);

IV - Demonstração do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial);

V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada);

VI - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP (por plano de benefício previdencial);

VII - Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis (consolidadas).

As demonstrações contábeis estão expressas em moeda corrente (Reais) mil e de forma comparativa com o exercício anterior, na data de 31 de dezembro de cada exercício.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais, de modo a identificá-los, separadamente, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com o que determinam a Resolução do CNPC nº 8, de 31.10.2011, Instrução SPC de 24 de setembro de 2009 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010.

O exercício social coincide com o ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro. Os registros contábeis seguem o Princípio da Competência para registro das Receitas e Despesas, excetuando-se as Receitas decorrentes de recebimento de contribuições de autopatrocinados e de participantes do plano de benefícios de instituídos – FIPECqPREV, que se encontram registradas pelo regime de caixa.

#### 3.1 - Realizável

Os ativos previdenciais, administrativos e de investimentos são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

#### 3.2 - Os investimentos estão registrados como segue

- Títulos Públicos – São classificados na categoria de “títulos para negociação”, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e ajustados ao valor provável de realização, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital.
- Créditos Privados e Depósitos – São classificados na categoria de “títulos para negociação”, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e ajustados ao valor provável de realização conforme precificação do título a mercado, sendo deduzidas, quando aplicável das provisões para perdas. Para aqueles títulos em que não há metodologia de precificação a mercado na data de elaboração das Demonstrações Contábeis, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do balanço, sendo deduzidas, quando aplicável das provisões para perdas.

- Ações - No mercado à vista, as ações são registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado no último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.
- Fundos de Investimentos - Estão demonstrados pelo valor da cota patrimonial do fundo, multiplicada pela quantidade de cotas existentes em 31 de dezembro de cada ano.
- Investimentos Imobiliários - São registrados pelo valor de realização.
- Empréstimos - São contabilizados pelos valores concedidos, acrescidos dos juros contratuais, deduzidos das parcelas já pagas até o encerramento do balanço e quando aplicável, das provisões para perdas. A remuneração é calculada em bases mensais e apropriada às contas de resultado.

### 3.3 - Ativo Permanente

Os valores são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados ou amortizados pelo método linear de acordo com o prazo estimado de vida útil.

### 3.4 - Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda de investimentos são consideradas as avaliações da administração quanto a riscos e incertezas e, para direitos creditórios de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios estabelecidos no Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 2009:

- I - 25% (vinte e cinco por cento), para atrasos entre 61 e 120 dias;
- II - 50% (cinquenta por cento), para atrasos entre 121 e 240 dias;
- III - 75% (setenta e cinco por cento), para atrasos entre 241 e 360 dias;
- IV - 100% (cem por cento), para atrasos superiores a 360 dias.

### 3.5 - Exigível Operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de

encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações previdenciárias assumidas com os Participantes Assistidos, bem como compromissos administrativos e de investimentos.

### 3.6 - Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas em conformidade com a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009 e com base na avaliação dos assessores jurídicos. A administração da FIPECq entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

### 3.7 - Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento de cada exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos Participantes Ativos e Assistidos.

### 3.8 - Equilíbrio Técnico

Existindo superávit, o valor é contabilizado como redução do déficit acumulado, caso exista, ou na conta Reserva de Contingência, até que o saldo dessa conta atinja o valor correspondente a 25% das Provisões Matemáticas. Posteriormente, existindo parcela da Reserva de Contingência até o seu limite, deverá ser contabilizada como Reserva Especial para Revisão de Planos, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 2001, o que não foi requerido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

### 3.9 - Constituição de Fundos

- Fundos Previdenciais - Constituído com base em avaliação atuarial e com destinação específica, de acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- Fundo Administrativo - O fundo administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas da EFPC na administração dos seus planos de benefícios.
- Fundos dos Investimentos - A constituição de fundos dos investimentos destina-se à cobertura do risco de não recebimento de parte dos créditos de empréstimos a participantes, decorrentes da existência de saldo devedor ao final do prazo contratual, de desequilíbrios econômico-financeiros da operação e de óbito de mutuários.

### 3.10 - Custeio da Gestão Administrativa

A Resolução CGPC nº 29/2009 dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

São fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios operado pela Fundação, segundo o regulamento do PGA, a dotação inicial oriunda do fundo administrativo; as contribuições dos Participantes e Assistidos; as contribuições dos patrocinadores e instituidores, caso ocorram, e o resultado dos investimentos e doações. O limite de custeio administrativo, respeitados os estabelecidos pela regulamentação em vigor e pelo orçamento anual aprovado para o exercício de 2011, é de 0,66% do montante dos recursos garantidores (investimentos + disponível - contas a pagar dos investimentos - exigível contingencial dos investimentos).

### 3.11 - Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

### 3.12 - Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões para perdas; as contingências; fundos dos investimentos; e reservas matemáticas.

## 4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

|  | R\$ (mil)       |                 |
|--|-----------------|-----------------|
|  | 2011            | 2010            |
| Recursos a Receber – PPC               | 1.529           | 1.322           |
| Recursos a Receber – PPE               | -               | 182             |
| Recursos a Receber – FIPECqPREV        | 1               | -               |
| Depósitos Judiciais/Rekursais          | 734             | -               |
| Custo Suplementar Não Amortizado – PPC | 29.252          | 26.262          |
| (-) Provisão para perdas (a)           | <u>(29.252)</u> | <u>(26.262)</u> |
|  | <u>2.264</u>    | <u>1.504</u>    |

Os recursos a receber decorrem das contribuições normais devidas pelas Patrocinadoras e Participantes com vencimento previsto para recebimento no início do mês seguinte.

(a) A Fundação tem a receber de suas Patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA valores referentes ao custo suplementar às Reservas não Amortizadas dos Benefícios Concedidos (por tempo de contribuição, especial e idade) que deixou de ser pago quando da implementação do RJU – Regime Jurídico Único. Este valor a receber foi apurado consoante parecer atuarial JM/1602/94 – emitido por Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. Em exercícios anteriores, foi constituída provisão para fazer face ao eventual não recebimento desse valor que é atualizado mensalmente pela meta atuarial. Em 10/08/2005 a Fundação ingressou com Ação de Cobrança Judicial dos valores na Justiça Federal e o Custo Suplementar não Amortizado e suas respectivas provisões para perdas, estão registrados como segue:

|  | R\$ (mil)     |               |
|--|---------------|---------------|
|  | 2011          | 2010          |
| Custo Suplementar Não Amortizado - PPC |               |               |
| IPEA                                   | 14.239        | 12.784        |
| CNPq                                   | 11.931        | 10.712        |
| INPE                                   | 2.550         | 2.289         |
| INPA                                   | 532           | 477           |
|  | <u>29.252</u> | <u>26.262</u> |

## 5. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

O saldo em 31 de dezembro é assim demonstrado:

|                                   | R\$ (mil)    |            |
|-----------------------------------|--------------|------------|
|                                   | 2011         | 2010       |
| Contribuições para custeio        | 262          | 258        |
| Responsabilidade de empregados    | 41           | 41         |
| Responsabilidade de terceiros     | 17           | -          |
| Despesas Antecipadas              | 103          | 88         |
| Outros realizáveis                | 103          | 103        |
| Depósitos Judiciais/Recursais (a) | 7.140        | -          |
|                                   | <u>7.666</u> | <u>490</u> |

A variação do saldo de Depósitos Judiciais/Recursais ocorreu para atender IN nº 5/2011 da PREVIC, que alterou a forma de sua contabilização. Até o ano de 2010 os saldos eram registrados em contas redutoras no Exigível Contingencial, sendo que a partir da entrada em vigor da referida norma passaram a ser classificados no ativo.

## 6. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos é constituída das aplicações em: Títulos Públicos; Créditos Privados e Depósitos; Ações; Fundos de Investimentos; Empréstimos e Financiamentos e Outros Realizáveis, conforme demonstrado a seguir:

|                               | 31/12/2011     |        | 31/12/2010     |        |
|-------------------------------|----------------|--------|----------------|--------|
|                               | R\$ mil        | (%)    | R\$ mil        | (%)    |
| TÍTULOS PÚBLICOS              | <u>21.845</u>  | 2,51   | <u>100.091</u> | 11,57  |
| Títulos Públicos Federais     | 21.845         | 2,51   | 100.091        | 11,57  |
| CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS | <u>368.080</u> | 42,32  | <u>352.528</u> | 40,76  |
| Instituições Financeiras      | 297.209        | 34,17  | 235.442        | 27,22  |
| Companhias Abertas            | 39.092         | 4,49   | 62.131         | 7,18   |
| Companhias Fechadas           | 15.016         | 1,73   | 25.302         | 2,93   |
| Sociedades Limitadas          | 1.898          | 0,22   | 14.872         | 1,72   |
| Outros Emissores              | 14.865         | 1,71   | 14.781         | 1,71   |
| AÇÕES                         | <u>129.407</u> | 14,88  | <u>137.124</u> | 15,86  |
| Instituições Financeiras      | 43.720         | 5,03   | 34.111         | 3,94   |
| Companhias Abertas            | 85.687         | 9,85   | 103.013        | 11,91  |
| FUNDOS DE INVESTIMENTOS       | <u>324.721</u> | 37,34  | <u>241.813</u> | 27,96  |
| Referenciado                  | 74.546         | 8,57   | 16.074         | 1,86   |
| Renda Fixa                    | 51.004         | 5,86   | 17.911         | 2,07   |
| Ações                         | 111.863        | 12,86  | 117.214        | 13,55  |
| Multimercado                  | 34.430         | 3,96   | 37.632         | 4,35   |
| Direitos Creditórios          | 22.808         | 2,62   | 27.528         | 3,18   |
| Participações                 | 26.776         | 3,08   | 22.996         | 2,66   |
| Imobiliário                   | 3.294          | 0,38   | 2.458          | 0,28   |
| INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS    | -              | -      | <u>884</u>     | 0,10   |
| Imóveis - Aluguéis e Renda    | -              | -      | 884            | 0,10   |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS  | <u>24.253</u>  | 2,79   | <u>30.266</u>  | 3,50   |
| Empréstimos                   | 24.253         | 2,79   | 30.266         | 3,48   |
| DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS | <u>263</u>     | 0,03   | -              | -      |
| OUTROS REALIZÁVEIS            | <u>1.136</u>   | 0,13   | <u>2.130</u>   | 0,25   |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS       | <u>869.705</u> | 100,00 | <u>864.836</u> | 100,00 |

## a) Títulos Públicos

As aplicações em títulos públicos da carteira própria da FIPECq, compostos exclusivamente por Notas do Tesouro Nacional – NTN, tiveram redução em 2011 para R\$ 21.845 mil (R\$ 100.091 mil em 2010), motivada pelo vencimento de algumas NTN's (R\$84.146 mil em maio de 2011) e recebimentos de juros de R\$ 1.221 mil. Estes títulos são indexados ao IPCA/IBGE além de juros firmados.



b) Créditos Privados e Depósitos

Os investimentos em Créditos Privados e Depósitos foram alocados em títulos de emissão de Instituições Financeiras; Companhias Abertas; Companhias Fechadas; Sociedades Limitadas; e Outros Emissores, totalizando R\$ 368.080 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$352.528 – 31/12/2010).

A composição do saldo por modalidade de investimentos é assim demonstrada:

|   | 31/12/2011 |        | 31/12/2010 |        |
|---|------------|--------|------------|--------|
|   | R\$ mil    | (%)    | R\$ mil    | (%)    |
| CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS               | 368.080    | 100,00 | 352.528    | 100,00 |
| Certificado de Depósito Bancário-CDB        | 86.179     | 23,41  | 66.057     | 18,74  |
| Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE | 211.031    | 57,33  | 169.385    | 48,05  |
| Debêntures não Conversíveis - DN/C          | 16.577     | 4,50   | 41.161     | 11,67  |
| Cédulas de Crédito Bancário - CCB           | 37.530     | 10,20  | 54.066     | 15,34  |
| Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI        | 16.763     | 4,56   | 21.859     | 6,20   |

As alocações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB's e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE's, emitidos por Instituições Financeiras, atingiram R\$ 297.209 mil, sendo uma parte dos títulos indexada ao IPCA/IBGE (R\$ 207.017 mil) e a outra em CDI/CETIP (R\$ 90.192 mil), representando 81% da carteira de créditos e depósitos.

Os demais ativos somaram R\$ 70.871 mil e encontram-se alocados em Debêntures Não Conversíveis - DN/C, Cédulas de Crédito Bancário - CCB e Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, emitidos pelas Companhias Abertas e Fechadas, Sociedades Limitadas e Outros Emissores. As aplicações são indexadas ao CDI/CETIP (R\$ 25.913 mil); IGPM/FGV (R\$ 3.288 mil), IPCA/IBGE (R\$ 38.191 mil) e INPC/IBGE (R\$ 3.479 mil).



## c) Carteira Própria

Estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria distribuídos por faixa de vencimento, em anos:

| Vencimentos   | 31/12/2011 - R\$ mil |           |           |           |
|---|----------------------|-----------|-----------|-----------|
|   | 0-1 ano              | 1-5 anos  | 5-10 anos | Total     |
| 1.1-Títulos Públicos - Marcados a Mercado               | -                    | -         | 21.845    | 21.845    |
| Notas do Tesouro Nacional                               | -                    | -         | 21.845    | 21.845    |
| 1.2-Títulos Públicos - Custo Atualizado                 | -                    | -         | 17.718    | 17.718    |
| Notas do Tesouro Nacional                               | -                    | -         | 17.718    | 17.718    |
| 2.1-Créditos Privados e Depósitos - Valor de Mercado    | 71.709               | 279.113   | 17.258    | 368.080   |
| Certificados de Depósitos Bancários                     | 69.811               | 16.368    | -         | 86.179    |
| Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC           | -                    | 211.031   | -         | 211.031   |
| Debêntures Não Conversíveis                             | -                    | 16.577    | -         | 16.577    |
| Cedula de Crédito Bancário                              | -                    | 35.137    | 2.393     | 37.530    |
| Cedula de Crédito Imobiliário                           | 1.898                | -         | 14.865    | 16.763    |
| 2.2-Créditos Privados e Depósitos - Custo Atualizado    | 71.219               | 273.579   | 16.461    | 361.259   |
| Certificados de Depósitos Bancários                     | 69.321               | 16.402    | -         | 85.723    |
| Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC           | -                    | 204.890   | -         | 204.890   |
| Debêntures Não Conversíveis                             | -                    | 17.090    | -         | 17.090    |
| Cedula de Crédito Bancário                              | -                    | 35.197    | 2.393     | 37.590    |
| Cedula de Crédito Imobiliário                           | 1.898                | -         | 14.068    | 15.966    |
| 3.1-Fundos de Investimentos - Valor de Mercado          | 275.137              | 22.808    | 26.776    | 324.721   |
| Fundo de Invest. Referenciados                          | 74.546               | -         | -         | 74.546    |
| Fundo de Invest. em Renda Fixa                          | 51.004               | -         | -         | 51.004    |
| Fundo de Invest. em Ações                               | 111.863              | -         | -         | 111.863   |
| Fundo de Invest. Multimercado                           | 34.430               | -         | -         | 34.430    |
| Fundo de Inves. em Direitos Creditórios                 | -                    | 22.808    | -         | 22.808    |
| Fundo de Invest. em Participações                       | -                    | -         | 26.776    | 26.776    |
| Fundo de Invest. Imobiliário                            | 3.294                | -         | -         | 3.294     |
| 3.2-Fundos de Investimentos - Custo Atualizado          | 275.137              | 22.808    | 26.776    | 324.721   |
| Fundo de Invest. Referenciados                          | 74.546               | -         | -         | 74.546    |
| Fundo de Invest. em Renda Fixa                          | 51.004               | -         | -         | 51.004    |
| Fundo de Invest. em Ações                               | 111.863              | -         | -         | 111.863   |
| Fundo de Invest. Multimercado                           | 34.430               | -         | -         | 34.430    |
| Fundo de Inves. em Direitos Creditórios                 | -                    | 22.808    | -         | 22.808    |
| Fundo de Invest. em Participações                       | -                    | -         | 26.776    | 26.776    |
| Fundo de Invest. Imobiliário                            | 3.294                | -         | -         | 3.294     |
| Total de títulos a valor de mercado ( 1.1 + 2.1 + 3.1)  | 346.846              | 301.921   | 65.879    | 714.646   |
| Total de títulos ao custo atualizado ( 1.2 + 2.2 + 3.2) | (346.356)            | (296.387) | (60.955)  | (703.698) |
| Ajuste (Valor de Mercado - Custo Atualizado)            | 490                  | 5.534     | 4.924     | 10.948    |

O ajuste apurado entre a precificação a mercado e o custo de aquisição atualizado, de R\$10.948 mil, foi registrado entre as contas de títulos públicos, variação positiva de R\$ 4.127

mil, mais variação positiva em créditos privados e depósitos de R\$ 6.821 mil. Em 2010, o ajuste foi de R\$3.327 mil, apurado positivamente em títulos públicos por R\$ 5.013 mil e negativamente em créditos privados e depósitos por R\$ 1.676 mil. A variação do ajuste nos títulos, entre os anos de 2010 e 2011, refere-se à aplicação em 2011, pelo Agente Custodiante, da metodologia de precificação a mercado dos Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE's, que até o ano de 2010 estavam apresentados pela curva de juros.

#### d) Ações

Em 31/12/2011 a carteira de ações alcançou R\$129.407 mil e está constituída pelos investimentos no Mercado de Ações à Vista (R\$ 128.746 mil) e pelos Dividendos e Juros de Capitais a receber (R\$ 661 mil).

O Mercado de Ações à Vista abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior volume financeiro e participação na carteira: Petrobrás (22%); Cia. Vale do Rio Doce (20%), Itauunibanco (13%); Bradesco (11%); Banco Cruzeiro do Sul (5%); Lojas Renner (4%) e Banco do Brasil (4%), conforme demonstrado abaixo:

| Descrição                             | 31/12/2011          |                  |        | 31/12/2010          |                  |        |
|---------------------------------------|---------------------|------------------|--------|---------------------|------------------|--------|
|                                       | Quantidade de ações | R\$ mil          |        | Quantidade de ações | R\$ mil          |        |
|                                       |                     | Valor de Mercado | (%)    |                     | Valor de Mercado | (%)    |
| AES TIETE/PN                          | 45.000              | 1.210            | 0,94   | -                   | -                | -      |
| BANCO DO BRASIL/ON                    | 190.000             | 4.503            | 3,48   | -                   | -                | -      |
| BMF/ON                                | 332.112             | 3.255            | 2,52   | 332.112             | 4.361            | 3,18   |
| BRADESCO/PN                           | 477.493             | 14.683           | 11,35  | 502.172             | 16.396           | 11,96  |
| BRADESCO/PNR                          | -                   | -                | -      | 8.321               | 72               | 0,05   |
| BRF BRASIL FOODS/ON                   | 80.000              | 2.914            | 2,25   | -                   | -                | -      |
| CEMIG/PN                              | 114.614             | 3.813            | 2,95   | 114.614             | 3.061            | 2,23   |
| CRUZEIRO DO SUL/PN                    | 500.000             | 6.875            | 5,31   | -                   | -                | -      |
| ELETOBRAS/ON                          | 140.000             | 2.498            | 1,93   | 140.000             | 3.114            | 2,27   |
| GAFISA/ON                             | 280.000             | 1.154            | 0,89   | 280.000             | 3.371            | 2,46   |
| GERDAU/PN                             | 246.000             | 3.567            | 2,76   | 246.000             | 5.577            | 4,07   |
| ITAUBANCO/PN                          | 504.400             | 17.144           | 13,25  | 436.400             | 17.364           | 12,66  |
| LOG-IN/ON                             | 204.000             | 1.399            | 1,08   | 204.000             | 2.122            | 1,55   |
| LOJAS RENNEN/ON                       | 114.200             | 5.528            | 4,27   | 114.200             | 6.441            | 4,70   |
| P. AÇUCAR - CBD/PN                    | 28.781              | 1.928            | 1,49   | 28.631              | 1.984            | 1,45   |
| PETROBRAS/ON                          | 58.142              | 1.337            | 1,03   | 78.142              | 2.387            | 1,74   |
| PETROBRAS/PN                          | 1.226.293           | 26.353           | 20,36  | 1.060.293           | 28.935           | 21,10  |
| SID NACIONAL/ON                       | 172.200             | 2.579            | 1,99   | 172.200             | 4.593            | 3,35   |
| USIMINAS/PNA                          | 171.000             | 1.736            | 1,34   | 171.000             | 3.276            | 2,39   |
| VALE/PNA                              | 694.600             | 26.270           | 20,30  | 694.600             | 33.688           | 24,57  |
|                                       |                     | 128.746          |        |                     | 136.742          |        |
| A RECEBER- Dividendos e Jr.de Capital | -                   | 661              | 0,51   | -                   | 382              | 0,28   |
| TOTAL                                 |                     | <u>129.407</u>   | 100,00 |                     | <u>137.124</u>   | 100,00 |

O decréscimo no saldo da carteira em 2011 foi consequência da desvalorização das cotações das ações na Bolsa de Valores. As compras foram de R\$ 49.906 mil, sendo que o maior volume financeiro foi destinado à aquisição de ações da Petrobras/PN, seguido das ações da Vale/PNA, Banco Cruzeiro do Sul e do Itauunibanco/PN. As vendas de ações alcançaram R\$ 28.885 mil, e os papéis mais negociados foram Petrobras/PN e Vale/PNA, conforme demonstrado abaixo:

| Ações/Tipo            | COMPRAS    |               | VENDAS     |               |
|-----------------------|------------|---------------|------------|---------------|
|                       | Quantidade | R\$ mil       | Quantidade | R\$ mil       |
| AES TEITE (PN)        | 45.000     | 1.037         | -          | -             |
| BANCO DO BRASIL (ON)  | 190.000    | 5.131         | -          | -             |
| BRF BRASIL FOODS (ON) | 80.000     | 2.243         | -          | -             |
| CRUZEIRO DO SUL (PN)  | 500.000    | 6.985         | -          | -             |
| BRADESCO (PN)         | 150.000    | 4.257         | 183.000    | 5.054         |
| P. AÇUCAR - CBD/PNA   | 150        | 9             | -          | -             |
| ITAUUNIBANCO (PN)     | 218.000    | 6.160         | 150.000    | 4.414         |
| PETROBRAS (ON)        | -          | -             | 20.000     | 664           |
| PETROBRAS (PN)        | 646.000    | 15.217        | 480.000    | 11.749        |
| VALE/PNA              | 148.000    | 8.867         | 148.000    | 7.004         |
| <b>TOTAL</b>          |            | <b>49.906</b> |            | <b>28.885</b> |

Permanece registrado em provisão para perdas o montante de R\$ 69 mil, correspondente ao valor contábil das ações das empresas Gazeta Mercantil S.A.

#### e) Fundos de Investimento

As aplicações em Fundos de Investimentos (R\$ 324.721 mil) representam 37% dos investimentos da Fundação.

As aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros - FIF encontram-se distribuídas nas seguintes espécies de fundos: Referenciados; Renda Fixa; Ações; Multimercado; Direitos Creditórios; Participações e Imobiliário, conforme demonstrado abaixo:

| ESPÉCIE  | 31/12/2011     |               | 31/12/2010     |               |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|
|  | R\$ mil        | (%)           | R\$ mil        | (%)           |
| Fundo de Invest. Referenciados                 | 74.546         | 22,96         | 16.074         | 6,65          |
| Fundo de Invest. em Renda Fixa                 | 51.004         | 15,71         | 17.911         | 7,41          |
| Fundo de Invest. em Ações                      | 111.863        | 34,45         | 117.214        | 48,47         |
| Fundo de Invest. Multimercado - FIM            | 34.430         | 10,60         | 37.632         | 15,56         |
| Fundo de Inves. em Direitos Creditórios - FIDC | 22.808         | 7,02          | 27.528         | 11,38         |
| Fundo de Invest. em Participações - FIP        | 26.776         | 8,25          | 22.996         | 9,51          |
| Fundo de Invest. Imobiliário - FII             | 3.294          | 1,01          | 2.458          | 1,02          |
| <b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>                 | <b>324.721</b> | <b>100,00</b> | <b>241.813</b> | <b>100,00</b> |

## f) Empréstimos

O saldo da carteira de Empréstimos, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 24.253 mil (R\$ 30.266 mil – 31/12/2010), com a participação de 2,8 % dos Investimentos. A redução do saldo dos empréstimos em 2011 foi devida às amortizações mensais e quitação de empréstimos com as reservas do Plano de Previdência Especial - PPE, em função do processo de incorporação deste plano ao FIPECqPREV.

A Fundação mantém constituído um fundo (nota explicativa 12c) destinado a cobrir a inadimplência temporária em decorrência do não recebimento das parcelas dos empréstimos, bem como a quitação do saldo devedor no caso de morte do mutuário.

## g) Outros realizáveis

O saldo de R\$ 1.136 mil (R\$ 2.120 mil – 31/12/2010) refere-se substancialmente a valores a receber de Precatórios Complementares emitidos pela União. A FIPECq impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, contra a Secretaria da Receita Federal, referente à cobrança do Imposto de Renda sobre juros, capital próprio, dividendos e demais ganhos de capital. O processo foi julgado procedente por confirmar a isenção tributária da Fundação em 1993. Em 1999 a FIPECq recebeu o valor de R\$ 11.000 mil, relativo ao montante retido/recolhido, atualizado até 1998. Entretanto, no valor recebido não foi computada a atualização monetária do indébito do exercício de 1999, ano do pagamento. Desta forma, fez-se necessária a emissão de precatório complementar por parte da União. Em julho de 2002, o valor atualizado do precatório complementar era de R\$ 5.700 mil, conforme Precatório nº 2002.01.00.010063-1/DF – Fazenda Nacional ação ordinária 9200002412, a ser amortizado em 10 parcelas anuais, a partir de 2003, atualizadas mensalmente pelo IPCA-E.

## h) Provisões para perdas dos investimentos

| ESPÉCIE                             | EMITENTE                                | R\$ mil    |            |
|-------------------------------------|---|------------|------------|
|                                     |   | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Certificado de Depósito Bancário    | Banco Santos S/A                        | (a) 22.083 | 19.305     |
| Debêntures não Conversíveis         | Crefisul Leasing S/A - Arrend.Mercantil | (b) 2.202  | 1.945      |
| Debêntures não Conversíveis         | ENCOL S/A - Industria e Construção      | (c) 7.666  | 6.792      |
| Debêntures não Conversíveis         | PROCID Participações e Negocios S/A     | (d) 10.888 | 9.537      |
| Cédulas de Crédito Bancário         | DIPLOMATA S/A Industrial e Comercial    | (e) -      | 2.163      |
| Cédulas de Crédito Imobiliário      | FLASHBEL Comercial Cosméticos Ltda      | (f) 5.239  | 4.392      |
| Cédulas de Crédito Imobiliário      | M.Brasil Empreend. Marketing e Neg      | (g) 6.246  | -          |
| Cédulas de Crédito Bancário         | SAMCIL Pró Saúde                        | (h) 8.993  | -          |
| TOTAL DE PROVISÕES DE INVESTIMENTOS |   | 63.317     | 44.134     |

a) Aplicações em 03 (três) CDB's, de emissão do Banco Santos S/A, efetuadas em janeiro, junho e setembro/04. A Fundação tomou as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

b) Debêntures de emissão da Crefisul adquiridas em dezembro/97. Medidas judiciais foram tomadas para recuperação dos valores.

c) Debêntures da Encol adquiridas em abril/95. Foram adotadas medidas judiciais para recuperação dos valores.

d) Debêntures de emissão da Procid S/A adquiridas em julho/04. Providências judiciais adotadas para recuperação dos valores.

e) Em 2011 foi revertida a provisão da CCB da Diplomata em função da negociação do débito com a emitente.

f) CCB's da FLASHBEL Comercial Cosméticos adquiridas em maio/08. Medidas judiciais foram tomadas para recuperação dos valores.

g) CCI de emissão da M.Brasil Empreendimentos Marketing e Negócios adquirida em julho/09. Medidas para a execução da dívida estão sendo elaboradas, com intuito de recuperação do crédito.

h) CCB de emissão da SAMCIL Pró - Saúde adquirida em março/08. Medidas para a execução da dívida estão sendo realizadas, com intuito de recuperação do crédito.

## 7 – ATIVO PERMANENTE

Em 31/12/2011 o saldo é composto da seguinte forma:

|                                     | R\$ (mil)    |              |            |            | Taxa anual de depreciação (%) |
|-------------------------------------|--------------|--------------|------------|------------|-------------------------------|
|                                     | 2011         |              | 2010       |            |                               |
|                                     | Custo        | Depreciação  | Líquido    | Líquido    |                               |
| Móveis e Utensílios                 | 232          | (113)        | 119        | 140        | 10%                           |
| Máquinas e Equipamentos             | 113          | (84)         | 29         | 41         | 10%                           |
| Ventiladores e Refrigeradores de Ar | 7            | (5)          | 2          | -          | 25%                           |
| Computadores e Periféricos          | 560          | (390)        | 170        | 223        | 20%                           |
| Instalações                         | 11           | (8)          | 3          | 4          | 10%                           |
| Software                            | 146          | (135)        | 11         | 17         | 20%                           |
|                                     | <u>1.069</u> | <u>(735)</u> | <u>334</u> | <u>425</u> |                               |

Anualmente, a Fundação realiza Inventário físico dos bens, promovendo a sua conciliação com os registros contábeis conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8 de 31/10/2011.

## 8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Neste grupo estão registrados os compromissos a pagar com saldo, em 31/12/2011, de R\$ 1.976 mil (R\$ 2.504 mil em 2010), como segue:

### a) Gestão Previdencial

|                         | R\$ (mil)  |              |
|-------------------------|------------|--------------|
|                         | 31/12/2011 | 31/12/2010   |
| Aposentadoria e Pensões | 4          | 470          |
| Abono Anual             | 22         | 19           |
| Pecúlio a Pagar         | 268        | 380          |
| Auxílio-Doença          | 173        | 105          |
| Retenções a Recolher    | 160        | 155          |
| Outras Exigibilidades   | 133        | 12           |
|                         | <u>760</u> | <u>1.141</u> |

### b) Gestão Administrativa

Os compromissos aqui relacionados correspondem aos gastos e provisões com pessoal e encargos sociais, além de outras exigibilidades:

|   | R\$ (mil)    |              |
|---|--------------|--------------|
|   | 31/12/2011   | 31/12/2010   |
| Pessoal e Encargos – Provisão de Férias | 806          | 768          |
| Credores Diversos                       | 137          | 151          |
| Encargos e Retenções a Recolher         | 167          | 167          |
|   | <u>1.110</u> | <u>1.086</u> |

### c) Investimentos

O saldo representa os compromissos assumidos e que não foram liquidados até a data do balanço:

|                               | R\$ (mil)  |            |
|-------------------------------|------------|------------|
|                               | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Créditos Privados e Depósitos | -          | 78         |
| Operações com Participantes   | 15         | 29         |
| Outras Exigibilidades (a)     | 91         | 170        |
|                               | <u>106</u> | <u>277</u> |

a) Corresponde aos honorários advocatícios devidos em decorrência da ação ordinária movida para recebimento dos precatórios complementares da Fazenda Nacional, demonstrada na Nota Explicativa 6g.

## 9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

### a) Gestão Previdencial

A provisão de R\$ 5.890 mil (R\$ 3.999 mil – 31/12/2010) refere-se substancialmente aos processos judiciais envolvendo expurgos inflacionários, movidos por ex-Participantes do Plano de Previdência Complementar - PPC que requerem diferenças de correção monetária dos Planos Collor e Verão, por entenderem que esta deve incidir sobre as reservas de poupança resgatadas pelos mesmos, quando do desligamento da Fundação. Os valores estimados das demandas estão atualizados pelo INPC até a data da citação (30/10/2002) e a partir desta data até 31/01/2007 pela meta atuarial (INPC mais 6% de juros ao ano) e daí em diante pela SELIC como determina o Novo Código Civil.

Ademais, a partir de dezembro de 2006, esta provisão passou a contemplar todos os ex-Participantes dos Planos que resgataram suas reservas de poupança. No que se refere à questão da prescrição quinquenal, ou seja, em que não poderiam ser reclamados expurgos sobre resgates depois de decorridos 5 (cinco) anos do seu pagamento, a Fundação deverá considerar que a apreciação desse tema se encontra já plenamente pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, com a edição da Súmula nº 291, o que justifica considerar que todos os processos referentes aos expurgos possam ser considerados de perda remota, embora a Fundação entenda ser prudente manter a provisão atual.

### b) Gestão Administrativa

O saldo é composto da seguinte forma:

- PIS e COFINS: O valor de R\$ 6.958 mil, refere-se a contencioso judicial contra a União por interpretação diversa no “modus operandi” da base de cálculo de PIS e COFINS que resulta em valores a recolher prejudiciais à Fundação.

- IRRF: O valor de R\$ 219 mil, refere-se à contingência fiscal relativa à DCTF/IRRF, sendo que a matéria discutida tem origem nos anos de 1994/1995.



· Outros: O valor de R\$ 1.323 mil referente a valores relativos às reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores.

Estes valores foram estimados pela Fundação com base na probabilidade de perda e na determinação dos valores passíveis de desembolsos.

#### c) Passivo contingente

A Fundação é parte em ações judiciais, cujo desfecho desfavorável na avaliação dos assessores jurídicos é considerado como possível e para os quais não há provisão constituída por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/09. Tais ações referem-se, substancialmente, a ações de indenização e revisão de aposentadoria.

#### d) Contingências ativas

A Fundação é autora de ações judiciais que poderão gerar, no futuro, a entrada de benefícios econômicos. As principais ações referem-se à recuperação de investimentos, tais como do Banco Santos, Encol, etc., para os quais há provisão contábil constituída (Nota 6 h), e recebimento de dividendos da Petrobras estimados em R\$ 440 mil.

A Fundação não reconheceu as contingências ativas nos registros contábeis em face de as mesmas ainda não atenderem aos quesitos de reconhecimento definidos na Resolução CFC 1.180/09, ou seja, de que as demandas judiciais terão êxito praticamente certo em favor da Fundação.

### 10. EXIGÍVEL ATUARIAL

O Passivo Atuarial demonstra os benefícios concedidos e a conceder de acordo com as modalidades básicas existentes de planos de benefícios, ou seja, de benefício definido ou de contribuição definida, em função do regime financeiro, de capitalização ou repartição, e se os benefícios são programados ou não programados, conforme quadro a seguir:

|   | R\$ (mil)      |                |
|---|----------------|----------------|
|   | 2011           | 2010           |
| <b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>              |                |                |
| Benefícios do Plano                       | 168.385        | 157.211        |
| Plano de Previdência Complementar - PPC   | 162.528        | 146.431        |
| Plano de Previdência Especial - PPE       | -              | 10.780         |
| Plano Instituído <i>FIPECqPREV</i>        | 5.857          | -              |
| <b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>              | 438.243        | 397.639        |
| Benefícios do Plano com a Geração Atual   | 547.289        | 495.859        |
| Contribuição Definida                     | 7.130          | 2.005          |
| Plano Instituído <i>FIPECqPREV</i>        | 7.130          | 2.005          |
| Benefícios Definidos                      | 540.159        | 493.854        |
| Plano de Previdência Complementar - PPC   | 540.159        | 464.543        |
| Plano de Previdência Especial - PPE       | -              | 29.311         |
| <br>                                      |                |                |
| (-) Outras Contribuições da Geração Atual | (109.046)      | (98.220)       |
| Plano de Previdência Complementar - PPC   | (109.046)      | (98.220)       |
| <br>                                      |                |                |
| <b>Total do Exígível Atuarial</b>         | <b>606.628</b> | <b>554.850</b> |

Benefícios Concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada dos planos administrados.

Benefícios a Conceder – Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos Participantes Ativos, líquido das contribuições futuras.

Os Planos Previdenciais foram avaliados por Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., com sede no Rio de Janeiro, sendo utilizada para o Plano PPC a Tábua de Mortalidade Geral AT-2000. A avaliação atuarial foi efetuada com base no cadastro dos Participantes do mês de novembro de 2011.

Segue abaixo composição das provisões matemáticas por Plano e Patrocinadora:

| Patrocinadora             | R\$ (mil)             |                |                       |                |                |                |
|---------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|----------------|
|                           | Benefícios concedidos |                | Benefícios a conceder |                | Total          |                |
|                           | 2011                  | 2010           | 2011                  | 2010           | 2011           | 2010           |
| PPC                       | 162.528               | 146.431        | 431.113               | 366.323        | 593.641        | 512.754        |
| FINEP                     | 132.289               | 123.295        | 391.806               | 328.708        | 524.095        | 452.003        |
| IPEA                      | 9.457                 | 7.278          | 68                    | 67             | 9.525          | 7.345          |
| CNPq                      | 12.017                | 8.056          | 4.372                 | 3.932          | 16.389         | 11.988         |
| INPE                      | 2.589                 | 1.787          | 4.447                 | 3.750          | 7.036          | 5.537          |
| INPA                      | 586                   | 558            | 7                     | 7              | 593            | 565            |
| FIPECq                    | 5.590                 | 5.457          | 18.572                | 16.568         | 24.162         | 22.025         |
| AUTOFINANCIADOS           |                       |                | 11.841                | 13.291         | 11.841         | 13.291         |
| PPE                       | -                     | 10.780         | -                     | 29.311         | -              | 40.091         |
| Participantes             |                       | 10.780         |                       | 29.311         | -              | 40.091         |
| FIPECq <i>PREV (a)</i>    | 5.857                 | -              | 7.130                 | 2.005          | 12.987         | 2.005          |
| <b>TOTAL DAS RESERVAS</b> | <b>168.385</b>        | <b>157.211</b> | <b>438.243</b>        | <b>397.639</b> | <b>606.628</b> | <b>554.850</b> |

(a) Benefícios de Participantes do Plano PPE, incorporado pelo FIPECq *PREV*

## 11. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado contábil do exercício de 2011 foi deficitário em R\$ 73.057 mil (déficit em 2010 de R\$ 14.816 mil). O superávit acumulado até 2010, de R\$ 41.934 mil, foi utilizado para absorver o déficit do exercício, restando, ainda, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 31.123 mil.

## 12. FUNDOS

### a) Fundos Previdenciais

#### i) Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC

Constituído atuarialmente e registrado no exercício de 1993, em decorrência do advento do Regime Jurídico Único - RJU ter impactado os valores das Provisões Matemáticas do conjunto formado pelas Patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq (FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA e a própria FIPECq), em um regime de solidariedade contributiva, onde, no que se refere aos benefícios já concedidos, a situação não sofreu

qualquer alteração, mas com relação aos benefícios a conceder as Patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA tiveram reversão bastante significativa nas Provisões Matemáticas que vinham sendo mantidas no PPC da FIPECq. Está avaliado em 31 de dezembro de 2011 em R\$ 246.090 mil (R\$ 220.940 mil em 2010).

Sua criação visa dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do PPC, inclusive quanto aos Benefícios Saldados, e pelo fato de as autoridades governamentais não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo Participantes Celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, em RJU e dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam ocorrer em relação às premissas adotadas nas avaliações atuariais, seja em relação ao retorno dos investimentos, às Tábuas Biométricas ou a outros fatores, tais como previsão de crescimento real de salário e expectativa de retorno de investimentos. No final do ano de 2010 a FIPECq promoveu o ajuizamento de Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal do Distrito Federal) declare, por sentença, a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o patrimônio atual da Fundação, cujo desfecho ainda se encontra pendente.

#### ii) Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados – FIPECqPREV

Constituído no ano de 2011 por valores contributivos recebidos pelo Plano de Previdência Especial - PPE pelo processo de incorporação deste plano ao FIPECqPREV, conforme mencionado na Nota Explicativa 16, devidamente atualizados pela rentabilidade líquida obtida, não passíveis de resgates e de alocações nas subcontas do referido PPE (individual). É destinado a dar cobertura a todo o tipo de riscos envolvidos no processo de incorporação, inclusive de gastos advocatícios a ele inerentes, e preservar o Plano FIPECqPREV dos riscos inerentes à manutenção de alguns benefícios, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE do tipo Benefício Definido. Está avaliado por R\$ 2.285 mil em 31/12/2011.

#### a) Fundo Administrativo

Constituído consoante autorização da, então, Secretaria de Previdência Complementar, Ofício GAB/SPC N.º 505/84, para fazer face à sobrecarga administrativa. Incrementado mensalmente pelo resultado líquido do custeio previdencial mais o resultado líquido entre as receitas e as despesas administrativas, acrescido dos recursos líquidos aplicados por meio do Programa de Investimentos, conforme demonstrado a seguir:

| Descrição  | R\$ (mil)     |               |
|--|---------------|---------------|
|  | 2011          | 2010          |
| Saldo inicial do exercício                           | 40.096        | 38.158        |
| (+) Receitas Administrativas                         | 37            | 4             |
| (+) Custeio Administrativo                           | 5.440         | 8.223         |
| (+) Receitas Financeiras do Exercício                | 1.997         | 4.194         |
| (+) Recuperação de Recursos do Programa Assistencial | -             | 1             |
| Subtotal   | 47.570        | 50.580        |
| (-) Despesas Administrativas                         | (9.235)       | (9.776)       |
| (-) Constituições de Contingências                   | (521)         | (708)         |
| Subtotal   | (9.756)       | (10.484)      |
| Saldo do balanço em 31 de dezembro                   | <u>37.814</u> | <u>40.096</u> |

Em 30 de abril de 2003, a Fundação encerrou o Plano Assistencial existente até àquela data com recurso do plano administrativo, cujo déficit era de R\$ 4.068 mil, apurado quando do encerramento. No decorrer dos exercícios de 2004 a 2011 ocorreu a recuperação de parte deste déficit, no valor de R\$ 658 mil, permanecendo, ainda, um saldo de R\$ 3.410 mil a recuperar para o fundo.

#### a) Fundo dos Investimentos

Denominado “Fundo de Seguro de Empréstimos/Financiamentos”, foi constituído para garantir a inadimplência temporária dos contratos de empréstimos concedidos aos Participantes. O saldo do fundo corresponde ao prêmio (taxa) incidente sobre o principal do mútuo, mais a recuperação da inadimplência e os rendimentos financeiros, deduzidos os valores dos empréstimos inadimplentes e as coberturas nas situações de morte e/ou invalidez do participante mutuário. O saldo em 31/12/2011 é de R\$ 2.169 mil (R\$ 1.758 mil em 2010).

### 13. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em observância ao disposto na Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, o custeio das despesas da Gestão Administrativa tem como fonte de recursos:

- 15% fixados atuarialmente, que incidem sobre os valores das contribuições do Plano de Previdência Complementar – PPC e do Plano de Previdência Especial – PPE (até

31/01/2011). No Plano FIPECqPREV, este percentual varia de 2% a 4% sobre o valor da contribuição, respeitado o limite de 15% sobre o Valor de Referência do Plano – VRP (R\$ 128,00 em 31/12/2011);

- Taxa de Administração cobrada sobre os investimentos na modalidade de Empréstimos e Financiamentos;
- Resultados dos Investimentos; e
- Recursos do Fundo Administrativo

No Programa de Investimentos, o custeio administrativo corresponde a 0,66% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios deduzidos os valores transferidos pelos Planos de Benefício e da Taxa de Administração dos Empréstimos.

As despesas da administração comuns são rateadas na proporção de 50% entre a Gestão Previdencial e de Investimentos.

#### 14. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir, detalhamento dos ajustes e eliminações para a consolidação das Demonstrações Contábeis. Tais ajustes são efetuados em documentos auxiliares e se referem à participação do PPC e do FIPECqPREV no PGA, de acordo com o quadro a seguir:

|            |       |                               |  |        | R\$ mil |  |
|------------|-------|-------------------------------|--|--------|---------|--|
| Plano      | Conta | Grupo do Balanço              | Descrição da Conta                             | Saldo  | D/C     |  |
| PPC        | 1220  | Gestão administrativa (ativo) | Participação no plano de gestão administrativa | 37.733 | C       |  |
| FIPECqPREV | 1220  | Gestão administrativa (ativo) | Participação no plano de gestão administrativa | 81     | C       |  |
| PGA        | 2322  | Fundo administrativo          | Participação no plano de gestão administrativa | 37.814 | D       |  |

#### 15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's.

Em 23 de junho de 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº. 2.288, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das entidades fechadas de previdência privada, com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual,

aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do FND, com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a ABRAPP, em nome de suas associadas, por meio de Ação Coletiva, impetrou medida judicial contra a União Federal, BNDES e FND. Reivindicou a diferença de correção monetária paga a menor ocasionada pela substituição do indexador IPC por BTN, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, para atualização monetária das OFND's. O Tribunal Regional Federal - TRF considerou que o índice correto seria o IPC porque vários títulos públicos haviam sido atualizados pelo Índice de preço.

Ante a decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para Ação Rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a Ação de Execução. Algumas associadas solicitaram a ABRAPP contratação de perito contábil para emissão de laudo técnico mensurando os valores atualizados das OFND's, segregados por Entidades, para fins de execução de sentença.

A PREVIC, em 2011, emitiu o Ofício nº. 4663/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, determinando as EFPC que, enquanto não houvesse manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União, relativo à Ação Judicial, não deve ser efetuado o registro contábil deste ativo contingente, mas tal fato deverá constar das notas explicativas às Demonstrações contábeis do exercício. Os administradores acataram o estabelecido e decidiram não reconhecer o montante no balanço de 31/12/2011.

## 16. INCORPORAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS

No mês de janeiro de 2011, em atendimento à Portaria nº 565 de 29/07/2010, ocorreu o processo de incorporação pelo FIPECqPREV do Plano PPE, considerando-se que o mesmo nunca havia obtido aprovação formal pelo órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar. Desde a elaboração e encaminhamento à, então, Secretaria de Previdência Complementar – SPC, em 1991, o PPE se manteve em processo de aprovação.

A regularização do PPE mediante a sua incorporação ao FIPECqPREV, plano instituído pela FIPECq Vida e administrado pela FIPECq, constituiu-se no modelo viável de regularização daquele plano, pelo órgão governamental competente, embora o referido órgão regulador tivesse emitido o CNPB.

A medida representou uma alternativa para que os Participantes do PPE (Plano criado em 1991 com o objetivo de amparar os Participantes da FIPECq que passaram, em virtude da Lei 8.112/90, que instituiu o Regime Jurídico Único/RJU, da condição de Celetistas para Estatutários) pudessem participar de um Plano de Previdência sustentável e aprovado formalmente com segurança jurídica tanto para os administradores da FIPECq quanto para os Participantes.

A FIPECq teve o prazo de seis meses - a partir da referida aprovação - para concluir o processo de incorporação.

O Processo de Incorporação ofereceu aos Participantes Ativos as seguintes possibilidades:

- adesão ao FIPECqPREV e transferência dos recursos disponibilizados no PPE para o FIPECqPREV;
- sacar os recursos que lhe cabiam no rateio do saldo do PPE em 31/01/2011 e fazer a sua inscrição no FIPECqPREV e continuar contribuindo; e
- sacar os recursos que lhe cabiam, sem fazer inscrição no FIPECqPREV.

Para que fosse possível oferecer o processo de Incorporação no FIPECqPREV aos Participantes Ativos do PPE, as condições financeiras tiveram como referência a data-base 31/12/2009. O montante final a ser incorporado ao FIPECqPREV somente poderia ser conhecido na data da efetiva Incorporação que ocorreu em 31 de janeiro de 2011.

O PPE contava, em 31/01/2011, com 2.185 Participantes Ativos e 45 Participantes Assistidos. Dos Participantes Ativos 354 optaram por incorporar seus recursos ao FIPECqPREV e 1.831 por resgatar. Quanto aos Participantes Assistidos, 37 receberam a Reserva Matemática e 8 optaram pela continuidade do recebimento do benefício, quais sejam: 6 processos de Invalidez e 2 processos de Pensão.

O Plano de Previdência Especial - PPE continuou a garantir o seu benefício aos Participantes Ativos que viessem a Invalidar ou a falecer até a data da Efetiva Incorporação (31/01/2011). Até este período foram concedidas 5 novas aposentadorias por Invalidez e 9 Pecúlios por Morte.



Segue abaixo a movimentação dos saldos quando da incorporação:

| R\$ mil                       |                                  |                                    |                              |
|-------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|------------------------------|
| ATIVO                         | FIPECqPREV antes da incorporação | Saldos finais do PPE em 31/01/2011 | FIPECqPREV após incorporação |
| Disponível                    | -                                | 5                                  | 5                            |
| Realizável                    | 2.083                            | 40.356                             | 42.439                       |
| Gestão Previdencial           | -                                | 31                                 | 31                           |
| Gestão Administrativa         | 28                               | 45                                 | 73                           |
| Investimentos                 | 2.055                            | 40.280                             | 42.335                       |
| Títulos Públicos              | 170                              | 4.588                              | 4.758                        |
| Créditos Privados e Depósitos | 548                              | 14.910                             | 15.458                       |
| Ações                         | 244                              | 6.139                              | 6.383                        |
| Fundos de Investimentos       | 1.093                            | 13.393                             | 14.486                       |
| Investimentos Imobiliários    | -                                | 25                                 | 25                           |
| Empréstimos                   | -                                | 1.147                              | 1.147                        |
| Outros Realizáveis            | -                                | 78                                 | 78                           |
| <b>Total do Ativo</b>         | <b>2.083</b>                     | <b>40.361</b>                      | <b>42.444</b>                |

| R\$ mil                  |                                  |                                    |                              |
|--------------------------|----------------------------------|------------------------------------|------------------------------|
| PASSIVO                  | FIPECqPREV antes da incorporação | Saldos finais do PPE em 31/01/2011 | FIPECqPREV após incorporação |
| Exigível Operacional     | 21                               | 527                                | 548                          |
| Gestão Previdencial      | 21                               | 509                                | 530                          |
| Investimentos            | -                                | 18                                 | 18                           |
| Patrimônio Social        | 2.034                            | 9.775                              | 11.809                       |
| Provisões Matemáticas    | 2.034                            | 9.775                              | 11.809                       |
| Benefícios Concedidos    | -                                | 5.489                              | 5.489                        |
| Benefícios a Conceder    | 2.034                            | 4.286                              | 6.320                        |
| Fundos                   | 28                               | 30.059                             | 30.087                       |
| Fundos Previdenciais     | -                                | 29.949                             | 29.949                       |
| Fundos Administrativos   | 28                               | 45                                 | 73                           |
| Fundos dos Investimentos | -                                | 65                                 | 65                           |
| <b>Total do Ativo</b>    | <b>2.083</b>                     | <b>40.361</b>                      | <b>42.444</b>                |

Roberto Teixeira de Carvalho  
Diretor-Presidente e de Aplicações Financeiras  
CPF: 347.166.29791

Adilmar Ferreira Martins  
Diretor de Previdência  
CPF: 038.272.6753

Sonia Cristina de Moura Seabra  
Diretora de Projetos Especiais e Comunicação  
CPF: 119.740.28291

Sergio Suren Kurkdjian  
Diretor de Gestão  
CPF: 375.059.80882

Inalda Pereira da Rocha  
Contadora - CRC - 630 DF  
CPF: 145.787.601-97



Plano de Previdência Complementar/PPC

I - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIPECq, resultou no custo total de 13,92% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 5,83% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

| TIPO DE BENEFÍCIO        | CUSTO (%)    |           |
|--------------------------|--------------|-----------|
|                          | Ano Anterior | Ano Atual |
| APOSENTADORIAS *1        | 6,75%        | 6,98%     |
| INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA | 2,56%        | 2,50%     |
| PENSÃO POR MORTE         | 2,35%        | 2,35%     |
| SUB-TOTAL (1)            | 11,66%       | 11,83%    |
| SUPLEMENTAR              | -%           | -%        |
| ADMINISTRAÇÃO *2         | 2,06%        | 2,09%     |
| SUB-TOTAL (2)            | 2,06%        | 2,09%     |
| TOTAL (1)+(2)            | 13,72%       | 13,92%    |

\*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

\*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2011, a idade média dos participantes ativos é de 50 anos.

2) O custo total reavaliado de 13,92% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2012, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

| Contribuições Normais                                       | Em %         |           |
|---|--------------|-----------|
|   | Ano Anterior | Ano Atual |
| Referência  |              |           |
| Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)  | 6,86%        | 6,96%     |
| Contribuição Normal da Patrocinadora                        | 6,86%        | 6,96%     |
| Sub-Total   | 13,72%       | 13,92%    |
| Contribuição Suplementar                                    | -%           | -%        |
| Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos) | 13,72%       | 13,92%    |
| Contribuições Normais dos Assistidos                        |              |           |
| Aposentados Assistidos                                      | 5,75%        | 5,83%     |
| Pensionistas Assistidos                                     | -            | -         |

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 13,92% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2011, de 13,92% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2011.

II - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

| Referência                                    | 31/12/2010     | 31/12/2011     | Variação |
|---|----------------|----------------|----------|
| Provisão de Benefícios Concedidos.....        | 146.431.164,00 | 162.527.613,00 | 10,99%   |
| Provisão de Benefícios a Conceder.....        | 366.323.740,00 | 431.113.416,00 | 17,69%   |
| Provisão Matemática a Constituir .....        | -              | -              | -        |
| Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)..... | 512.754.904,00 | 593.641.029,00 | 15,77%   |

III - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC vigente na FIPECq, patrocinado por FINEP, CNPq, INPE, INPA, IPEA e FIPECq, avaliado pelos mesmos regimes/métodos adotados na avaliação atuarial do ano anterior, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e a adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (31.148.549,06), equivalente a 5,54% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 562.492.479,94.

2) No encerramento do exercício de 2011, a adoção da família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 9.147.605,00, e a adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 1.666.978,00.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral:  $q_x$  da AT-2000 (masculina).
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos:  $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (MÉDIA).

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 3,02% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade)

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte, sendo mantida a adoção da Experiência Regional observada no ano de 2009 como composição familiar dos participantes não assistidos.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) Para o exercício de 2012, estão sendo mantidas as contribuições vigentes e, nesse contexto, não está sendo utilizado qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior, ou seja:

i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:

· a% = 1,40% do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);

· b% = 1,90% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social; e

· c% = 7,00% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.

ii) Contribuição Normal da Patrocinadora:

· A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.

5) Tomando-se por base a Resolução CGPC Nº 26/2008 de 29/09/2008, em se considerando que a existência de um Déficit Técnico Acumulado ao final do exercício de 2011 só teria de ser objeto de imediato equacionamento, se fosse de natureza estrutural (e/ou superasse a 10% do total das Provisões Matemáticas), o que, não é o caso, já que, em razão de se ter registrado ao longo de 2011 uma perda R\$ (48.846.426,99) decorrente de não ter sido alcançada a meta atuarial de rentabilidade, a totalidade do Déficit Técnico Acumulado, existente em 31/12/2011, de R\$ (31.148.549,06) é de natureza conjuntural. Dessa forma, em consonância com a referida Resolução CGPC Nº 26/2008, não há necessidade de se apresentar, ao longo de 2012, um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2011.

6) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2011, foi de 5,08% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,38% o que, em termos reais, representou obter menos 0,94%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2011, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de menos 0,90%.

7) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluído o correspondente aos Benefícios Saldados) da FIPECq, encontra-se constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2011: "Fundo Previdencial" constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais, que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 246.090.366,88 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não comprometida com Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência ou Reserva Especial para Revisão de Plano, se existirem, com o Fundo Administrativo e com o Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca de titularidade desse Fundo Previdencial, estão, portanto, tal situação "sub-júdice".

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2011, do saldo de R\$ 2.168.846,98 no Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamento (Fundo Investimento).

NOTA 2: Também, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo os Benefícios Saldados) e do "Fundo Previdencial", apresentado neste numeral 7, encontra-se constituída, em 31/12/2011, a Provisão de R\$ 5.251.094,14 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

## IV - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A..

Deve-se destacar que o Benefício de Auxílio-Doença está sendo avaliado dentro do custo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez, considerando-se o Auxílio-Doença como se fosse uma pré-invalidez, por existirem apenas cerca de 12 Participantes Não Assistidos pelo Plano.

## V - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

|  |                          |
|--|--------------------------|
| Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2011 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2011 (partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2010) ..... | R\$ (295.947,50) (*1)    |
| Perda decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 11,38% não ter sido alcançada.....   | R\$ (48.846.426,99)      |
| Adoção da família efetiva nos benefícios concedidos de aposentadoria e de pensão por morte.....  | R\$ (9.147.605,00)       |
| Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos .....  | R\$ (1.666.978,00)       |
| Outros fatores pulverizados e de origens diversas .....  | R\$ 28.808.408,43        |
| Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2011.....   | R\$ (31.148.549,06) (*2) |

(\*1) R\$ 562.492.479,94 - R\$ 562.788.427,44 = R\$ (295.947,50), onde R\$ 562.492.479,94 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2011 e onde R\$ 562.788.427,44 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de Dezembro de 2010).

(\*2) Equivalente a 5,25% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2011, que foi de R\$ 593.641.029,00.

#### VI - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Conforme destacado no numeral 5 do item V.3., ao final de 2011, o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (31.148.549,06) é inteiramente de natureza conjuntural, tendo em vista ter se registrado ao longo de 2011 uma perda de R\$ (48.846.426,99) decorrente de não ter sido alcançada a meta atuarial de rentabilidade, a qual tem perspectiva de reversão ao longo de 2012 através da recuperação nos níveis de rentabilidade do Plano.

#### VII - Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.

## PLANO FIPECqPREV

I. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1. A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano FIPECqPREV, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, bem como por tratar-se de um Plano Instituidor, não são apresentados percentuais de Custos para o referido Plano, merecendo destaque, o fato de haver assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), em que apenas os referidos assistidos contribuem com, no mínimo, 1% de seus Salários de Participação (conforme estabelecido no artigo 72 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq), destinado integralmente ao custeio dos Benefícios de Pecúlio por Morte de Assistido (e com uma sobrecarga administrativa de no mínimo 15%).

NOTA: Na avaliação atuarial de 2011, a idade média dos participantes ativos é de 53 anos.

2. Considerando tratar-se de um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), bem como sendo também um Plano Instituidor, não é apresentado Plano de Custeio definido para o Plano FIPECqPREV (uma vez que as contribuições são voluntárias e destinadas aos benefícios de prestação continuada), sendo definida uma contribuição programada mínima de R\$ 32,00 (trinta e dois reais), além de uma Contribuição Mensal e Obrigatória por parte de participantes Ativos e Assistidos de, no máximo, R\$ 19,20 (valores não aplicáveis aos assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), cujas contribuições foram definidas no numeral 1 desse item V.1.).

II. - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

| Referência                                    | 31/12/2010   | 31/12/2011    | Varição |
|---|--------------|---------------|---------|
| Provisão de Benefícios Concedidos.....        | 0,00         | 5.867.913,34  | -%      |
| Provisão de Benefícios a Conceder.....        | 2.004.642,96 | 7.119.212,90  | 255,14% |
| Provisão Matemática a Constituir.....         | -            | -             | -       |
| Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)..... | 2.004.642,96 | 12.987.126,24 | 547,85% |



III. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano FIPECqPREV vigente na FIPECq, que tem na figura do Instituidor, o FIPECqVIDA, e é patrocinado pelo IPEA, CNPq e INPE, por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não apresentou em 31/12/2011, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido e, conseqüentemente, de um Resultado Técnico Acumulado, que, em 31/12/2011, era Superavitário em R\$ 25.156,83.

2) No que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, encerramento do exercício de 2011, a adoção da família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte oriundos do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV) representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 37.851,73.

3) Também, no que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, na avaliação atuarial de 31/12/2011, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral:  $q_x$  da AT-2000 (masculina) nos Benefícios por Sobrevivência e  $q_x$  da AT-83 (masculina), com o custo agravado em 25%, para os Benefícios por Morte.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos:  $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: -

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: -

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: -

viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2011, foi de 6,86% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,38% o que, em termos reais, representou obter mais 0,74%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, aplicável apenas aos assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV). Já a rentabilidade, dos demais benefícios, repassada às contas desse Plano FIPECqPREV é calculada com base na variação do valor das Cotas, conforme estabelecido no artigo 34 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq.

#### IV. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A..

V. Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Tão somente em relação ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, a evolução do Resultado Técnico Acumulado, de 31/12/2010 para 31/12/2011, tem a seguinte abertura:

|   |                    |
|---|--------------------|
| ▪ Superávit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2011 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2011 (partindo da avaliação atuarial de janeiro de 2011) ..... | R\$ 41.955,37 (*1) |
| ▪ Perda decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 11,38% não ter sido alcançada .....   | R\$ (658.621,85)   |
| ▪ Adoção da família efetiva nos benefícios concedidos de aposentadoria e de pensão por morte (ver numerais 1 e 2 do item V.3.) .....  | R\$ (37.851,73)    |
| ▪ Outros fatores pulverizados e de origens diversas .....   | R\$ 679.675,04     |
| ▪ Superávit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2011 .....   | R\$ 25.156,83 (*2) |

(\*1) R\$ 13.012.238,07 - R\$ 12.970.327,70 = R\$ 41.955,37, onde R\$ 13.012.238,07 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2011 e onde R\$ 12.970.327,70 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de janeiro de 2011).

(\*2) Equivalente a 0,19% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2011, que foi de R\$ 12.987.126,24.

VI. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não se registrou, em 31/12/2011, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado, exceto no que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, que se encontram em gozo de benefício, na modalidade de Benefício Definido, onde se observou a existência, em 31/12/2011, de um Superávit Técnico Acumulado, que por ser inferior a 25% do total das correspondentes Provisões Matemáticas, nos termos da legislação aplicável, é entendido como de natureza conjuntural.



VII. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano FIPECqPREV da FIPECq é um Plano em que os benefícios são concedidos na modalidade de Contribuição Definida, logo, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual, exceto no que diz respeito ao pequeno número de assistidos e pensionistas, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE, que estão sendo financiados, adequadamente, da mesma forma que eram financiados no referido PPE, pelo regime financeiro de Capitalização na versão Agregado.



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Aos Senhores Membros da Diretoria da

FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, O CNPq, DO INPE E DO INPA.

Examinamos as demonstrações contábeis da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas consolidadas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da

Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

### Ênfases

1. Conforme mencionado na Nota Explicativa 12a, a Fundação mantém contabilizado em 31 de dezembro de 2011 um Fundo Previdencial de R\$ 246.090 mil (R\$ 220.940 mil em 2010), formado pelas contribuições vertidas pelas patrocinadoras CNPq, IPEA, INPE e INPA, antes de 1º de janeiro de 1991, ao plano de benefícios previdenciários em favor daqueles participantes que foram submetidos ao Regime Jurídico Único e, por consequência, tiveram a relação de patrocínio com as referidas patrocinadoras interrompida em razão da extinção de seus contratos de trabalho e para o qual as autoridades governamentais não se posicionaram em relação a eventuais direitos dos referidos participantes. Em dezembro de 2010, a FIPECq promoveu o ajuizamento de uma Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal) declare por sentença a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o seu patrimônio atual. É incerto o desfecho deste assunto e os seus reflexos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

2. A Fundação administrou até 2003 um plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido programa assistencial, de R\$ 4.068 mil, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento adotado não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A Fundação solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada, mas cujo posicionamento daquele órgão normativo se encontrava pendente. Por outro lado, a PREVIC através do Ofício 1453 de 29 de abril de 2011 requereu a Fundação para prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo Administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado da importância e o cronograma de devolução dos recursos ao citado Fundo Administrativo. A FIPECq, por sua vez, informou em 24/06/2011 que, sobre este fato, houve prescrição do assunto e solicitou à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Em 31 de dezembro de 2011, este déficit totaliza R\$ 3.410 mil e, conseqüentemente, naquela data o Fundo Administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a inflação do período e, no momento, é incerto o desfecho desse assunto e os seus conseqüentes reflexos nas demonstrações contábeis consolidadas da Fundação e individuais do Plano de Gestão Administrativa – PGA e do Plano de Previdência Complementar - PPC.

Adicionalmente, no mesmo Ofício 1.453/2011, a PREVIC informa que em 1991 foram feitos aportes pela Fundação ao Fundo Administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 era de R\$ 32.112 mil. Neste Ofício a PREVIC informa, ainda, que, até então, a Secretaria de Previdência Complementar determinou através do Ofício 1.278 de 18/04/2006 a regularização deste assunto e que presentemente tal providência seja tomada, efetuado a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A FIPECq, por outro lado, prestou esclarecimentos à PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo criado em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei 8.112/90 que, ao transformar em regime jurídico único o regime celetista dos então empregados do setor público, tal fato ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a Fundação, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos e que não há o que ser regularizado. No momento é incerto o desfecho deste assunto e os reflexos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC e do Plano de Gestão Administrativa.

## Outros Assuntos

1. Anteriormente, auditamos o balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa correspondentes ao exercício social findo naquela data, cujo relatório, datado de 16 de março de 2011, foi emitido sem modificação de opinião, mas contendo os mesmos assuntos mencionados acima sob o título de "Ênfase".

2. A Resolução CNPC nº. 08/2011 estabeleceu novos procedimentos contábeis a serem adotados pelas EFPC. Dentre eles, está a exclusão da apresentação da demonstração da mutação do ativo líquido consolidada em 31 de dezembro de 2011, sobre a qual emitimos opinião no exercício findo de 2010, e a elaboração da demonstração da mutação do patrimônio social consolidada, que inclui valores referentes ao exercício de 2010, que não foram abrangidos pela extensão de nossa auditoria daquele exercício.

Adicionalmente, os procedimentos sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram planejados e executados considerando a posição consolidada da FIPECq e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que foram apresentadas naquele exercício em atendimento ao item 17 do Anexo "C" da Resolução CGPC nº. 28/2009, que era vigente à época. A Resolução CNPC nº. 08/2011 estabeleceu que os procedimentos de auditoria sejam planejados e executados considerando, além da posição consolidada da entidade, a posição individual dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa. Dessa forma, os valores referentes ao exercício de 2010 incluídos nas demonstrações da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das obrigações atuariais por plano de benefício não foram abrangidos pela extensão de nossa auditoria daquele exercício.

Belo Horizonte, 26 de março de 2012

TEIXEIRA & ASSOCIADOS  
Auditores Independentes  
CRC-MG 5.194





## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da **Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq**, no cumprimento de suas atribuições legais e regulamentares, procedido o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Exercício de 2011, contendo: Balanço Patrimonial, comparado com exercício anterior; Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (Consolidada); Demonstração de Mutações do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração de Mutações do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada); Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano FIPECqPREV; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários - Plano de Previdência Complementar - PPC e Plano FIPECqPREV e Parecer dos Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, pela aprovação, sem ressalvas, das Demonstrações Contábeis Consolidadas da FIPECq, levantadas em 31 de dezembro de 2011.

Júlio César Socha  
PRESIDENTE

REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES  
E ASSISTIDOS

Carlos Eduardo Gutierrez Freire  
MEMBRO  
REPRESENTANTE DA FINEP

Brasília/DF, 28 de março de 2012.

Acilii Antonio de Olivo  
MEMBRO

REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES  
E ASSISTIDOS

Cláudio da Silva Lima  
MEMBRO

REPRESENTANTE DO CNPq

|   |  |                                 |          |                 |
|---|--|---------------------------------|----------|-----------------|
|  | <b>RESOLUÇÃO<br/>DO CONSELHO DELIBERATIVO</b>                            |                                 |          |                 |
|   | DOCUMENTO Nº<br><b>RCD 003/2012</b>                                      | APROVAÇÃO:<br><b>29/03/2012</b> | REVOGAR: | REVOGADA POR:   |
|   | ASSUNTO:<br><b>Demonstrações Contábeis Consolidadas – exercício 2011</b> |                                 |          | ÚLTIMA REVISÃO: |

O Conselho Deliberativo da **FIPECq**, no uso de suas atribuições conforme preceitua o Art. 23, XVII do Estatuto da FIPECq e, após apreciação do Parecer do Conselho Fiscal e discussão constante na Ata da 229ª Reunião do CD, por unanimidade,

**RESOLVE :**

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas – exercício 2011, contendo:
  - a) Balanço Patrimonial;
  - b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social;
  - c) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano:
    - Plano de Previdência Complementar – PPC
    - FIPECqPREV
  - d) Demonstração do Ativo Líquido do Plano:
    - Plano de Previdência Complementar – PPC
    - FIPECqPREV
  - e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada);
  - f) Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano:
    - Plano de Previdência Complementar – PPC
    - FIPECqPREV
  - g) Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis
  - h) Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários:
    - Plano de Previdência Complementar – PPC
    - Plano FIPECqPREV.
  - i) Relatório dos Auditores Independentes;
  - j) Parecer do Conselho Fiscal.

Brasília – DF, 29 de març o de 2012.

  
**Carlos Roberto Silveira Silva**  
**PR SIDENTE**

A Diretoria Executiva da FIPECq agradece a todos os empregados a dedicação e o empenho dispensados ao longo do ano de 2011 e aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal pelo acompanhamento e presteza de seus atos, essenciais para o bom desempenho da Fundação.

Brasília, 29 de março de 2012